

4. Empresas — Registo comercial

LISBOA

LISBOA — 1.ª SECÇÃO

BSN — BANCO SANTANDER DE NEGÓCIOS PORTUGAL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção); matrícula n.º 2011; identificação de pessoa colectiva n.º 502519215; data da inscrição: 8 de Junho de 2005.

Custódia Maria Oliveira, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifico, para efeitos de publicação, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas individuais e consolidadas do ano de 2004.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), 9 de Junho de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Custódia Maria R. A. Trindade de Oliveira*.

Relatório e contas de 2004

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente — Jorge Maria Bleck.

Secretário — Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes.

Conselho de administração:

Presidente — Eurico da Silva Teixeira de Melo.

Vice-presidente — António Mota de Sousa Horta Osório.

Vogais:

Ana Patrícia Botín.

Miguel de Campos Pereira de Bragança.

José Manuel Alves Elias da Costa.

Nuno Manuel da Silva Amado.

Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca.

Eduardo José Stock da Cunha.

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos.

Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère.

Valentim Xavier Pintado.

Pedro Gaspar Fialho.

Adolfo Lagos Espinosa.

Frederico José Bastos Saragoça.

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida.

Secretário da sociedade:

Efectivo — Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes.

Suplente — António Miguel Leonetti Terra da Mota.

Conselho fiscal:

Presidente — António Mendo Castel-Branco Borges.

Vogais:

Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Luís Magalhães.

António Barreira, Fernando Vieira, Justino Romão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Fernando Jorge Marques Vieira.

Suplente: Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Carlos Luís Oliveira de Melo.

Comissão executiva:

Presidente — António Mota de Sousa Horta Osório.

Vice-presidentes:

Miguel de Campos Pereira de Bragança.

José Manuel Alves Elias da Costa.

Vogais:

Nuno Manuel da Silva Amado.

Pedro Gaspar Fialho.

Frederico José Bastos Saragoça.

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida.

Membro agregado: Borja Anduiza Rubio.

Relatório do conselho de administração

Práticas de governo

A actuação do conselho de administração e de cada um dos seus membros é regida pelos princípios da legalidade, transparência e responsabilidade, com vista a maximizar a rentabilidade do Banco Santander de Negócios Portugal e a otimizar os interesses dos seus accionistas, clientes e colaboradores. Constitui preocupação constante do Banco Santander de Negócios Portugal a satisfação escrupulosa das normas legais e regulamentares vigentes.

De modo a dar expressão prática a esse desiderato, dispõe o Grupo, no qual se insere este Banco, de um órgão transversal, a Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento, ao qual compete, precisamente, entre outras funções, promover e zelar pelo cumprimento das disposições vigentes, nomeadamente através do estabelecimento de orientações e procedimentos, divulgação das alterações normativas verificadas, definição de regras de conduta e controlo das práticas instituídas. Destaca-se o facto de os estatutos do Banco Santander de Negócios Portugal não conterem qualquer norma de blindagem, estando excluídas quaisquer disposições susceptíveis de conduzir a idêntico resultado.

Por outro lado, estão em vigor no Banco Santander de Negócios Portugal códigos de conduta especialmente aplicáveis aos membros do conselho de administração, quadros dirigentes e colaboradores directamente envolvidos nas actividades de intermediação financeira que, sem prejuízo dos deveres gerais, determinam um conjunto acrescido de obrigações destinadas a garantir a confidencialidade, isenção e transparência na actuação, assegurar a prevenção de conflitos de interesses e a sua adequada solução na eventualidade de poderem ocorrer e, bem assim, a protecção e reserva de informação privilegiada, de acordo com os imperativos legais e os mais elevados padrões de ética.

Estrutura accionista

O Banco Santander de Negócios Portugal é detido a 99,99% pela Foggia, SGPS, S. A.

Principais indicadores do Grupo Banco Santander de Negócios Portugal

(Em milhões de euros)

	2002	2003	2004	Variação 2003-2004 (percent.)
Indicadores de actividade:				
Balanço:				
Activo total (líquido)	1 460	1 739	2 087	20,00
Crédito sobre clientes	618	591	944	60,00

(Em milhões de euros)

	2002	2003	2004	Variação 2003-2004 (percent.)
Recursos de clientes	843	817	981	20,00
Capitais próprios + interesses minoritários + passivos subordinados	230	273	385	41,00
Resultados:				
Produto bancário	68	63	64	2,00
Resultado operacional	51	48	47	— 2,00
Resultado antes de impostos	45	55	49	— 12,00
Resultado líquido	39	45	42	— 8,00
Ratios (percentagem):				
Solvabilidade:				
Banco de Portugal	18,0	12,5	23,0	
BIS	13,0	13,8	22,0	
Tier 1	12,0	12,0	12,0	
Adequação de fundos próprios	11,6	10,4	23,0	
Adequação de fundos próprios de base	16,4	11,4	13,7	
Rendibilidade:				
ROE	29,5	29,0	21,0	(a) — 8,02
ROA	2,6	2,6	2,0	(a) — 0,6
Resultado antes de impostos/activo líquido médio	3,0	3,4	2,5	(a) — 0,82
Produto bancário/activo líquido médio	4,5	3,9	3,3	(a) — 0,51
Resultado antes de impostos/capitais próprios médios	31,5	31,2	22,0	(a) — 9,12
Ratio de eficiência:				
Custos de funcionamento/produto bancário	22,2	23,4	24,0	+ 0,61
Custos de funcionamento + amortização/produto bancário	24,2	25,7	26,5	+ 0,81
Custos com pessoal/produto bancário	13,7	15,7	14,9	(a) — 0,80
Qualidade de crédito:				
Crédito com incumprimento/crédito total	—	0,44	0,12	(a) — 0,32
Crédito com incumprimento, líquido/crédito total, líquido	—	0,14	—	(a) — 0,14
Número de empregados	162	161	160	(1)
Indicadores bolsistas:				
Resultado líquido por acção (euros)	7,35	8,59	7,93	— 8,00

(a) Pontos percentuais.

Reorganização societária

No presente exercício, teve lugar uma reorganização da estrutura societária das sociedades do subgrupo Banco Santander de Negócios Portugal (BSNP).

Por um lado, tendo em consideração que a principal actividade que era desenvolvida pela BSN Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. (BSN Dealer), era, de facto, a recepção e execução de ordens por conta de clientes, não se justificava, no âmbito do Grupo em que a mesma se integra a sua existência autónoma, na medida em que apenas acarretava custos adicionais e exigências de mecanismos de controlo interno acrescidos. Adicionalmente, todas as restantes actividades desenvolvidas pela BSN Dealer já eram igualmente desenvolvidas pelo BSNP, resultando numa duplicação de estruturas com custos que se revelavam desnecessários.

Por outro lado, o novo enquadramento jurídico da actividade desenvolvida pelas sociedades gestoras de fundo de investimento mobiliário, ao permitir o alargamento de objecto social destas de modo a que, uma vez autorizadas, passam a poder exercer também as actividades de gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem, com base em mandato conferido pelos investidores, bem como o exercício da actividade de consultadoria para investimento e ainda de gestão de fundos de investimento imobiliário e de fundos de capital de risco, potenciou a reestruturação da área de gestão de activos do grupo, envolvendo as sociedades Santander — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., da Santander Imovest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, S. A., e da Santander Gest — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.

Desta forma, foram concretizados, em 12 Novembro e 21 Dezembro de 2004, respectivamente, os seguintes actos:

A fusão por incorporação da BSN Dealer no BSNP, com a transferência global do património da BSN Dealer para o BSNP, com extinção da primeira a fusão por incorporação da Santander Gest — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., e da Santander Imovest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, S. A., na Santander — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. Atendendo a que a Santander SGFIM ao incorporar as outras duas sociedades iria alargar o âmbito do seu objecto social, procedeu-se à alteração da denominação social da Santander SGFIM, adaptando-a à realidade a que respeita, passando esta a denominar-se Santander Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

Enquadramento da actividade

Economia internacional

Em 2004, a economia mundial registou o maior crescimento económico em três décadas, de acordo com o Fundo Monetário Internacional. Partindo de uma situação de incerteza no início do ano, sobretudo sobre a sustentabilidade da recuperação da economia norte-americana, o crescimento viria a ser bastante dinâmico e generalizado entre as várias regiões. Um particular destaque vai para a Ásia, nomeadamente para a China, que se revelou um importante motor da economia mundial.

Este crescimento foi responsável por uma acentuada subida do preço do petróleo, para novos máximos históricos, mas com consequências distintas dos choques de 1974 e de 1980, por ter decorrido de um forte crescimento da procura, e não de uma redução da produção, como então ocorrera.

O 1.º semestre do ano caracterizou-se pela plena confirmação da retoma económica nas principais economias desenvolvidas. Nos EUA, a incerteza sobre a criação de emprego que marcou o 1.º trimestre dissipou-se, com o consumo privado a revelar um importante contributo para o crescimento, tendo sido posteriormente acompanhado do investimento privado, que recuperou, beneficiando das condições financeiras mais favoráveis das empresas. A sustentabilidade da recuperação ficou evidente com o fim dos estímulos de política económica nos EUA. O impacto da redução dos impostos sobre o rendimento dos particulares esgotou-se no final do 1.º semestre, altura em

que a Reserva Federal deu início ao ciclo de subida das taxas de juro de referência.

O início do 2.º semestre foi marcado por uma pausa no processo de crescimento económico, devido em larga medida à subida dos preços do petróleo. Apesar dos consumidores terem reduzido a despesa de consumo durante o Verão, a economia voltou a reacelerar no final de 2004.

No entanto, os grandes desequilíbrios da economia dos EUA permanecem presentes. O défice orçamental, apesar do mais forte crescimento, mantém-se em níveis elevados, em torno de 4% do PIB. Por seu lado, o forte crescimento do consumo privado nos EUA continua a contribuir para um elevado défice comercial, apesar da depreciação do dólar. O défice da balança de transacções correntes mantém-se em quase 6% do PIB, requerendo fortes entradas de capitais nos EUA para o seu financiamento.

Crescimento económico mundial

	2000	2001	2002	2003	2004 (a)	
					Abr-04	Set-04
Mundo	4,7	2,4	3,0	3,9	4,6	5,0
Países avançados	3,9	1,2	1,6	2,1	3,5	3,6
EUA	3,7	0,8	1,9	3,0	4,6	4,3
Japão	2,8	0,4	-0,3	2,5	3,4	4,4
UEM	3,5	1,6	0,8	0,5	1,7	2,2
Reino Unido	3,9	2,3	1,8	2,2	3,5	3,4
Países em desenvolvimento	5,9	4,0	4,8	6,1	6,0	6,6
África	2,9	4,0	3,5	4,3	4,2	4,5
Ásia	6,7	5,5	6,6	7,7	7,4	7,6
Europa de Leste	4,9	0,2	4,4	4,5	4,5	5,5
Médio Oriente	5,5	3,6	4,3	6,0	4,1	4,8
América Latina	3,9	0,5	-0,1	1,8	3,9	4,6

(a) Estimativa.

Fonte. — FMI.

No Japão, o crescimento económico foi mais forte no 1.º semestre do ano. No 2.º semestre, a economia perdeu algum dinamismo, sobretudo devido ao investimento, uma vez que o consumo privado se manteve razoavelmente dinâmico. Os inquéritos de confiança aos empresários apontam para uma clara melhoria das expectativas para os próximos trimestres, baseada também no sector exportador, dado o forte dinamismo da região asiática.

A China proporcionou uma das surpresas do ano, com a actividade a crescer 9% em 2004. Os riscos de sobre-aquecimento da economia, visíveis durante o primeiro trimestre, levaram as autoridades chinesas a adoptar um conjunto de medidas visando uma moderação do crescimento, através da imposição de restrições quantitativas ao crédito a determinados sectores de actividade e, já no final do ano, recorrendo à subida das taxas de juro de remuneração de alguns depósitos de mais longo prazo, em moeda local e divisas.

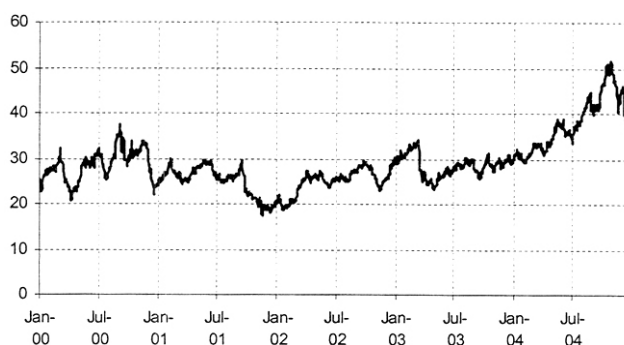
Nos restantes mercados emergentes, a estabilidade foi a tônica dominante, com sinais crescentes de recuperação da actividade. Na América Latina, o crescimento do PIB terá sido de 4,6%, o que permitiu uma melhoria significativa ao nível das contas públicas, reduzindo os riscos associados a estes mercados. O défice orçamental conjunto da região terá sido inferior a 1% do PIB, face aos 2% do ano anterior. Essa evolução reflectiu-se na estabilidade dos *spreads* de crédito ao longo de todo o ano de 2004.

O preço do petróleo proporcionou uma das surpresas em 2004. A tendência ao longo de todo o ano foi de subida acentuada dos preços, devido à conjugação de um forte crescimento da procura (sobretudo da China, que foi responsável por dois terços do acréscimo da procura) e a receios vários de perturbações na produção, seja porque a OPEP estava a produzir próximo da plena capacidade, seja pelo receio de atentados terroristas no Iraque. A acumulação de *stocks* de *crude* no final do ano permitiu um alívio das pressões e subsequente redução do preço.

Comparando este «choque» com os outros dois, de 1974 e de 1980, resultam duas diferenças significativas. Por um lado, apesar do máximo em termos nominais, em termos reais o preço esteve aquém do

verificado em 1980, ou mesmo em 1991, aquando da Guerra do Golfo.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril



Fonte. — Bloomberg.

Por outro lado, o facto de a subida do preço do petróleo ter resultado de um forte crescimento da procura, e não de uma redução da oferta, resultou num menor impacto para o crescimento económico global.

Economia da UEM

A zona euro registou um ritmo de crescimento bastante satisfatório no 1.º semestre do ano, com taxas de crescimento acima da respectiva tendência de longo prazo. O crescimento foi liderado pelo sector exportador, que beneficiou claramente do maior dinamismo da economia mundial. O consumo privado revelou algum dinamismo, mas

inferior ao que seria expectável nesta fase do ciclo económico, com a confiança dos consumidores negativamente afectada por expectativas de inflação e receios quanto às reformas estruturais em curso, sobretudo no mercado de trabalho.

No 2.º semestre, o crescimento perdeu dinamismo, sobretudo devido ao sector exportador, que reagiu não só à apreciação do euro ocorrida no 1.º trimestre, como também ao abrandamento económico dos EUA, na sequência da subida do preço do petróleo. Esta fase de quase estagnação prolongou-se até ao final do ano, deixando em risco as perspectivas de crescimento para 2005.

A política económica continuou a ter uma margem reduzida para suportar a recuperação da actividade.

O incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento continua a pressionar a política orçamental, tendo levado o Conselho Europeu a propor uma revisão do Pacto, para aumentar a sua flexibilidade em fases de crescimento abaixo do potencial. O Banco Central Europeu manteve inalterada a taxa de referência, no mínimo histórico de 2,0%.

A inflação permaneceu acima do limite de 2%, uma vez mais devido a factores extraordinários, tais como o aumento de alguns impostos indirectos e preços administrados. A inflação subjacente, que exclui as componentes mais voláteis, como a alimentação e energia, permaneceu igualmente estável, em torno de 1,9%, apesar de uma situação de moderação salarial e da ausência de efeitos de contágio da subida dos preços do petróleo.

Economia da UEM

	PIB		Inflação	
	2003	2004 (a)	2003	2004 (a)
UEM.....	0,6	2,1	2,1	2,1
Alemanha	- 0,1	1,9	1,0	1,7
França	0,5	2,4	2,2	2,3

Indicadores sobre Portugal

	2000	2001	2002	2003	2004 (a)
PIB	3,4	1,7	0,4	- 1,2	1,1
Consumo privado	2,9	1,2	1,1	- 0,5	2,2
Consumo público	4,1	3,3	2,3	- 0,4	0,8
Investimento	2,4	1,2	- 5,1	- 9,7	3,0
Exportações	7,8	1,4	2,0	4,0	6,2
Importações	5,5	1,1	- 0,2	- 0,9	7,7
Inflação média	2,9	4,4	3,6	3,3	2,4
Desemprego	3,9	4,1	5,1	6,3	6,5
Défice público (percentagem do PIB)	- 2,8	- 4,4	- 2,7	- 2,8	- 2,9
Dívida pública (percentagem do PIB)	53,3	55,8	58,4	60,3	60,8
BTC (percentagem do PIB)	- 8,9	- 8,9	- 5,7	- 3,6	- 5,4

(a) Estimativa.

Fonte. — INE, Ministério das Finanças, Banco de Portugal, BSNP.

A condução da política orçamental esteve, pelo terceiro ano consecutivo, subordinada à necessidade de cumprir o limite de 3% do PIB para o défice orçamental.

Apesar de um comportamento em linha com o esperado, ao nível da receita, a despesa revelou novamente um crescimento mais acentuado.

Desta forma, foi novamente necessário recorrer a fontes de receita extraordinária, com a inclusão, na Caixa Geral de Aposentações, dos fundos de pensões de várias empresas de capitais públicos, com destaque para o da Caixa Geral de Depósitos.

A inflação continuou a tendência de desaceleração, caindo para 2,4%, em média, face aos 3,3% do ano anterior.

A subida do preço dos combustíveis não se transmitiu às restantes classes de bens, onde a tendência foi de alguma estabilidade. Destaque para a desaceleração dos preços da alimentação, e também da educação. Os aumentos dos preços dos serviços mantiveram-se globalmente estáveis, em torno de 3,8%, em linha com a estabilização dos aumentos salariais, abaixo de 3%. O diferencial da taxa de inflação com a zona euro continuou a reduzir-se, para 0,3 p.p., face a 1,2 p.p. em 2003.

	PIB		Inflação	
	2003	2004 (a)	2003	2004 (a)
Itália	0,3	1,3	2,8	2,3
Espanha	2,5	2,6	3,1	3,1

(a) Estimativa.

Fonte. — CE, Outubro 2004.

Economia portuguesa

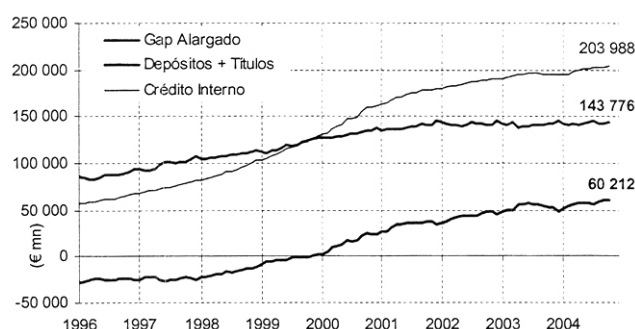
A evolução da economia portuguesa, em 2004, replicou em larga medida o comportamento da economia europeia. O 1.º semestre do ano caracterizou-se por uma rápida recuperação da procura interna, sobretudo do consumo e investimento privados. Esta tendência resultou, em larga medida, da realização de eventos vários de grande importância, em particular do campeonato europeu de futebol.

Por outro lado, assistiu-se a uma recuperação do investimento, o que ocorreu pela primeira vez desde 2002. Esta melhoria, que se estendeu ao longo de todo o ano, foi mais acentuada ao nível do investimento em máquinas e equipamentos, o que revelará a reestruturação em curso no sector de bens transaccionáveis.

No 2.º semestre, e uma vez mais replicando a evolução da economia europeia, assistiu-se a um abrandamento da actividade, sobretudo das exportações. A desaceleração da economia europeia, que absorve 80% das exportações portuguesas, a perda de competitividade devido à apreciação do euro e a incerteza relacionada com a subida do preço do petróleo terão explicado esta evolução.

Adicionalmente, as importações cresceram muito rapidamente, ultrapassando inclusive a evolução que seria esperada com base na evolução da procura interna. Esta situação prenuncia alguns riscos, nomeadamente de perda de competitividade da produção nacional no mercado interno. Em resultado, o défice externo, em 2004, inverteu a tendência dos dois anos anteriores, voltando a ampliar-se até 5% do PIB.

Mercado bancário e gap de liquidez



Nota. — Valores do crédito não ajustados das operações de titulação.

Fonte. — Banco de Portugal.

A recuperação da actividade permitiu uma estabilização do crescimento dos agregados monetários, com particular destaque para o crédito bancário, após o abrandamento do ano anterior.

A taxa de crescimento do crédito hipotecário estabilizou, mas ainda acima de 10%.

O crédito ao consumo, após uma contracção em 2002 e 2003 começou a recuperar em 2004, em linha com a melhoria ao nível do consumo privado.

O crescimento do crédito às empresas estabilizou igualmente, em torno de 5%. Ao nível dos recursos, houve uma alteração da sua composição, com uma redução dos depósitos (sobretudo à ordem), em favor de fundos de investimento e obrigações de retalho, mas o crescimento global dos recursos ficou, de novo, aquém do crescimento do crédito.

O *gap* de liquidez do sistema bancário registou um novo alargamento, para 60 mil milhões de euros (uma deterioração de 12 mil milhões de euros, face a 2003).

No entanto, uma vez mais, os bancos reduziram o recurso ao endividamento externo para financiar o *gap* de liquidez.

Os bancos procuraram igualmente formas adicionais de financiamento, em detrimento do endividamento externo.

A emissão de títulos voltou a surgir como a fonte privilegiada de recursos, juntamente com a titularização do crédito, que em 2004 atingiu um saldo vivo superior a 12 mil milhões de euros.

Mercados cambiais

O elevado défice externo dos EUA, que em 2004 atingiu novos máximos históricos, continuou a ser a principal determinante dos mercados cambiais.

Proseguindo o movimento iniciado no final de 2003 o euro iniciou o ano de 2004 com uma tendência de apreciação face ao dólar. Em Fevereiro, atingiu um máximo de 1,29 dólares, levando o Banco Central Europeu a assumir um discurso mais agressivo e a ameaçar com a possibilidade de intervenção nos mercados.

Posteriormente, no 2.º trimestre, a economia americana começou a divulgar dados mais favoráveis relativos ao mercado de emprego, assim afastando os receios quanto à sustentabilidade da retoma da economia, o que, associado ao início do ciclo de subida das taxas de referência pela Reserva Federal dos EUA, se reflectiu numa apreciação generalizada do dólar.

No 2.º semestre, a fase de abrandamento da economia americana e a subida do preço do petróleo colocaram de novo uma pressão adicional para a depreciação do dólar, juntamente com vários comentários de alguns membros da Reserva Federal. O euro partiria, assim, de níveis em torno de 1,20 dólares em Setembro, até um máximo histórico de 1,366 dólares em Dezembro.

Contudo, a fase de depreciação do dólar no final do ano foi mais generalizada entre moedas, estendendo-se também ao iene e à libra esterlina.

Por este motivo, a apreciação do euro, em termos de taxa de câmbio efectiva (que agrega as principais taxas de câmbio relevantes para o comércio externo da zona euro) concretizou-se de forma menos acentuada do que tinha ocorrido em 2003.

No conjunto do ano, o euro apreciou-se 3,9%, em termos efectivos (10% em 2003) e 12% face ao dólar (20% em 2003).

Evolução das principais taxas de câmbio (Dez 2003 = 100)



Fonte. — BCE.

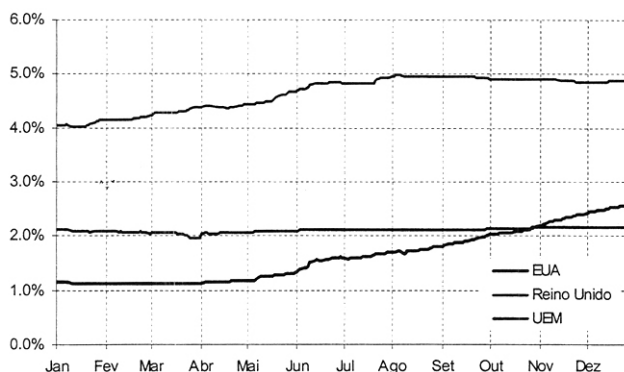
Mercados monetários

A Reserva Federal dos EUA, em 2004, deu início ao processo de normalização da política monetária. Após os sinais de recuperação do mercado de trabalho, bem como da dissipação dos riscos de deflação, em Junho a autoridade monetária norte-americana subiu a taxa dos *fed funds* em 25 p.b., para 1,25%. Até ao final do ano, mais quatro subidas foram adoptadas, conduzindo a principal taxa de referência para 2,25%. Este processo, contudo, acomodou unicamente a aceleração da inflação, com a taxa de juro real a manter-se inalterada, em torno de zero.

Na Europa, as expectativas de actuação por parte do Banco Central Europeu foram alvo de várias revisões ao longo do ano, em função dos desenvolvimentos económicos e cambiais. A apreciação do euro, em Março, alimentou expectativas de um corte das taxas de referência, sendo que a correcção cambial daria lugar a expectativas, em meados do ano, de subida das taxas ainda em 2004. Posteriormente, o cenário de início do ciclo de subida seria progressivamente adiado, com expectativas, no final de 2004, de que o BCE apenas subisse as taxas de referência no 2.º semestre de 2005.

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra deu continuidade ao ciclo de subida iniciado em 2003, aumentando a principal taxa de cedência de fundos em mais 100 p.b., para 4,75%. Os sinais de estabilização e, posteriormente, de abrandamento da actividade permitiram parar o processo, com os mercados financeiros a começarem a descontar, que em 2005 o Banco de Inglaterra deverá dar início ao ciclo de descida.

Taxas de juro de curto prazo (3 meses)



Fonte. — Reuters.

Mercados obrigacionistas

Apesar da consolidação da retoma da actividade económica, do início do ciclo de subida das taxas de referência nos EUA e da aceleração da inflação, as taxas de juro de longo prazo terminaram 2004 muito próximo dos mínimos do ano, sobretudo na Europa.

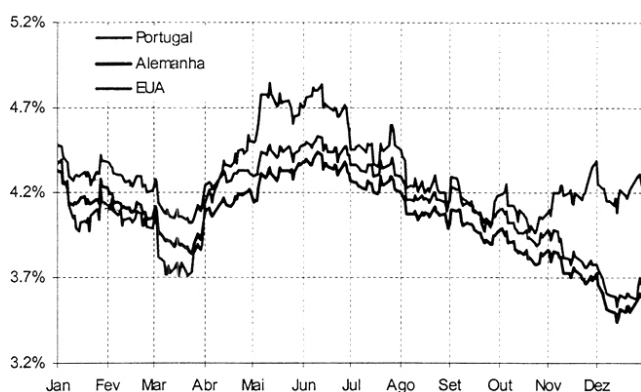
No 1.º trimestre do ano, as taxas de juro de longo prazo aproximaram-se dos níveis mínimos históricos verificados em 2003, na sequência de dados menos favoráveis nos EUA, a que acresceu a depreciação do dólar. A forte intervenção cambial desenvolvida pelos bancos centrais asiáticos, com destaque para o Banco do Japão, em montantes sem precedentes, foi aplicada em dívida pública norte-americana, o que pressionou, em baixa, as respectivas taxas de juro.

Já no final do 1.º semestre, as expectativas de subida das taxas de referência pela Reserva Federal conduziram a taxa de juro para a maturidade dos 10 anos para níveis em torno de 5%. As taxas europeias seguiram esta tendência, embora de forma menos acentuada, reflectindo as condições económicas mais débeis.

No final do 3.º trimestre, as taxas de juro de longo prazo aproximaram-se, de novo, dos mínimos, na sequência de sinais de abrandamento económico nos EUA (que resultaram da subida do preço do petróleo), e de novas expectativas de intervenção pelos bancos centrais asiáticos.

No 4.º trimestre, houve uma quebra da relação entre as taxas europeias e norte-americanas, com o consequente alargamento do diferencial entre ambas as taxas de juro. Os fracos dados económicos na zona euro e as expectativas de ausência de pressões inflacionistas, por um lado, e de mais lenta subida das taxas de referência, por outro, justificaram a queda das taxas europeias para níveis próximos dos verificados em Junho de 2003, quando existiam efectivamente alguns riscos de deflação.

Taxa de juro 10 anos



Fonte. — BSN Portugal, Reuters.

Mercados accionistas:

Os mercados accionistas, em 2004, registaram uma evolução globalmente positiva, embora diferenciada, quer em termos de regiões geográficas, quer de período considerado. Assim, destaca-se pela positiva o comportamento dos mercados no 2.º semestre de 2004, sendo que o mercado português evoluiu favoravelmente logo a partir do início do ano.

Os mercados internacionais, no primeiro semestre, caracterizaram-se por uma quase estabilidade face aos níveis do início do ano, apesar dos sinais progressivos de recuperação da actividade económica global e da divulgação de resultados positivos pelas principais empresas cotadas.

A deterioração da situação político-militar no Iraque, no final do primeiro trimestre, aumentou a aversão ao risco dos investidores. Também a antecipação do início do ciclo de subida das taxas de referência afectou negativamente os mercados accionistas.

No 2.º semestre, a recuperação foi mais clara, mas já mais próximo do final do ano, a descida dos preços do petróleo, e a reeleição do presidente George W. Bush para um novo mandato, nos EUA, foram entendidas como propiciadoras de um clima mais favorável para o sector empresarial.

As bolsas europeias tiveram um comportamento mais favorável do que as norte-americanas, em parte por não ter havido efeitos de transmissão do período pré-eleitoral dos EUA à Europa.

Mercados accionistas (Dez 2003 = 100)



Fonte. — Reuters, Euronext Lisbon.

O mercado accionista português teve um primeiro semestre bastante forte, a que não foi alheio um maior interesse de investidores não-residentes, algo patente num forte crescimento dos volumes transaccionados em bolsa.

A Bolsa de Lisboa beneficiou da conjugação de dois factores. Por um lado, a recuperação da actividade, após a recessão de 2002-2003 e, por outro, a maior visibilidade que Portugal teve com a realização do campeonato europeu de futebol.

A nível sectorial, o sector de media e telecomunicações teve um comportamento bastante positivo, tendo mesmo ocorrido a primeira

oferta pública de venda em vários anos. O forte crescimento das receitas publicitárias teve um impacto positivo no sector.

Áreas de negócio

Tesouraria

A tesouraria continuou a desenvolver o seu negócio em três pilares fundamentais: actividade de produto, de clientes, e gestão de tesouraria e *trading*.

Na área de produto foi dado um especial enfoque ao aumento da oferta de produtos de valor acrescentado para os clientes. Esse aumento da tipologia de produtos representou maior diversidade de oferta e igualmente maior inovação e complexidade nas soluções apresentadas.

Na área de clientes foi reforçada a capacidade de cobertura dos vários segmentos, com reforço de equipas e das metodologias de trabalho entre a tesouraria e as várias áreas comerciais do Grupo. É de destacar o incremento substancial na actividade com os segmentos de grandes empresas, investidores institucionais e empresas.

De seguida, relevamos os aspectos mais significativos em cada um dos segmentos:

Grandes empresas:

O ano de 2004 é o ano de consolidação da actividade de venda de produtos de gestão de risco ao segmento de grandes empresas e, sobretudo, do reforço do relacionamento comercial com os principais clientes, num contexto de elevado volatilidade dos mercados e de forte concorrência no segmento de negócio.

O Banco centrou o seu foco no apoio aos clientes na gestão dos riscos financeiros num contexto de forte volatilidade do mercado financeiro, sobretudo das variáveis financeiras mais sensíveis às empresas (taxa de juro, taxa de câmbio e *commodities*). A significativa alteração das expectativas do mercado de taxa de juro de médio longo prazo ao longo do ano e a forte depreciação do dólar face às principais moedas (EUR, GBP, JPY) levou à necessidade dos clientes gerirem estes riscos tanto através dos produtos tradicionais, como em alguns casos, através de produtos inovadores melhor ajustados às suas necessidades.

A actividade neste segmento teve como principais vectores de actuação o aumento do *portfolio* de produtos, uma forte actividade comercial e, sobretudo, o reforço do relacionamento com os principais clientes.

Adicionalmente, o Grupo desenvolveu, a sua actividade de organização e liderança de programas de papel comercial e operações de crédito sindicado, mantendo um posicionamento forte junto da base de clientes *corporate*.

Empresas:

No segmento de rede empresas, e como resultado da introdução de novos produtos e de um intenso plano comercial de visitas a clientes, o negócio de derivados conheceu em 2004 um forte impulso, tendo o nacional contratado registado um crescimento de cerca de 200%.

Foram comercializados essencialmente produtos de taxa de juro e produtos cambiais, para efeitos de cobertura de risco. Adicionalmente, manteve-se a oferta e colocação regular de produtos estruturados de aplicação de curto prazo, que têm continuado a proporcionar taxas de rentabilidade bastante atractivas.

Institucionais:

A actividade de vendas a investidores institucionais manteve o seu foco na intermediação de Eurobonds em mercado primário e secundário, com especial ênfase em emissões obrigacionistas originadas pelo Grupo Santander e no mercado primário e secundário de Eurobonds Brasileiros.

Durante o ano de 2004, o Banco manteve a sua aposta na oferta regular e inovadora de produtos estruturados/derivados para o segmento *private* e institucional, indexados nomeadamente ao mercado accionista e de taxa de juro.

Rede particulares e banca privada:

O Grupo manteve a aposta em produtos estruturados para o segmento de retalho, tendo disponibilizado aplicações diversificadas e com uma rentabilidade potencial atractiva, indexadas nomeadamente aos mercados accionista, de taxa de juro e imobiliário, com o montante colocado a ultrapassar os 500 milhões de euros.

Em derivados de bolsa, o Banco assumiu um papel de relevo, tendo-se tomado, em Março, um dos primeiros membros negociadores e compensadores para o mercado de derivados português e no início de

Junho, como o primeiro *market-maker* de derivados português. Entretanto, cimentou a sua posição de líder incontestado do mercado, em quota de mercado, quer a nível de futuros sobre o índice PSI-20, quer no que respeita a futuros sobre acções.

Tal como para o segmento de particulares, manteve-se uma oferta regular e diversificada de produtos estruturados para clientes *private*, com particular destaque para produtos de taxa de juro de médio/longo prazo.

Trading e função de tesouraria:

Os resultados da actividade de *trading* centraram-se essencialmente no mercado accionista, com posições direccionais em futuros de índices, bem como, com posições de arbitragem entre acções ibéricas.

No âmbito da função tesouraria, procedeu-se à gestão da liquidez dos bancos do Grupo de uma forma articulada e consolidada.

Custódia/securities services

No final de 2004, o volume de activos de clientes institucionais sob custódia, era superior em cerca de 18% ao que se observara em Dezembro do ano anterior. Relativamente ao volume de operações liquidadas ao longo do ano, registou-se um incremento de 14% face a 2003.

Para este crescimento contribuiu a entrada em funcionamento do serviço de execução de operações de bolsa *on-line* para mercados internacionais (Euronext Paris, Amesterdão e Bruxelas e Bolsas de Madrid, Milão, Frankfurt, Londres, NYSE e NASDAQ).

Por outro lado, o reconhecimento da qualidade dos serviços de custódia prestados pelo Grupo continuou a ser uma realidade durante 2004. Destacam-se uma vez mais, neste âmbito, os prémios atribuídos pela Global Custodian e pela GSCS Benchmarks, duas das mais conceituadas publicações da especialidade, as quais, com base nas opiniões recolhidas junto das mais diversas instituições nacionais e estrangeiras, reconheceram ao BSN uma posição de liderança na prestação de serviços de custódia a clientes residentes e não residentes.

Equities

O mercado accionista nacional viveu o seu primeiro ano completo de integração na Euronext, o que provocou mudanças muito significativas no perfil de negócio, dado o acesso directo ao mercado que a maioria dos *brokers* internacionais passou a ter.

O contínuo incremento de penetração junto de clientes finais institucionais nacionais e internacionais, traduziu-se numa posição de destaque na transacção de acções portuguesas em mercado secundário (com uma quota de mercado de cerca de 14%) e no reconhecimento de qualidade do *research*, tendo sido atingida a 1.ª posição no *ranking* internacional da Extel Thomson e mantida a 1.ª posição na cobertura de *mid* e *small caps*.

Gestão de activos

Fundos de investimento mobiliário, fundos de pensões e gestão de carteiras:

Durante o ano de 2004 registou-se um crescimento global de cerca de 182 milhões de euros nos fundos de investimento mobiliário, a que correspondeu um aumento de 4,3%. De notar que estes resultados foram afectados pelo vencimento de três fundos fechados, no montante total de 144 milhões de euros.

A 31 de Dezembro de 2004 a Santander — SGFIM geria 23 fundos de investimento que representavam cerca de 4,4 biliões de euros, com uma quota de mercado de 18,2%, sendo a 3.ª maior sociedade gestora de fundos de investimento mobiliário em Portugal (dados da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios — APFIPP).

Na categoria de fundos de obrigações de taxa variável a Santander — SGFIM detinha a maior quota de mercado, 31,2%, gerindo o maior fundo português, o MultiObrigações, com um volume de 2,1 biliões de euros e aproximadamente 104 000 clientes.

De destacar o lançamento de fundos inovadores no mercado português, o MultiProtecção Dinâmico e o MultiEquilíbrio Dinâmico, sendo os primeiros fundos de gestão dinâmica em Portugal; o lançamento do primeiro fundo de Hedge Funds em Portugal, o Santander Carteira Alternativa; e o lançamento do fundo especial de investimento fechado, Mundinvest, que teve uma excelente aceitação, esgotando totalmente a emissão, num montante global de 100 milhões de euros. Este fundo beneficia de uma rentabilidade ligada à evolução do

preço de cinco cabazes de acções, cada um deles associado a um continente diferente.

Os fundos de investimento mobiliário do Grupo, continuaram a ocupar lugares de topo no *ranking* das rentabilidades nas respectivas categorias. Destacam-se o Santander Acções Portugal, melhor fundo em 2004 da respectiva categoria, com uma rentabilidade anual de 22,3%, e o Santander PPA, segundo melhor fundo do ano entre o universo de Fundos PPA, com uma rentabilidade anual de 23,8%.

É ainda de realçar que, em Março de 2004, o Diário Económico/Standard & Poor's atribuiu à Santander Gestão de Activos — SGFIM, o prémio para a melhor sociedade gestora de acções.

Quanto à gestão de fundos de pensões, os volumes sob gestão cresceram 8,7%, alcançando os 946 milhões de euros no final de 2004.

A actividade de gestão de carteiras por conta de outrem, desenvolvida durante o ano de 2004, revelou-se positiva para a generalidade das carteiras sob gestão. Verificou-se um aumento considerável dos volumes sob gestão quer no segmento de *private banking*, como no segmento de clientes institucionais, tendo este último beneficiado da gestão da carteira de activos financeiros da Totta Seguros.

Fundos de investimento imobiliário:

Os fundos de investimento imobiliário cresceram significativamente em 2004, através dos fundos Novimovest e Lusimovest, subsistindo a preocupação de adequação das respectivas estruturas patrimoniais, e em especial da liquidez, a níveis adequados de rentabilidade. O volume de activos sob gestão, por comparação com 2003, evidenciou um crescimento de aproximadamente 35%, o que permitiu reforçar a quota de mercado do Grupo neste segmento, destacando-se o facto de, segundo dados da APFIPP, o Imovest ter mantido pelo 10.º ano consecutivo o 1.º lugar no *ranking* dos fundos de investimento imobiliário abertos de rendimento num período de cinco anos no que se refere a rentabilidades.

Corporate finance

A área de *corporate finance* desenvolveu uma intensa actividade durante o ano de 2004, tanto em financiamentos estruturados como em fusões e aquisições:

No que respeita a financiamentos estruturados, onde foram concretizadas várias operações, destaca-se a organização e liderança de duas operações de locação estruturada para a Metro do Porto, S. A., a assessoria a um consórcio concorrente à parceria público privada para o novo Hospital de Loures, a organização e montagem de uma operação de securitização de receitas para a Câmara Municipal da Maia e a conclusão do *project finance* do consórcio Brisal, em que o Banco foi *lead arranger* do sindicato financeiro.

O exercício de 2004 representou a confirmação da posição de inequívoca liderança do Banco neste segmento de mercado, com elevado valor acrescentado para os seus clientes.

Na área de fusões e aquisições, o Banco assessorou um vasto conjunto de operações, das quais se destacam:

A assessoria à Carrefour na venda da participação de 22,37% na Modelo Continente ao Grupo Sonae, no montante de cerca de 345 milhões de euros;

A assessoria ao Grupo Semapa na alienação de 49% do capital social da Secil ao grupo CRH, no montante de cerca de 333 milhões de euros;

A assessoria ao Grupo Semapa na aquisição, no âmbito do processo de privatização, de 30% do capital social da Portucel, no montante de cerca de 334 milhões de euros;

A assessoria à Amorim Imobiliária no estabelecimento de uma *joint venture* com a ING Real Estate Development para o desenvolvimento do centro comercial Dolce Vita Tejo, que pressupõe um investimento global de cerca de 200 milhões de euros;

A assessoria ao Grupo Costa Pais na alienação de 4 supermercados da marca Monte Verde à Jerónimo Martins.

A assessoria prestada nas principais operações de fusões e aquisições ocorridas em 2004, em especial na vertente de *cross border*, confirmam a liderança do Banco Santander de Negócios nesta área da banca de investimento.

Desempenho económico-financeiro

Contas consolidadas

O Banco Santander de Negócios Portugal, obteve em 2004 um resultado bruto de exploração de 46,2 milhões de euros. O valor apurado representa um crescimento de 3% relativamente ao período homólogo do ano anterior (44,8 milhões de euros).

O *ratio* de eficiência ficou nos 24%, acima do registado no exercício de 2003, 23,4%.

No ano de 2004, a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) atingiu os 21%.

Gestão de risco

Risco de mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de títulos de capital, metais preciosos e mercadorias.

Os principais tipos de riscos de mercado a que o Santander Totta se encontra sujeito são o risco de taxa de juro (carteiras próprias, gestão de liquidez e posições estruturais), o risco cambial (carteiras próprias, posições estruturais e participações em divisas que não o euro) e o risco de preço do mercado accionista (carteiras próprias).

De acordo com os princípios básicos da gestão e controlo do risco de mercado existe uma estrutura dual composta pelo Comité de Riscos e Comité ALCO, que envolve activamente a gestão de topo nos processos de análise, gestão e controlo de todos os níveis e tipos de risco de mercado inerentes à actividade do Santander Totta.

O âmbito de actuação do comité de riscos, composto pela alta direcção do Santander Totta (administradores e responsáveis das áreas de negócio e de controlo), compreende dois vectores fundamentais:

Definição e emissão de linhas gerais de orientação para a alocação de capital;

Análise dinâmica e permanente das diversas exposições abertas e do cumprimento dos limites e procedimentos estabelecidos.

Em sede de Comité ALCO, a informação do comité de riscos é consolidada e integrada nas restantes actividades de gestão de activos e passivos, sendo analisados e geridos os riscos de mercado estruturais incorridos pelo Santander Totta na gestão das suas massas patrimoniais, nomeadamente os riscos de taxa de juro e de liquidez.

No que respeita ao controlo de riscos de mercado para as actividades de negociação conduzidas pelas distintas unidades de negócio, é utilizada uma estrutura de limites quantitativos devidamente hierarquizados por zonas geográficas, entidade jurídica ou áreas de negócio, actividades, carteiras ou estratégias.

Os limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação classificam-se em dois grupos e são estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras;

Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período.

Risco de crédito contraparte

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, derivado da possibilidade de incumprimento pela contraparte dos termos acordados, conduzindo à ocorrência de perdas financeiras.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra a venda de títulos, *repos* sobre títulos, empréstimo de títulos e instrumentos derivados.

Os riscos de contraparte incorridos em operações de tesouraria estão integrados no âmbito do comité de riscos, composto pela alta direcção (administradores e responsáveis das áreas de negócio e de controlo).

O controlo de riscos é levado a cabo através de um sistema integrado que permite o registo de limites aprovados e a actualização de posições em tempo real, e providencia a informação de disponibilidade de limites/exposição agregada, também em tempo real, para diferentes produtos e maturidades e consolidando os dados de todo o Grupo.

Risco operacional

Nos termos da proposta de Basileia II, o risco operacional define-se pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de uma falta de adequação ou de uma falha de processos, erros humanos, sistemas internos ou acontecimentos externos.

Esta definição inclui o risco legal (jurídico), mas exclui o risco estratégico e o risco de reputação.

Estrutura orgânica:

No modelo de gestão e controlo de risco operacional, a unidade central de risco operacional do Grupo assegura a gestão e controlo global do risco, mediante:

A definição de normas e procedimentos de suporte à gestão e controlo do risco e das competências de todos os intervenientes;

O seguimento das actividades geradoras de risco;

A análise e reporte da informação agregada sobre incidências;

A proposta de implementação de medidas preventivas e de acções correctoras, assim como, de controlos que permitam reduzir o nível de risco.

Face ao modelo implementado, que se consubstancia na descentralização de funções e responsabilidades pelas diversas unidades orgânicas, a gestão do risco é assumida por estas de forma directa e na totalidade das fases do ciclo operacional.

Ao responsável de risco operacional de cada unidade orgânica foi atribuído, em coordenação com a unidade central de gestão e controlo de risco operacional — Unidade de Gestão Integral do Risco Operacional, a responsabilidade de garantir a aplicação integral dos procedimentos instituídos e o registo, gestão e controlo do risco na área da sua competência, bem como o estabelecimento de medidas preventivas e acções correctoras adequadas.

No que se refere às actividades de tesouraria, banca de investimentos e corretagem, foi atribuída essa responsabilidade à Direcção de Coordenação de Controlo de Mercados Financeiros, órgão de controlo e suporte transversal ao Grupo para essas áreas, via departamento de controlo operacional e operações — tesouraria e banca de investimentos, através do gabinete de controlo do risco operacional e qualidade. Este órgão reporta funcionalmente à Unidade de Gestão Integral do Risco Operacional — Grupo — informação relativa a erros ocorridos no tratamento operacional da actividade.

Metodologia, procedimentos e tipo de informação disponível para o controlo do risco operacional:

No que se refere à gestão e controlo do risco operacional, o desenvolvimento e concretização/implementação de procedimentos eficientes, baseados nas melhores práticas da indústria (embora ajustados às características particulares de cada unidade), e a sua comunicação efectiva aos colaboradores, constitui um aspecto fundamental para o Grupo.

Nesse sentido são privilegiados os procedimentos que garantem a efectividade e o desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulatórios.

Previamente ao seu estabelecimento/revisão, existem análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los e reportá-los, e que possibilitarão o cálculo de uma afectação/requisito de capital para a sua cobertura nos termos definidos pelo Acordo de Basileia II.

Ao nível de cada área, ambas as análises se podem combinar, com o objectivo de traçar um diagnóstico do seu perfil de risco. Uma vez conhecido o perfil de risco de cada área, identificam-se as acções correctoras a implementar e realiza-se uma análise benefício/custo com o propósito de saber se os custos associados às acções correctoras compensam a melhoria do nível de cobertura do risco operacional, e subsequentemente do nível de provisões e ou dotação futura de capital/fundos próprios.

Finalmente, após a implantação das acções correctoras elegidas, leva-se a cabo um acompanhamento qualitativo e quantitativo dos resultados obtidos.

Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício do Banco Santander de Negócios Portugal, em termos individuais, foi de 26 127 077,45 euros pelo que, nos termos da alínea b), do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, e tendo em atenção o disposto no artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, se propõe a seguinte aplicação de resultados do exercício:

Reserva legal: 2 612 707,75 euros, solicitando-se à assembleia geral deliberação sobre a aplicação do remanescente.

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório* — *Ana Patrícia Botín* — *Miguel de Campos Pereira de Bragança* — *José Manuel Alves Elias da Costa* — *Nuno Manuel da Silva Amado* — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca* — *Eduardo José Stock da Cunha* — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos* — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère* — *Valentim Xavier Pintado* — *Pedro Gaspar Fialho* — *Adolfo Lagos Espinosa* — *Frederico José Bastos Saragoça* — *Pedro Aires Coruche Castro e Almeida*.

Anexo ao relatório do conselho de administração**Prevenção de branqueamento de capitais**

O Banco Santander Negócios Portugal identifica-se com a sociedade e as autoridades dos diferentes países ao reconhecer a importância da prevenção e combate contra o branqueamento de capitais, por afectar aspectos essenciais da vida em sociedade.

É objectivo fundamental do Banco Santander Negócios Portugal o estrito cumprimento das leis contra o branqueamento de capitais, assim como as recomendações emitidas pelo Grupo de Acção Financeira Internacional, Comité de Basileia e Grupo Wolfsberg e outros organismos internacionais e autoridades nacionais.

O Banco Santander Negócios Portugal entende que a melhor forma de cumprir com o seu compromisso implica o estabelecimento de normas e procedimentos internos eficazes, desenvolver a actividade bancária de acordo com rigorosas regras deontológicas, implantar padrões de actuação e sistemas de controlo e de comunicação, a fim de impedir que seja utilizado no branqueamento de capitais e garantir que todos os colaboradores do Banco observam as políticas e procedimentos instituídos.

Neste sentido, o Banco está dotado de normas internas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais, os quais foram actualizados este ano com a publicação da Lei n.º 11/2004, de 27 de Março, mercê da transposição da Directiva 2001/97/CE, sobre as medidas de prevenção e repressão ao branqueamento de capitais, tem uma estrutura orgânica assignada a esta matéria e, para além de ter o quadro de pessoal totalmente formado em prevenção de branqueamento de capitais, os colaboradores chave do Departamento Controlo Operacional e Operações — Tesouraria & Banca de Investimentos frequentaram formação específica sobre prevenção de branqueamento de capitais na banca de correspondentes.

Movimento de acções e obrigações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização**Informação anual 2004:**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea *a*), do artigo 8.º, do Regulamento n.º 4/2004 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelo membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2004, foram os seguintes:

Conselho de administração:

Eurico Silva Teixeira de Melo, presidente:

Em 31 de Dezembro de 2003 detinha as seguintes acções:

133 acções do Banco Santander Portugal;
134 acções do Banco Santander Portugal — cônjuge;
100 acções do Banco Totta & Açores.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 29 de Novembro de 2004 vendeu, fora de Bolsa, 267 acções Banco Santander Portugal, S. A., ao preço unitário de 22,74 euros.

Em 31 de Dezembro de 2004 detinha as seguintes acções:

142 571 acções Santander Totta — SGPS, S. A. (*a*);
157 acções Banco Santander Totta, S. A. (*a*).

(*a*) Na sequência do processo de reorganização global do Grupo trocou 100 acções do Banco Totta & Açores, S. A., em 14 de Janeiro de 2005, pelas acções mencionadas.

Em 31 de Dezembro de 2003 detinha as seguintes obrigações:

1500 obrigações BSP — Santander Crescente;
800 obrigações BSP Max Desporto;
500 obrigações BSP — Santander Euro Mais;
800 obrigações BSP — Santander Rendimento 5;
900 obrigações BSP — Poupança Super Estrelas II.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 17 de Maio 2004, subscrição de 1240 obrigações BSP — Investimento 5%, no valor unitário 50 euros;

Em 18 de Junho de 2004, subscrição de 900 obrigações BSP — Euro Rentabilidade, no valor unitário de 50 euros;

Em 29 de Julho de 2004, subscrição de 500 obrigações Rendimento Mundial 2004, no valor unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2004, detinha as seguintes obrigações:

500 obrigações BSP — Santander Euro Mais;
800 obrigações BSP — Santander Rendimento 5;
900 obrigações BSP — Poupança Super Estrelas II;
900 obrigações BSP — Euro Rentabilidade;
1240 obrigações BSP — Investimento 5%
500 obrigações Rendimento Mundial 2004.

António Mota de Sousa Horta Osório, vice-presidente:

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes acções:

4918 acções do Banco Santander Portugal, S. A.;
1974 acções do Banco Totta & Açores, S. A.;
Duas acções do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.;

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 8 de Julho de 2004, vendeu, fora de Bolsa, 1874 acções Banco Totta & Açores, S. A., no valor unitário de 36 euros;

Em 4 de Novembro de 2004, vendeu, fora de Bolsa, 4918 acções Banco Santander Portugal, S. A., no valor unitário de 22,74 euros.

Em 31 de Dezembro de 2004, detinha as seguintes acções:

157 acções do Banco Santander Totta, S. A. (*a*)
142 571 acções do Santander Totta, SGPS, S. A. (*a*)
Duas acções do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.

(*a*) Na sequência do processo de reorganização global do Grupo trocou 100 acções do Banco Totta & Açores, S. A., em 14 de Janeiro de 2005, pelas acções mencionadas.

Em 31 de Dezembro de 2003 detinha as seguintes obrigações:

25 obrigações port. CPP 200 Aplicação 9 +;
25 obrigações port. CPP — Duplinvest;
25 obrigações BSP — Cx. Aplic 9+;
25 obrigações BSP — Cx. PSI-20 Rend. Seguro;
25 obrigações BSP — Super Taxa Gar.Euro;
50 obrigações BSP — Valor Oriente;
50 obrigações BSP — Poup. Super Estrelas II;
50 obrigações Pte Totta Banca Europeia 2.%;
25 obrigações Pte Totta Novo Invest. 9+ 3%;
25 obrigações Totta Max. 28 — Cx. 01/04 3;
50 obrigações BTA — Totta Europreço
250 obrigações BTA — Totta Mundial 2002;
50 obrigações Totta Max. 4;
50 obrigações BTA — Multisatisfação;
50 obrigações BTA — Totta Valor Europa;
100 obrigações BTA — Totta Cresc. Europa;
50 obrigações BTA — Totta Inv. Banca;
40 obrigações BTA — Totta Rendimento 5;
50 obrigações BTA — Cabaz Diversificação;
75 obrigações BTA — Poup. Super Estrelas II;
75 obrigações BTA — Poup. Super Estrelas II;
500 obrigações Totta Cabaz Europa Maio/2005;
25 000 obrigações Cabaz Europa Março 2005.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 30 de Janeiro de 2004, subscrição de 50 obrigações BSP — Valor Mundial 2004, no valor unitário de 50 euros;

Em 27 de Fevereiro de 2004, subscrição de 50 obrigações Totta Super 5%, no valor unitário de 50 euros;

Em 28 de Outubro de 2004, venda fora de Bolsa de 500 obrigações Totta Cabaz Europa Maio/2005, correspondente a 99,66%;

Em 2 de Dezembro de 2004, subscrição 1050 unidades Mundinvest — Fundo Especial de Invest., no valor unitário de 5 euros;

Em 28 de Outubro de 2004, amortização de 25 000 obrigações Cabaz Europa Março 2005, no valor unitário de 100 euros;

Em 28 de Outubro de 2004, amortização de 50 000 obrigações BTA Eur Stocxx 50 Jan 2005, no valor unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2004, detinha:

50 obrigações BSP — Valor Oriente;
50 obrigações BSP — Poup. Super Estrelas II;
50 obrigações BSP — Valor Mundial 2004;
50 obrigações BTA — Totta Europreço;
250 obrigações BTA — Totta Mundial 2002;
50 obrigações BTA — Multisatisfação;

50 obrigações BTA — Totta Valor Europa;
 100 obrigações BTA — Totta Cresc. Europa;
 50 obrigações BTA — Totta Inv. Banca;
 40 obrigações BTA — Totta Rendimento 5 Cx. 2003/06;
 50 obrigações BTA — Cabaz Diversificação;
 75 obrigações BTA — Poup. Super Estrelas;
 75 obrigações BTA — Poup. Super Estrelas II;
 50 obrigações Totta Super 5%;
 1050 unidades Mundinvest — Fundo Especial de Investimento;

Ana Patrícia Botín, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003 detinha duas acções do Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.

Nuno Manuel Silva Amado, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003 detinha 2100 acções do Banco Santander Portugal;

Durante o ano de 2004, vendeu, fora de Bolsa, 2100 acções Banco Santander Portugal, S. A., no valor unitário de 22,74 euros;

Em 31 de Dezembro de 2004, não detinha acções;

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha:

100 obrigações BSP — Santander Euro Valor;
 300 obrigações BSP — Santander Multisatisfação;
 200 obrigações BSP — Euro Preço;
 200 obrigações BTA — Totta Euro Preço;
 200 obrigações BTA Euro Inflação;
 200 obrigações BSP — Poupança Super Estrelas.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 30 de Janeiro de 2004, subscrição de 200 obrigações BSP — Valor Mundial 2004, no valor unitário de 50 euros;

Em 2 de Dezembro de 2004, subscrição de 2000 unidades Mundinvest — Fundo Especial Invest., no valor unitário de 5 euros.

Em 31 de Dezembro de 2004 detinha:

100 obrigações BSP — Santander Euro Valor;
 300 obrigações BSP — Santander Multisatisfação;
 200 obrigações BSP — Euro Preço;
 200 obrigações BTA — Totta Euro Preço;
 200 obrigações BTA Euro Inflação;
 200 obrigações BSP — Poupança Super Estrelas;
 200 obrigações BSP — Valor Mundial 2004;
 2000 unidades Mundinvest — Fundo Especial Investimento.

Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2004, detinha 6053 acções do Banco Santander Totta, S. A. (a).

(a) Na sequência do processo de reorganização global do Grupo trocou 1310 acções do Banco Santander Portugal, S. A., em 14 de Janeiro de 2005, pelas acções mencionadas.

Eduardo José Stock da Cunha, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003 detinha:

1310 acções do Banco Santander Portugal, S. A.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 2 de Novembro de 2004 venda fora de Bolsa de 1310 acções Banco Santander Portugal, S. A., no valor unitário de 22,74 euros;

Em 31 de Dezembro de 2004 não detinha acções;

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes obrigações:

10 obrigações BSP — Cx. Super Taxa Gar. Euro;
 10 obrigações BSP — Cx. Telecomunicações;
 10 obrigações BSP — Cx. Plus;
 60 obrigações BSP — Santander Euro Valor;
 60 obrigações BSP — Santander Euro Preço;
 30 obrigações CPP — Crédito Predial Crescente;
 20 obrigações CPP — Crédito Predial Max 4;
 150 obrigações CPP — Real Estate;
 25 obrigações Totta Max 28;
 10 obrigações Totta Max 4;

10 obrigações BTA — Totta Crescente;
 10 obrigações BTA — Totta Multisatisfação;
 20 obrigações BTA — Totta Mundial 2002;
 20 obrigações BTA-Totta Valor Europa;
 20 obrigações BTA-Totta Crescimento Europa 22;
 10 obrigações BTA-Totta Investimento Banca;
 20 obrigações Totta Cabaz Diversificação;
 200 obrigações BTA — Cabaz Europa 2005;
 50 obrigações BTA Poupança Super Estrelas.

Em 31 de Dezembro de 2004, detinha as seguintes obrigações:

60 obrigações BSP — Santander Euro Valor;
 60 obrigações BSP — Santander Euro Preço;
 150 obrigações CPP — Real Estate;
 10 obrigações BTA — Totta Crescente;
 10 obrigações BTA — Totta Multisatisfação;
 20 obrigações BTA — Totta Mundial 2002;
 20 obrigações BTA — Totta Valor Europa;
 20 obrigações BTA — Totta Crescimento Europa 22;
 10 obrigações BTA — Totta Investimento Banca;
 20 obrigações Totta Cabaz Diversificação;
 200 obrigações BTA — Cabaz Europa 2005;
 50 obrigações BTA Poupança Super Estrelas.

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2004, detinha as seguintes obrigações:

500 obrigações BSP Real Estate — cônjuge.

Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2004, detinha as seguintes obrigações:

200 obrigações Portador Escriturais Totta Cabaz Digital — Abril 2005.

Valentim Xavier Pintado, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes obrigações:

500 obrigações Portados Escriturais BTA — Super Investimento 10;
 200 obrigações Portador Escriturais BTA — Super Investimento Global 3,5;
 170 obrigações Portador Escriturais BSP — Real Estate;
 200 obrigações Portador Escriturais BSP — Super Investimento;
 100 obrigações Portados Escriturais BSP — Investimento Global 5.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 2 de Fevereiro de 2004, subscrição de 5000 unidades nominativas escriturais Mundinvest — Fundo Especial de Investimento, no valor unitário de cinco euros;

Em 27 de Fevereiro de 2004, subscrição de 2400 unidades nominativas escriturais Mundinvest — Fundo Especial de Investimento, no valor unitário de cinco euros.

Em 31 de Dezembro de 2004, detinha as seguintes obrigações:

500 obrigações portador escriturais BTA — Super Investimento 10;
 200 obrigações portador escriturais BTA — Super Investimento Global 3,5;
 170 obrigações portador escriturais BSP — Real Estate;
 200 obrigações portador escriturais BSP — Super Investimento;
 100 obrigações portador escriturais BSP — Investimento Global 5;
 7400 unidades nominativas escriturais Mundinvest — Fundo Especial de Investimento.

Funções exercidas pelos membros do conselho de administração do BSNP, noutras sociedades

As principais actividades que os membros do conselho de administração da sociedade BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., desempenham fora das sociedades, significativas em relação às mesmas, traduzem-se no exercício das seguintes funções, nas seguintes sociedades:

Eurico Silva Teixeira de Melo:

Banco Santander Totta, S. A., presidente do conselho de administração.

Santander Totta, S. A., presidente do conselho de administração.
Portal Universia Portugal, S. A., vice-presidente do conselho administração.

Socitrel — Santo Tirso, presidente do conselho fiscal.
RAR Holding, presidente da mesa da assembleia geral.

António Mota de Sousa Horta Osório:

Banco Santander Central Hispano (Espanha), director-geral e membro do comité de direcção.

Santander Central Hispano Investment, S. A. (Espanha), administrador.

Abbey National, Plc. (Reino Unido), administrador não executivo.

Banco Santander Totta, S. A., vice-presidente conselho de administração e presidente da comissão executiva.

Santander Totta — SGPS, S. A., vice-presidente conselho de administração e presidente da comissão executiva.

Portal Universia Portugal, S. A., vice-presidente conselho de administração e presidente da comissão executiva.

Nuno Manuel da Silva Amado:

Banco Santander Totta, S. A., vogal do conselho de administração e vice-presidente da comissão executiva.

Santander Totta — SGPS, S. A., vogal do conselho de administração e vice-presidente da comissão executiva.

Foggia — SGPS, S. A., vogal do conselho de administração.

ISBANP — Engenharia e Software Bancário, S. A., presidente do conselho de administração.

Portal Universia Portugal, S. A., vogal do conselho de administração e da comissão executiva.

Miguel de Campos Pereira de Bragança:

Banco Santander Totta, S. A., vogal do conselho de administração e vogal da comissão executiva.

Santander Totta — SGPS, S. A., vogal do conselho de administração e vogal comissão executiva.

Foggia — SGPS, S. A., presidente do conselho de administração.

Taxagest — Soc. Gestora Particip. Sociais, S. A., presidente do conselho de administração.

SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., vogal do conselho de administração.

José Manuel Alves Elias da Costa:

Banco Santander Totta, S. A., vogal do conselho de administração e vogal da comissão executiva.

Santander Totta — SGPS, S. A., vogal do conselho de administração e vogal da comissão executiva.

Santander — Gestão de Activos, SGPS, S. A., presidente do conselho de administração.

Modelo Continente — SGPS, S. A., vogal do conselho de administração.

Eduardo José Stock da Cunha:

Banco Santander Totta, S. A., vogal do conselho de administração e vogal da comissão executiva.

Totta Seguros — Comp. Seguros Vida, S. A., presidente do conselho administração.

Luís Bento dos Santos:

Banco Santander Totta, S. A., vogal do conselho de administração e vogal da comissão executiva.

Adolfo Lagos Espinosa:

Banco Santander Central Hispano, S. A., director-geral.

Santander Investment Services, S. A., membro do conselho administrativo.

SCH Bolsa, S.V., S. A., vice-presidente do conselho de administração.
Integrated Securities Services, S. A., presidente do conselho de administração.

Serviços de Cobranças, Recuperações e Seguimento, S. A. (México), presidente do conselho de administração.

Santander Investment Securities Inc. (EUA), membro do conselho de administração.

Ana Patrícia Botín:

Banco Espanhol de Crédito, S. A., presidente do conselho de administração.

Imobiliária Urbis, S. A., vice-presidente do conselho de administração.

SCH Investment, S. A., membro do conselho de administração.

Banco Santander Central Hispano, membro do conselho de administração.

Frederico José Bastos Saragoça:

Totta Crédito Especializado — Instituição Financeira de Crédito, S. A., vogal do conselho de administração.

Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca:

Banco Santander Central Hispano, S. A., secretário-geral, secretário do conselho e director geral.

União Resineira Espanhola, S. A., membro do conselho de administração.

Sociedade Correctora da Bolsa Valores Madrid, S. L., membro do conselho de administração.

Santander Holding Internacional, S. A., presidente do conselho administração.

Bolsas y Mercados Espanoles — Sociedad Holding de Mercados de Sistemas Financeiros, membro do conselho administração.

Parasant, S. A. (Suíça), presidente do conselho de administração.

Swesant, S. A. (Suíça), presidente do conselho de administração.

Swesant Merchant, S. A. (Suíça), presidente do conselho de administração.

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida:

Santander Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., presidente do conselho de administração.

Santander Gestão de Activos — SGPS, S. A., vogal do conselho de administração.

Santander Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., vice-presidente do conselho de administração.

Pedro Gaspar Fialho:

Previsão — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., vogal do conselho fiscal.

Sofia Luísa Correia Henriques Cardoso de Menezes Frère:

Santander Gestão de Activos — SGPS, S. A., vogal do conselho fiscal.

Santander Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Mobiliário, S. A., vogal do conselho fiscal.

Participações qualificadas

Anexo ao relatório anual do órgão de administração a que se refere o n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais e o artigo 6.º, alínea e), do regulamento n.º 11/2000 da CMVM, com a redacção dada pelo regulamento n.º 24/2000 da CMVM.

É accionista com 10% ou mais do capital social:

	Número de acções	Porcen- tagem de capital social	Porcen- tagem do direito de voto
Foggia — SGPS, S. A.	5 249 994	99,999	99,999

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório* — *Ana Patrícia Botín* — *Miguel de Campos Pereira de Bragança* — *José Manuel Alves Elias da Costa* — *Nuno Manuel da Silva Amado* — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca* — *Eduardo José Stock da Cunha* — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos* — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère* — *Valentim Xavier Pintado* — *Pedro Gaspar Fialho* — *Adolfo Lagos Espinosa* — *Frederico José Bastos Saragoça* — *Pedro Aires Coruche Castro e Almeida*.

Balanços individuais em 31 de Dezembro de 2004 e 2003**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

	Notas	2004		2003	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	51	14 198	—	14 198	974
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	52	17 888	—	17 888	10 189
Outros créditos sobre instituições de crédito	14	841 819	—	841 819	512 624
Créditos sobre clientes	14	96 033	(111)	95 922	84 084
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:					
De emissores públicos	10	112 042	—	112 042	240 568
De outros emissores	10	133 602	(63)	133 539	132 839
Acções e outros títulos de rendimento variável	10	49 584	(3)	49 581	36 690
Partes de capital em empresas coligadas	6	7 468	—	7 468	10 184
Imobilizações incorpóreas	11	3 429	(2 394)	1 035	972
Imobilizações corpóreas	11	8 137	(5 285)	2 852	2 117
Outros activos	31	18 188	(5 687)	12 501	13 492
Contas de regularização	27	690 066	—	690 066	593 579
<i>Total do activo</i>		<i>1 992 454</i>	<i>(13 543)</i>	<i>1 978 911</i>	<i>1 638 312</i>

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2004	2003
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista	18	26 055	13 268
A prazo ou com pré-aviso	18	75 175	290 482
Débitos para com clientes:			
Outros débitos:			
À vista	18	264 490	212 622
A prazo	18	628 060	315 490
Débitos representados por títulos	53	799	9 282
Outros passivos	31	1 114	7 002
Contas de regularização	27	699 296	612 470
Provisões para riscos e encargos:	24	9 755	7 045
Fundo para riscos bancários gerais	24	1 828	1 988
Passivos subordinados	22	100 000	32 385
<i>Total do passivo</i>		<i>1 806 572</i>	<i>1 502 034</i>
Capital	29 e 54	26 250	26 250
Prémios de emissão	54	2 357	2 357
Reservas	54	101 698	70 720
Resultados transitados	54	15 907	15 907
Lucro do exercício	54	26 127	21 044
<i>Total da situação líquida</i>		<i>172 339</i>	<i>136 278</i>
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		<i>1 978 911</i>	<i>1 638 312</i>

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório* — *Ana Patrícia Botin* — *Miguel de Campos Pereira de Bragança* — *José Manuel Alves Elias da Costa* — *Nuno Manuel da Silva Amado* — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca* — *Eduardo José Stock da Cunha* — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos* — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère* — *Valentim Xavier Pintado* — *Pedro Gaspar Fialho* — *Adolfo Lagos Espinosa* — *Frederico José Bastos Saragoça* — *Pedro Aires Coruche Castro e Almeida*.

Demonstrações dos resultados individuais por naturezas em 31 de Dezembro de 2004 e 2003**DÉBITO**

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
A) Custos			
Juros e custos equiparados	56	823 703	781 599
Comissões	57	3 055	4 417
Prejuízos em operações financeiras	58	5 132 305	3 139 906

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
Gastos gerais administrativos:			
Custos com pessoal	59	6 843	5 963
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)		(5 741)	(4 678)
(— encargos sociais)		(953)	(723)
Outros gastos administrativos		5 059	3 475
Amortizações do exercício	11	1 440	1 201
Outros custos de exploração	39	34	23
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	24	8 639	4 549
Provisões para imobilizações financeiras	24	913	1 880
Perdas extraordinárias	39	693	2 106
Impostos sobre lucros	41	3 500	5 759
Outros impostos		34	60
Lucro do exercício	54	26 127	21 044
		6 012 345	3 971 982

CRÉDITO

	Notas	2004	2003
B) Proveitos			
Juros e proveitos equiparados	55	828 623	791 257
Rendimento de títulos		154	379
Comissões	57	20 457	17 421
Lucros em operações financeiras	58	5 154 933	3 159 220
Reposições e anulações de provisões	24	6 255	2 557
Outros proveitos de exploração	39	159	146
Ganhos extraordinários	39	1 764	1 002
		6 012 345	3 971 982

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório* — *Ana Patrícia Botin* — *Miguel de Campos Pereira de Bragança* — *José Manuel Alves Elias da Costa* — *Nuno Manuel da Silva Amado* — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca* — *Eduardo José Stock da Cunha* — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos* — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère* — *Valentim Xavier Pintado* — *Pedro Gaspar Fialho* — *Adolfo Lagos Espinosa* — *Frederico José Bastos Saragoça* — *Pedro Aires Coruche Castro e Almeida*.

Demonstrações dos resultados individuais por funções em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Margem financeira	4 920	9 658
Reposição/(dotação) de provisões para riscos de crédito, líquido	(104)	145
Margem de intermediação	4 816	9 803
Comissões líquidas	17 402	13 004
Outros resultados de exploração	125	123
Margem de serviços	17 527	13 127
Rendimento de títulos	154	379
Resultados em operações financeiras	22 628	19 314
Reposição/(dotação) de provisões para depreciação de títulos, líquido	86	157
Margem da função de investimento	22 868	19 850
Outros custos	(34)	(60)
Resultados antes dos custos de transformação	45 177	42 720
Custos com o pessoal	(6 843)	(5 963)
Outros custos administrativos	(5 059)	(3 475)
Amortizações	(1 440)	(1 201)
Custos de transformação	(13 342)	(10 639)
Resultado operacional	31 835	32 081

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Outras provisões	(3 279)	(4 174)
Resultados na alienação de participações financeiras	—	—
Outros resultados extraordinários	1 071	(1 104)
Resultados antes de impostos	29 627	26 803
Impostos	(3 500)	(5 759)
Resultado líquido	26 127	21 044
Resultado por acção	4,98	4,01
Produto bancário	45 229	42 478

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório* — *Ana Patrícia Botín* — *Miguel de Campos Pereira de Bragança* — *José Manuel Alves Elias da Costa* — *Nuno Manuel da Silva Amado* — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca* — *Eduardo José Stock da Cunha* — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos* — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère* — *Valentim Xavier Pintado* — *Pedro Gaspar Fialho* — *Adolfo Lagos Espinosa* — *Frederico José Bastos Saragoça* — *Pedro Aires Coruche Castro e Almeida*.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	820 100	827 525
Pagamento de juros e comissões	(809 896)	(811 096)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(14 289)	(10 379)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	19 820	5 538
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	15 735	11 588
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de activos e clientes	(340 896)	21 267
Títulos de negociação	129 064	(24 628)
Outros activos e contas de regularização	(30 135)	(112 475)
	(241 967)	(115 836)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	(208 631)	169 906
Débitos para com clientes	364 294	(195 911)
Débitos representados por títulos	(7 400)	(19 758)
Outros passivos e contas de regularização	12 093	137 134
	160 356	91 371
<i>Caixa líquida das actividades operacionais</i>	(65 876)	(12 877)
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Compra de títulos de investimento	(78 061)	(366 942)
Valores recebidos pela venda de títulos de investimento	106 599	382 511
Juros recebidos de títulos de investimento	4 388	4 492
Compra de participações	(47)	—
Alienação de imobilizações	409	30
Aquisição de imobilizações	(2 398)	(1 375)
Dividendos recebidos	154	379
Caixa líquida das actividades de investimento antes dos impostos sobre o rendimento	31 044	19 095
Impostos sobre lucros recebidos (pagos)	(9 313)	(1 366)
<i>Caixa líquida das actividades de investimento após impostos</i>	21 731	17 729
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Juros pagos de obrigações emitidas	(1 083)	(1 879)
Juros pagos de passivos subordinados	(18 031)	—
Reembolso de passivos subordinados	(15 962)	—
Emissão de passivos subordinados	100 000	—
<i>Caixa líquida das actividades de financiamento</i>	64 924	(1 879)
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	20 779	2 973

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Caixa e seus equivalentes no início do período	11 163	8 190
Efeito de fusão da BSN Dealer	144	—
Caixa e seus equivalentes no fim do período	32 086	11 163

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório* — *Ana Patrícia Botín* — *Miguel de Campos Pereira de Bragança* — *José Manuel Alves Elias da Costa* — *Nuno Manuel da Silva Amado* — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca* — *Eduardo José Stock da Cunha* — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos* — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère* — *Valentim Xavier Pintado* — *Pedro Gaspar Fialho* — *Adolfo Lagos Espinosa* — *Frederico José Bastos Saragoça* — *Pedro Aires Coruche Castro e Almeida*.

Anexo às demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2004

Nota introdutória:

O BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. (BSNP ou Banco), constituiu-se em 1 de Setembro de 1993, por alteração da denominação e actividade da sociedade BCI — Investimentos, SGPS, S. A. Está autorizado pelo Ministério das Finanças a operar de acordo com as directrizes estabelecidas por este Ministério, segundo as normas legais reguladoras da actividade bancária vigentes em Portugal.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos ou em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado, prestando ainda outros serviços bancários, através das seguintes áreas de negócio: tesouraria, custódia, intermediação, *corporate finance* e gestão de activos. Adicionalmente, participa no capital de um conjunto de empresas subsidiárias.

Conforme indicado na nota n.º 29, o Banco é integralmente detido pela Foggia — SGPS, S. A. (Grupo Santander), pelo que as suas transacções são influenciadas pelo Grupo em que se insere.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1 — Comparabilidade da informação:

Em Novembro de 2004 foi registada a operação de fusão do Banco com a BSN Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., ao abrigo da qual o património desta última foi incorporado no Banco. Esta operação produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2004, tendo sido apurada uma reserva de fusão no montante de 10 977 milhares de euros (nota n.º 54).

3 — Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outra legislação complementar para o sector bancário estabelecida pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2004 estão pendentes de aprovação pela assembleia geral de accionistas. No entanto, o conselho de administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2 — Principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios:

i) Registo de juros — os juros das operações activas e passivas reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos;

ii) Comissões e outros proveitos e custos — o Banco reconhece, em geral, estes proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

b) *Transacções em moeda estrangeira e produtos derivados.* — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em euros ao câmbio de *fixing* da data do balanço, excepto no que diz respeito aos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, que estão convertidos em euros ao câmbio médio do mês, indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, em função do efeito que têm sobre a posição cambial.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. A definição de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

i) Posição à vista — a posição à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido de activos e passivos nessa moeda, das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base no câmbio de *fixing* do dia, sendo as diferenças cambiais apuradas registadas como custos ou proveitos;

ii) Posição a prazo — a posição a prazo é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas é registada como custo ou proveito.

Operações de permuta de divisas e taxa de juro (*swaps*):

Contratos *swap* de divisas:

As operações *swap* de divisas não são consideradas na reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado são amortizados durante o período de vida das operações, sendo reconhecido o respectivo proveito ou custo por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente.

Contratos *swap* de taxa de juro, de cobertura:

Os contratos *swap* de taxa de juro, de cobertura, são registados pelo valor teórico da operação em rubricas extrapatrimoniais. Os juros a receber e a pagar são relevados como proveitos ou custos, por contrapartida de contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

Contratos *swap* de taxa de juro, de negociação:

Os contratos *swap* de taxa de juro, de negociação, são registados pelo valor teórico da operação em rubricas extrapatrimoniais. Estes contratos são reavaliados diariamente com base no valor dos fluxos futuros de juros, actualizados a taxas de juro de mercado. As diferenças, positivas ou negativas, decorrentes desta reavaliação são relevadas como proveito ou custo, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente.

O fluxo relativo ao cupão actual é periodificado, sendo este valor diferido em contas de regularização nas rubricas de proveitos a receber e custos a pagar.

Contratos de equity swap:

São operações nas quais o Banco paga/recebe a uma contraparte uma determinada remuneração, a qual se encontra associada ao comportamento de uma ou mais variáveis do mercado accionista (índices, cotações ou outras), em troca do recebimento/pagamento de uma taxa de juro normalmente variável, e podendo envolver o recebimento/pagamento de valores antecipados.

O contrato em todas as suas componentes, é reavaliado diariamente, com base nas cotações de mercado e na volatilidade dos subjacentes. Os ganhos e perdas apurados são registados diariamente em resultado por contrapartida de contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente.

Forward rate agreements (FRA):

Os contratos a prazo de taxas de juro (FRAs), são registados em contas extrapatrimoniais de acordo com o montante teórico dos mesmos.

Nos contratos FRAs de cobertura, as importâncias relativas a diferenças de juros recebidos ou pagos na data da liquidação são inicialmente registadas em contas de regularização, sendo de seguida periodificadas durante o prazo da operação, e imputadas às contas de custos ou proveitos associadas aos elementos do passivo ou activo que foram objecto de cobertura.

Os contratos FRAs de negociação são reavaliados diariamente. De acordo com a instrução n.º 121/96, de 16 de Setembro, do Banco de Portugal, as diferenças resultantes da reavaliação mensal são relevadas na demonstração dos resultados.

Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros):

As posições próprias em contratos de futuros são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras. Os activos dados em penhor à Bolsa de Derivados do Porto, como garantia de cumprimento dos contratos, são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal.

Contratos de opções/warrants:

As opções são registadas em contas extrapatrimoniais na data da sua contratação, pelo valor contratado. Os prémios pagos ou recebidos são registados em contas de regularização, sendo reavaliados diariamente com base na cotação e volatilidade dos activos subjacentes.

O resultado dessa reavaliação é registado numa conta de regularização, por contrapartida de custos ou proveitos.

Derivados implícitos:

O valor notional dos derivativos implícitos nos produtos de dívida emitida e nos *swaps* estruturados, opções, *caps* e *floors*, é registado em rubricas extrapatrimoniais.

O montante dos prémios implícitos teóricos nestas operações é registado em contas de regularização e amortizado durante o período de vida das operações, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

Adicionalmente estes derivativos são reavaliados mensalmente com base na cotação de mercado e volatilidade dos activos subjacentes, sendo os lucros e perdas relevados em resultados do exercício por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo.

c) Aplicações em títulos:

i) Títulos de negociação — são considerados títulos de negociação, aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não poderá exceder os seis meses. Estes títulos encontram-se valorizados da seguinte forma:

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados são valorizados com base na cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. A diferença que resulta entre a aplicação deste critério e o custo de aquisição é registada como custo ou proveito.

As obrigações não cotadas encontram-se valorizadas ao custo ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registadas ao custo de aquisição e reavaliados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As mais e menos valias potenciais associadas a acções que integram a composição dos índices PSI 30 e PSI 20 são registadas como proveitos ou custos. As restantes mais-valias potenciais em

acções são diferidas. As menos-valias potenciais são integralmente provisionadas.

ii) Títulos de investimento — são considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco. Os títulos de investimento encontram-se valorizados da seguinte forma:

Os títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento. As menos-valias apuradas na valorização destes títulos ao respectivo valor de mercado, ou presumível de mercado quando não cotados, são provisionadas. Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados como proveitos a receber em contas de regularização do activo (nota n.º 27).

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição.

As diferenças face ao valor de mercado (ou presumível de mercado no caso de acções não cotadas), se corresponderem a perdas potenciais, são provisionadas.

iii) Partes de capital em empresas coligadas — as partes de capital em empresas coligadas encontram-se registadas ao custo de aquisição. Quando a percentagem do Banco nos capitais próprios da empresa coligada é inferior ao custo de aquisição essa diferença é integralmente provisionada.

d) Imobilizações corpóreas e incorpóreas:

i) Imobilizações corpóreas — estas imobilizações encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com taxas fiscalmente aceites, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimados:

	Anos
Imóveis	50
Equipamento informático	3 e 4
Mobiliário e material	8
Material de transporte	4
Outras	5 a 10

Para os bens adquiridos em estado de uso, o Banco calcula a sua amortização com base na vida útil remanescente, atendendo ao tempo de vida já incorrido, utilizando as taxas máximas fiscalmente aceites como custo;

ii) Imobilizações incorpóreas — as imobilizações incorpóreas são registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes, num período de três anos.

e) *Contas de regularização.* — As operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros e para a carteira própria, cuja liquidação financeira ocorre num prazo máximo de três dias úteis, são registadas na rubrica de contas de regularização do activo ou passivo como operações a regularizar (nota n.º 27).

No que se refere a transacções efectuadas no âmbito do mercado contínuo, isto é, relativamente aos valores negociados em âmbito nacional com instituições financeiras filiadas na Central de Valores Mobiliários, que mantém contas de depósitos à ordem no Banco de Portugal (nomeadamente, bancos e corretores), as respectivas liquidações financeiras são efectuadas através daquela instituição, excepto no que diz respeito às taxas de corretagem, que são cobradas directamente ao cliente com a qual se realizou a transacção.

f) *Provisão para férias e subsídio de férias e prémios a pagar ao pessoal.* — Considerando que o montante de férias e subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício são um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior, o Banco releva contabilisticamente, no final de cada exercício, o valor das férias e subsídio de férias e respectivos encargos sociais pagáveis no ano seguinte.

Os prémios a pagar ao pessoal são registados como custo do exercício a que se referem, embora sejam pagos apenas no exercício seguinte. Os prémios a pagar ao conselho de administração não são registados como custo do exercício, sendo pagos pela distribuição de resultados do exercício.

g) *Pensões.* — Conforme indicado na nota introdutória, o Banco assumia anteriormente a designação de BCI — Investimentos, SGPS, S. A., a qual se encontrava abrangida pelo regime geral da segurança social. Consequentemente, dado que o Banco não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, continua a ser abrangido pelo regime geral da segurança social não tendo quaisquer responsabilidades com pensões ou com complementos de reforma para com os seus empregados.

h) *Impostos.* — O Banco é tributado individualmente e encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama.

O Banco não regista impostos diferidos activos, nomeadamente os resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas. Os impostos diferidos passivos resultantes da diferença temporal entre o reconhecimento de resultados de certas operações para efeitos contabilísticos e fiscais encontram-se provisionados na rubrica de provisões para riscos e encargos.

i) *Rubricas extrapatrimoniais.* — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia encontram-se registados ao valor nominal.

j) *Provisões para crédito e juros vencidos, cobrança duvidosa, risco país e riscos gerais de crédito.* — De acordo com a legislação em vigor, o Banco constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento e do facto de estarem ou não cobertos por garantias. A determinação destas provisões cumpre o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas pelo aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro), emitido pelo Banco de Portugal.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. Nos termos do aviso n.º 8/2003 são considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
Estarem em incumprimento há mais de:

Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a 10 anos;
24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

Os créditos vincendo sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

iii) Provisões para risco-país:

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

Das participações financeiras;

Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados-membros da União Europeia;

Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no n.º 1 do artigo 15.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, desde que a garantia abranja o risco de transferência;

Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

Esta provisão é determinada por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, que classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, esta provisão encontra-se classificada nas várias rubricas contabilísticas em que se encontram registados os activos que se enquadram na definição de risco-país.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito:

Encontra-se registada no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos, e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avais prestados, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco. Esta provisão é calculada por aplicação, de uma percentagem de 1% à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avais prestados.

k) *Provisão para outros riscos e encargos.* — Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica inclui 5500 milhares de euros que se destinam a fazer face aos impostos diferidos passivos resultantes da diferença temporal entre o reconhecimento de resultados de certas operações para efeitos contabilísticos e fiscais, 3865 milhares de euros para fazer face a liquidações adicionais de impostos.

Inclui ainda 307 milhares de euros relativos a custos a pagar do exercício de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica inclui 3519 milhares de euros que se destinam a fazer face aos impostos diferidos passivos resultantes da diferença temporal entre o reconhecimento de resultados de certas operações para efeitos contabilísticos e fiscais, 1301 milhares de euros para fazer face a liquidações adicionais de impostos e 1652 milhares de euros para fazer face ao eventual pagamento de incentivos a longo prazo a altos quadros do Banco. Inclui ainda 539 milhares de euros relativos a custos a pagar do exercício de 2002 (nota n.º 39).

No exercício de 2004 e 2003, as provisões para fazer face à desvalorização de participações financeiras em agrupamentos complementares de empresas encontram-se registadas na rubrica de provisões para outras imobilizações financeiras (nota n.º 31).

Estas provisões não são aceites fiscalmente como custo.

l) *Fundo para riscos bancários gerais.* — Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica inclui 1828 milhares de euros e 1302 milhares de euros, respectivamente, que se destinam a fazer face aos riscos de crédito e operacionais na actividade de derivados do Banco. Em 31 de Dezembro de 2003, o remanescente destinava-se a fazer face a riscos genéricos decorrentes da actividade do Banco. As dotações para este Fundo não são fiscalmente aceites como custo.

m) *Vendas de títulos a descoberto.* — Os títulos vendidos a descoberto são registados na rubrica de débitos para com clientes — outros recursos, do passivo, e reavaliados diariamente com base no respectivo valor de mercado. As diferenças de reavaliação são relevadas em resultados nas rubricas de lucros em operações financeiras ou prejuízos em operações financeiras. Tratando-se de títulos de rendimento fixo, os respectivos juros corridos são registados na rubrica de juros e custos equiparados.

n) *Fundo de Garantia de Depósitos.* — Em Novembro de 1994 foi criado o mencionado Fundo, cujo objectivo é garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido totalmente amortizada num período de 60 meses iniciado a partir de Janeiro de 1995.

Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo do exercício a que dizem respeito.

Nos exercícios de 2004 e 2003, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de apenas 25% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos. Os 75% remanescentes, nos montantes de 114 milhares de euros e 64 milhares de euros, respectivamente, nos exercícios de 2004 e 2003, foram reflectidos em

rubricas extrapatrimoniais como um compromisso irrevogável, de desembolso obrigatório em qualquer momento que o Fundo o solicite.

o) *Sistema de indemnização aos investidores.* — As responsabilidades para com o sistema de indemnização aos investidores não são registadas como custo.

Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte do mesmo (50%) garantido

por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, as responsabilidades ascendem a 1657 milhares de euros e 124 milhares de euros, respectivamente.

6 — Empresas subsidiárias e associadas:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os principais dados das empresas subsidiárias do Banco, retirados das suas contas individuais, podem ser resumidos como segue:

Nome e actividade	Participação (percent.)		Total do activo	Total da situação líquida	Resultado líquido
	Directa	Efectiva			
Santander — Gestão de Activos, SGPS, S. A. — Gestão de participações sociais	100,00	100,00	25 592	25 427	140
Taxagest — Sociedade Gestora de Particip. Sociais, S. A. (Taxagest) — Gestão de participações sociais	99,00	99,00			
Santander Gestão de Activos — SGFIM — Gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário	—	100,00	31 064	23 673	8 384
Santander Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. (Santander Pensões) — Gestão de fundos de pensões	—	100,00	3 893	3 658	955
Totta Crédito Especializado — Instituição Financeira de Crédito, S. A. (Totta IFIC) — Crédito especializado	—	0,69	1 545 199	98 860	14 101
Banco Santander Totta, S. A. — Actividade bancária	—	2,47	33 161 372	1 546 592	49 492
BSN Dealer — Soc. Financ. de Corret., S. A. (BSN Dealer) — Corretagem	100,00	100,00	22 672	13 693	754
Santander — Gestão de Activos, SGPS, S. A. — Gestão de participações sociais	100,00	100,00	30 091	18 151	5 304
Taxagest — Sociedade Gestora de Particip. Sociais, S. A. (Taxagest) — Gestão de participações sociais	99,00	99,00	84 325	79 010	13 634
Santander — Sociedade Gestora de Fundos de Invest. Mobiliário, S. A. (Santander — SGFIM) — Gestão de fundos de invest. mobiliário	—	100,00	17 936	10 992	3 783
Santander Imovest — Soc. Gestora de Fundos de Invest. Imobiliários, S. A. (Santander Imovest) — Gestão de fundos de invest. imobiliário	—	100,00	4 538	3 636	2 094
Santander-Gest — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A. (Santander Gest) — Gestão de patrimónios	—	100,00	1 391	896	151
Santander-Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. (Santander Pensões) — Gestão de fundos de pensões	—	100,00	3 011	2 703	808
Totta-Crédito Especializado — Instituição Financeira de Crédito, S. A. (Totta IFIC) — Crédito especializado	—	0,69	1 395 956	84 758	13 722
Comp. Geral de Crédito Predial Português, S. A. (CPP) — Activ. bancária	—	5,16	14 490 021	655 541	54 590

As partes de capital em empresas coligadas têm a seguinte composição:

	2004	2003
BSN Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. (nota n.º 54)	—	2 716
Santander — Gestão de Activos, SGPS, S. A.	7 418	7 418
Taxagest — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	50	50
	7 468	10 184

As principais alterações verificadas em 2004 ao nível das participações detidas pelo Banco foram as seguintes:

Em um de Novembro de 2004, ocorreu a fusão por incorporação da BSN Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., no Banco, mediante a transferência global do património da Dealer (incorporada) e respectiva extinção (nota n.º 1);

O Banco Santander Totta, S. A., resulta da fusão ocorrida em 16 de Dezembro de 2004 do Banco Totta & Açores, S. A., e do Banco Santander Portugal, S. A., na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A., com a alteração da designação deste último para Banco Santander Totta, S. A.;

A Santander Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., resulta da fusão ocorrida em 16 de Dezembro de 2004 da Santander Imovest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, S. A., e da Santander Gest — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A. na Santander — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., com a alteração da designação desta para Santander Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o efeito da consolidação das participações financeiras do Banco traduz-se num aumento do activo no montante de 108 575 milhares de euros e 100 820 milhares de euros, num aumento de reservas de 54 296 milhares de euros e 38 278 mi-

lhares de euros e num aumento do resultado líquido do exercício de 15 525 milhares de euros e 24 061 milhares de euros, respectivamente.

7 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os montantes de obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano que se segue à data de encerramento do balanço são os seguintes:

	2004	2003
Títulos da dívida pública	177	190
Obrigações de outros emissores nacionais	27 474	19 354
	27 651	19 544

8 — Créditos sobre empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os principais créditos mantidos com empresas do Grupo Santander eram os seguintes:

	2004	2003
Disponib. à vista sobre instit. de crédito:		
Depósitos à ordem:		
Banco Santander Central Hispano	10 801	—
Banco Santander Totta, S. A.	677	452
Outros créditos sobre instituições de crédito e sociedades financeiras:		
Mercado monetário interbancário:		
BSN Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.	—	6 000

	2004	2003		2004	2003
Depósitos a prazo:			Banesto Madrid	2 007	—
Banco Santander Totta, S. A.	710 201	251 261	Santander Gestão de Activos — SGFIM	519	1 082
Banco Santander Central Hispano	8 832	9 736	Santander Financial Products — Dublin	481	—
Operações de compra com acordo de re- venda:			Despesas com custo diferido:		
Banco Santander Totta, S. A.	17 768	—	Banco Santander Central Hispano	21 554	—
Créditos sobre clientes:			Banco Santander Totta, S. A.	20 862	—
Descobertos em depósitos à ordem:			Totta Seguros, S. A.	2 112	—
Totta Seguros, S. A.	2 669	—	Banesto Madrid	1 598	—
Santander Gestão de Activos — SGFIM	10	—	Totta Crédito Especializado IFIC	4	—
Contas de regularização:			Outras contas de regularização:		
Proveitos a receber:			Banco Santander Totta, S. A.	168 912	—
Banco Santander Central Hispano	128 142	2 592	Banco Santander Central Hispano	22 280	—
Banco Santander Totta, S. A.	107 742	3 512	Totta Seguros, S. A.	16 152	—
Totta Seguros, S. A.	51 853	—	Santander Financial Products — Dublin	437	—
			Totta Crédito Especializado IFIC	360	—
			10 — Carteira de títulos:		
			A carteira de títulos tem a seguinte composição:		

	2004			2003		
	Negociação	Investimento	Total	Negociação	Investimento	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:						
De emissores públicos:						
Títulos da dívida pública	841	487	1 328	13 568	398	13 966
De outros emissores públicos:						
Estrangeiros	110 714	—	110 714	226 603	—	226 603
	<u>111 555</u>	<u>487</u>	<u>112 042</u>	<u>240 171</u>	<u>398</u>	<u>240 569</u>
Provisões acumuladas:						
De outros emissores:						
Obrigações e outros títulos:						
Emitidos por residentes	46 802	85 306	132 108	39 152	92 344	131 496
Emitidos por não residentes	—	499	499	—	499	499
Títulos subordinados	—	995	995	—	993	993
	<u>46 802</u>	<u>86 800</u>	<u>133 602</u>	<u>39 152</u>	<u>93 836</u>	<u>132 988</u>
Provisões acumuladas	—	(63)	(63)	—	(149)	(149)
	<u>46 802</u>	<u>86 737</u>	<u>133 539</u>	<u>39 152</u>	<u>93 687</u>	<u>132 839</u>
Ações e outros títulos de rendimento variável:						
Ações	47 826	128	47 954	33 114	1 005	34 119
Unidades de participação	1 625	5	1 630	—	2 573	2 573
	<u>49 451</u>	<u>133</u>	<u>49 584</u>	<u>33 114</u>	<u>3 578</u>	<u>36 692</u>
Provisões acumuladas	—	(3)	(3)	—	(2)	(2)
	<u>49 451</u>	<u>130</u>	<u>49 581</u>	<u>33 114</u>	<u>3 576</u>	<u>36 690</u>

O movimento de provisões para títulos encontra-se detalhado na nota n.º 24. O inventário da carteira de títulos encontra-se no anexo II.

11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

O movimento nas imobilizações, durante os exercícios de 2004 e 2003, foi o seguinte:

	Saldo em 2003		Efeito de fusão		Aqui- sições	Transfe- rências	Amortiz. do exerc.	Abates (líquido) (nota n.º 39)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2004
	Valor bruto	Amortiz. acumul.	Valor bruto	Amortiz. acumul.					
Imobilizações incorpóreas:									
Despesas de estabelecimento	44	(44)	179	(179)	—	—	—	—	—
Custos plurianuais	362	(362)	8	(8)	—	—	—	—	—
Despesas de investig. e desenvolv.	1 613	(825)	—	—	146	(492)	(206)	—	236
Sistemas de tratamento automát. de dados (<i>software</i>)	472	(288)	50	(49)	555	492	(433)	—	799
	<u>2 491</u>	<u>(1 519)</u>	<u>237</u>	<u>(236)</u>	<u>701</u>	<u>—</u>	<u>(639)</u>	<u>—</u>	<u>1 035</u>

	Saldo em 2003		Efeito de fusão		Aqui- sições	Transfe- rências	Amortiz. do exerc.	Abates (líquido) (nota n.º 39)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2004
	Valor bruto	Amortiz. acumul.	Valor bruto	Amortiz. acumul.					
Imobilizações corpóreas:									
Obras em edifícios arrendados	2 662	(1 740)	41	(8)	1 226	65	(209)	(340)	1 697
Mobiliário e material	474	(397)	44	(44)	11	(3)	(24)	—	61
Máquinas e ferramentas	703	(548)	32	(29)	4	41	(53)	—	150
Equipamento informático	1 775	(1 317)	267	(204)	186	(10)	(239)	—	458
Instalações interiores	42	(20)	127	(113)	11	(93)	(1)	—	(47)
Material de transporte	1 059	(615)	240	(140)	229	—	(258)	(34)	481
Equipamento de segurança	80	(45)	—	—	30	—	(17)	48	—
Património artístico	4	—	—	—	—	—	—	—	4
	<u>6 799</u>	<u>(4 682)</u>	<u>751</u>	<u>(538)</u>	<u>1 697</u>	<u>—</u>	<u>(801)</u>	<u>(374)</u>	<u>2 852</u>
	9 290	(6 201)	988	(774)	2 398	—	(1 440)	(374)	3 887

	Saldo em 2002		Aqui- sições	Transfe- rências	Amortiz. do exerc.	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2003
	Valor bruto	Amortiz. acumul.					
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de estabelecimento	44	(44)	—	—	—	—	—
Custos plurianuais	362	(362)	—	—	—	—	—
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 069	(397)	544	—	—	(428)	788
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	280	(243)	192	—	—	(45)	184
	1 755	(1 046)	736	—	(473)	—	972

Imobilizações corpóreas:							
Obras em edifícios arrendados	2 582	(1 542)	80	—	(198)	—	922
Mobiliário e material	473	(366)	—	—	—	(30)	77
Maquinas e ferramentas	617	(500)	86	—	—	(48)	155
Equipamento informático	1 572	(1 097)	204	—	—	(221)	458
Instalações interiores	44	(18)	6	—	(2)	(8)	22
Material de transporte	949	(542)	271	—	(215)	(19)	444
Equipamento de segurança	80	(31)	—	—	—	(14)	35
Património artístico	4	—	—	—	—	—	4
	<u>6 321</u>	<u>(4 096)</u>	<u>647</u>	<u>—</u>	<u>(728)</u>	<u>(27)</u>	<u>2 117</u>
	8 076	(5 142)	1 383	—	(1 201)	(27)	3 089

14 — Outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Outros créditos sobre instituições de crédito:

	2004	2003
No País:		
Mercado monetário interbancário	—	6 000
Títulos de depósito emitidos pelo Banco de Portugal	—	16 293
Depósitos a prazo	710 201	251 261
Oper. de compra com acordo de revenda	17 768	—
	<u>715</u>	<u>8 454</u>
Oper. de compra com acordo de revenda	104 303	220 880
Depósitos a prazo	3 412	3 412
Outras aplicações:		
Intercâmbio de fluxos de negócio	5 420	6 324
	<u>841 819</u>	<u>512 624</u>

A rubrica de empréstimos, regista os saldos devedores das contas mantidas por diversas instituições financeiras internacionais junto do Banco.

A rubrica de intercâmbio de fluxos de negócio, corresponde a uma aplicação efectuada junto do Banco Santander Central Hispano — Madrid, com vencimento em 20 de Março de 2020 e um plano de desmobilização previamente acordado.

Esta rubrica apresenta a seguinte estrutura em termos dos prazos residuais de vencimento:

	2004	2003
Até três meses	506 940	467 200
De três meses a um ano	326 046	35 688
De um ano a cinco anos	161	—
Mais de cinco anos	8 672	9 736
	<u>841 819</u>	<u>512 624</u>

As taxas de juro médias em vigor em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, distribuem-se da seguinte forma (em percentagem):

	2004	2003
Operações de compra com acordo de revenda (no País)	2,14	—
Operações de compra com acordo de revenda (no estrangeiro)	1,97	2,03
Mercado monetário interbancário	—	2,35
Títulos de depósito do Banco de Portugal	—	2,05
Depósitos a prazo	2,27	2,15
Intercâmbio de fluxos de negócio	10,00	10,00

Créditos sobre clientes:

	2004	2003
Crédito interno:		
Descobertos em depósitos à ordem	5 303	1 671
Empréstimos	87 896	82 293
	93 199	83 964
Crédito externo	2 273	—
Crédito e juros vencidos	111	368
	96 033	84 332
Provisão para crédito e juros vencidos (nota n.º 24)	(56)	(248)
Provisão para crédito de cobrança duvidosa (nota n.º 24)	(55)	—
	95 922	84 084

Os prazos residuais dos créditos sobre clientes, excluindo crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2004	2003
Até três meses	8 026	1 671
Mais de cinco anos	87 896	82 293
	95 922	83 964

18 — Débitos para com instituições de crédito e para com clientes:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Débitos para com instituições de crédito:

	2004	2003
À vista:		
Depósitos à ordem:		
De instituições no País	1 317	4 270
De instituições no estrangeiro	24 738	8 998
	26 055	13 268

A prazo ou com pré-aviso:

Depósitos a prazo:		
De instituições no pPaís	67 077	252 929
De instituições no estrangeiro	1 072	1 544
	7 026	16 809
Recursos a muito curto prazo	—	19 200
Outros recursos	75 175	290 482
	101 230	303 750

A rubrica de débitos para com instituições de crédito a prazo ou com pré-aviso apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	2004	2003
Até três meses (inclui pré-aviso)	68 172	283 431
De três meses a um ano	3 350	1 889
De um ano a cinco anos	3 663	5 162
	75 175	290 482

As taxas de juro médias em vigor em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, distribuem-se da seguinte forma (em percentagem):

	2004	2003
Outros recursos	—	4,93
Depósitos a prazo	2,21	2,72
Recursos a muito curto prazo	2,27	2,60

Débitos para com clientes:

	2004	2003
Outros débitos:		
À vista	264 490	203 421
Margem garantia — futuros	—	9 201
	264 490	212 622

A prazo:

Depósitos a prazo	508 444	88 564
-------------------------	---------	--------

Outros:

Intercâmbio de fluxos de negócio	6 186	7 090
--	-------	-------

Outros recursos:

Vendas de títulos a descoberto	103 103	219 836
Margem garantia — futuros	10 327	—
	628 060	315 490
	892 550	528 112

A rubrica da margem garantia — futuros, refere-se às contas correntes mantidas por clientes junto do Banco, relativas à actividade de *trading* de futuros.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a rubrica de vendas de títulos a descoberto, refere-se a obrigações emitidas por emissores públicos estrangeiros.

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de depósitos a prazo inclui 130 815 milhares de euros, referentes a depósitos de longo prazo da Totta Seguros remunerados a taxa fixa. O Banco efectuou a cobertura destas operações através da contratação de *swaps* de taxa de juro com o Banco Santander Central Hispano, nos quais paga taxa de juro variável e recebe taxa de juro fixa.

A rubrica de débitos para com clientes, apresenta a seguinte estrutura, de acordo com o prazo residual das respectivas operações:

	2004	2003
Até três meses	377 921	471 457
De três meses a um ano	373 380	53 285
De um ano a cinco anos	160	—
Mais de cinco anos	141 089	3 370
	892 550	528 112

20 — Débitos sobre empresas do Grupo:

Os principais débitos mantidos com empresas do Grupo Santander eram os seguintes:

	2004	2003
Recursos de instituições de crédito:		
Recursos de muito curto prazo:		
Banco Santander Totta, S. A.	7 026	16 809
Depósitos a prazo:		
Totta Seguros, S. A.	134 389	—
Banco Santander Totta, S. A.	66 888	252 930
Banco Santander Central Hispano	45	517

	2004	2003
Depósitos com pré-aviso:		
Totta Seguros, S. A.	160	—
Outros recursos:		
Banco Santander Central Hispano	16	—
Banco Santander Totta, S. A.	—	19 200
Depósitos à ordem:		
Totta Seguros, S. A.	63 747	—
Santander Gestão de Activos — SGFIM	12 445	—
Banco Santander Totta, S. A.	969	1 538
Banco Santander Central Hispano	161	71
SIS — Clearance Account, NY	106	—
Santander Investment Services	42	108
BSCH Suisse	12	16
BSCH Brasil	4	4
Banco Santander Miami	1	1
Totta Crédito Especializado IFIC	1	—
Contas de regularização:		
Custos a pagar:		
Banco Santander Totta, S. A.	163 944	610
Banco Santander Central Hispano	102 620	42
Totta Seguros, S. A.	38 564	—
Santander Financial Products — Dublin	429	—
Banesto Madrid	72	—
Totta Crédito Especializado IFIC	35	—
Santander Gestão de Activos — SGFIM	—	19
Receitas com proveito diferido:		
Totta Seguros, S. A.	16 388	—
Banco Santander Central Hispano	8 093	—
Banco Santander Totta, S. A.	4 399	—
Banesto Madrid	2 938	—
Outras contas de regularização:		
Banco Santander Central Hispano	50 02	—
Banesto Madrid	85	—

22 — Passivos subordinados:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o saldo desta rubrica refere-se às seguintes emissões de obrigações de caixa subordinadas por parte do BSNP:

	2004	2003
BSNP/96 — 1.ª série	—	5 284
BSNP/96 — 2.ª série	—	2 636
BSNP/96 — 3.ª série	—	20 029
BSNP/96 — 4.ª série	—	1 985
BSNP/96 — 5.ª série	—	2 451
BSNP/96 — perpétua	100 000	—
	100 000	32 385

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no anexo I.

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Os compromissos do Banco correspondem essencialmente às garantias prestadas em operações de papel comercial e a facilidades de descobertos bancários, com a seguinte composição:

	2004	2003
Compromissos:		
Facilidades de descoberto em conta	11 288 986	244 798
Outros	174 168	89 293
	11 463 154	334 091

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de facilidades de descoberto em conta, inclui 11 077 250 milhares de euros, relativo a operações com instituições financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de outros incluía 75 000 milhares de euros referentes ao compromisso de garantia de capital, assumido pelo Banco relativamente ao fundo de capital garantido Euro Capital 2004, gerido pela Santander — SGFIM.

Para além dos compromissos, existiam em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os seguintes saldos relativos a outras rubricas extrapatrimoniais:

	2004	2003
Operações cambiais a prazo:		
Compras	632 908	635 984
Vendas	633 597	637 158
Oper. de <i>swap</i> de moeda	341 351	301 029
Oper. de <i>swap</i> de taxa de juro	31 877 619	18 699 242
Oper. de <i>swap</i> de moeda e taxa de juro	321 578	178 544
Oper. a prazo de taxa de juro (FRAs)	—	12 773
Futuros:		
Sobre taxas de juro	164 052	19 557
Sobre cotações	182 958	114 564
Opções:		
Compras	131 205	59 398
Vendas	249 723	68 655
Forwards sobre cotações	1 355	—
Oper. de <i>equity swap</i>	2 813 126	2 812 756
Oper. de garantia de taxa de juro:		
<i>Caps e floors</i>	6 571 540	8 923 541
Depósito e guarda de valores:		
Títulos desmaterializados	45 345 389	32 304 722
Títulos com represent. física	25 124	43 849

A responsabilidade do Banco a pela gestão de fundos de investimento mobiliário e de pensões está indicada na nota n.º 32.

Em 31 de Dezembro de 2004, a actividade desenvolvida pelo Banco em operações de derivados traduz-se nos seguintes valores:

2004					
Valor nominal dos contratos			Justo valor (α)		
Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:					
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):					
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>)	—	1 266 505	—	(607)	(607)
<i>Swaps</i> cambiais (FX <i>swaps</i>)	—	341 351	—	36	36
Opções compradas	—	64 760	—	10 374	10 374
Opções vendidas	—	65 719	—	(10 485)	(10 485)
	—	1 738 335	—	(682)	(682)

	2004					
	Valor nominal dos contratos			Justo valor (a)		
	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Swaps (interest rate swaps)</i>	254 299	31 623 320	31 877 619	6 861	(1 419)	5 442
Opções compradas	—	39 250	39 250	—	490	490
Opções vendidas	—	157 900	157 900	—	(728)	(728)
<i>Caps e floors</i>	—	6 571 540	6 571 540	—	1 446	1 446
	<u>254 299</u>	<u>38 392 010</u>	<u>38 646 309</u>	<u>6 861</u>	<u>(211)</u>	<u>6 650</u>
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
<i>Cross currency swaps</i>	—	321 578	321 578	—	741	741
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
<i>Swaps sobre cotações (equity swaps)</i>	—	2 183 126	2 183 126	—	(17 700)	(17 700)
<i>Forwards sobre cotações (equity forwards)</i> ...	—	1 355	1 355	—	496	496
Opções compradas	—	27 195	27 195	—	24 302	24 302
Opções vendidas	—	26 104	26 104	—	(21 848)	(21 848)
	<u>—</u>	<u>2 867 780</u>	<u>2 867 780</u>	<u>—</u>	<u>(14 750)</u>	<u>(14 750)</u>
	<u>254 299</u>	<u>43 319 703</u>	<u>43 574 002</u>	<u>6 861</u>	<u>(14 902)</u>	<u>(8 041)</u>

(a) Soma algébrica do justo valor das operações na data de referência.

Os produtos derivados classificados como de negociação encontram-se registados pelo justo valor. Os ganhos nos *swaps* de taxa de juro de cobertura encontram-se compensados com perdas em outras operações de balanço. Adicionalmente, para a determinação dos resultados nas operações de derivados dever-se-á ter em consideração os respectivos prémios recebidos e margens iniciais constituídas.

Em 31 de Dezembro de 2004, as maturidades residuais das operações classificadas como de cobertura são as seguintes:

	2004				
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos
Contratos sobre taxa de juro:					
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):					
<i>Swaps (interest rate swaps)</i>	—	—	—	50	254 249
					254 299

Em 31 de Dezembro de 2004, as maturidades residuais das operações classificadas como de negociação são as seguintes:

	2004				
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos
Contratos sobre taxa de câmbio:					
Transaccionados em merc. de balcão (OTC):					
<i>Cambiais a prazo (outright forwards)</i>	33 723	32 903	—	—	1 199 879
<i>Swaps cambiais (FX swaps)</i>	15 743	—	84 036	241 572	—
Opções compradas	22 000	7 612	26 847	8 301	—
Opções vendidas	22 000	7 612	27 806	8 301	—
	<u>93 466</u>	<u>48 127</u>	<u>138 689</u>	<u>258 174</u>	<u>1 199 879</u>
					1 738 335
Contratos sobre taxa de juro:					
Transaccionados em merc. de balcão (OTC):					
<i>Swaps (interest rate swaps)</i>	1 119 493	4 092 713	3 347 748	15 801 098	7 262 268
Opções compradas	—	24 000	—	15 250	—
Opções vendidas	—	102 000	—	55 900	—
<i>Caps e floors</i>	—	7 700	93 000	3 963 672	2 507 168
	<u>1 119 493</u>	<u>4 226 413</u>	<u>3 440 748</u>	<u>19 835 920</u>	<u>9 769 436</u>
					38 392 010
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:					
<i>Cross currency swaps</i>	—	—	—	321 578	—
					321 578

	2004					
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em merc. de balcão (OTC):						
Swaps sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	237 201	86 072	234 075	2 113 836	141 942	2 813 126
Forwards sobre cot. (<i>equity forwards</i>)	1 355		—	—	—	1 355
Opções compradas	—	14 445		12 750	—	27 195
Opções vendidas	—	14 445	—	11 659	—	26 104
	<u>238 556</u>	<u>114 962</u>	<u>234 075</u>	<u>2 138 245</u>	<u>141 942</u>	<u>2 867 780</u>
	1 451 515	4 389 502	3 813 512	22 553 917	11 111 257	43 319 703

24 — Movimentos nas provisões:

Durante os exercícios de 2004 e 2003, o movimento ocorrido nas provisões foi o seguinte:

	Saldos em 31 de Dezembro de 2003	Efeito da fusão	Resultados		Transfe- rências	Utilizações e outros	Saldos em 31 de Dezembro de 2004
			Aumentos	Reposições			
Provisões classificadas no passivo:							
Para riscos e encargos:							
Para riscos gerais de crédito [nota n.º 3.2, al. j)]	35	—	83	(35)	—	—	83
Para outros riscos e encargos [nota n.º 3.2, al. k)]	7 010	1 734	3 293	(2 391)	1 587	(1 561)	9 672
	7 045	1 734	3 376	(2 426)	1 587	(1 561)	9 755
Fundo para riscos bancários gerais [nota n.º 3.2, al. l)]	1 988	—	4 969	(3 343)	(1 587)	(199)	1 828
Provisões classificadas como redução do activo:							
Para crédito de cobrança duvidosa (nota n.º 14)	—	—	47	(209)	248	(31)	55
Para crédito e juros vencidos (nota n.º 14)	248	—	56	—	(248)	—	56
	248	—	103	(209)	—	(31)	111
Para outras imobilizações financeiras (nota n.º 31)	4 774	—	913	—	—	—	5 687
Para depreciação de títulos de investimento:							
De rendimento fixo (nota n.º 10)	150	—	20	(107)	—	—	63
De rendimento variável (nota n.º 10)	2	—	171	(170)	—	—	3
	152	—	191	(277)	—	—	66
	14 207	1 734	9 552	(6 255)	—	(1 791)	17 447

	Saldos em 31 de Dezembro de 2002	Resultados		Transfe- rências	Utilizações e outros	Saldos em 31 de Dezembro de 2003
		Aumentos	Reposições			

Provisões classificadas no passivo:

Para riscos e encargos:

Para riscos gerais de crédito [nota n.º 3.2, alínea j)]	180	67	(212)	—	—	35
Para outros riscos e encargos [nota n.º 3.2, alínea k)]	7 905	2 559	(669)	(2 286)	(499)	7 010
	<u>8 085</u>	<u>2 626</u>	<u>(881)</u>	<u>(2 286)</u>	<u>(499)</u>	<u>7 045</u>
Fundo para riscos bancários gerais [nota n.º 3.2, alínea l)]	2 209	1 504	(1 117)	(608)	—	1 988

Provisões classificadas como redução do activo:

Para crédito e juros vencidos (nota n.º 14)	—	—	—	248	—	248
Para outras imobilizações financeiras (nota n.º 31)	—	1 880	—	2 894	—	4 774
Para devedores e outras aplicações (nota n.º 31)	231	270	(253)	(248)	—	—
	<u>231</u>	<u>2 150</u>	<u>(253)</u>	<u>2 646</u>	<u>—</u>	<u>4 774</u>
Para depreciação de títulos de investimento:						
De rendimento fixo (nota n.º 10)	268	53	(171)	—	—	150
De rendimento variável (nota n.º 10)	41	96	(135)	—	—	2
	<u>309</u>	<u>149</u>	<u>(306)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>152</u>
	10 834	6 429	(2 557)	—	(499)	14 207

27 — Contas de regularização:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Activo:

	2004	2003
Proveitos a receber:		
Juros de títulos de depósito	—	54
Juros de aplicações em instituições de crédito	5 244	3 275
Juros de crédito interno	410	251
Juros de títulos de investimento	2 846	2 840
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro de negociação	321 431	235 844
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro de cobertura	420	22 722
Juros de operações de <i>equity swaps</i>	13 811	13 592
Juros de <i>caps</i> e <i>floors</i>	2 454	789
Comissões a receber:		
Santander — SGFIM	458	1 082
Outras	935	763
Despesas com custo diferido:		
Responsabilidades representadas por títulos	28	936
Operações de <i>swaps</i> de taxa de juro de negociação	45 527	50 673
Operações de <i>swaps</i> de taxa de juro de cobertura	6 065	6 537
Operações de <i>equity swap</i>	1 733	1 934
Operações de <i>swap</i> de moeda	41	—
Outras	498	470
Outras contas de regularização:		
Proveitos e custos em suspenso:		
Opções — mercado de balcão	150 057	137 032
Prémios implícitos de opções vendidas:		
<i>Equity swaps</i>	60 116	54 296
Outros	16 539	5 883
<i>Caps</i> e <i>floors</i>	49 533	49 149
Operações de Bolsa a regularizar [nota n.º 3.2, alínea e)]	1 306	629
Liquidações adicionais de imposto pago e reclamado (nota n.º 41)	2 454	2 454
Outras	8 160	2 374
	690 066	593 579

Passivo:

	2004	2003
Custos a pagar:		
Juros de recursos em instituições de crédito:		
No País	209	610
No estrangeiro	120	109
Juros de depósitos	10 156	4 126
Juros de obrigações subordinadas	332	—
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro de negociação	317 948	235 698
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro de cobertura	1 008	11 857
Juros de operações de <i>equity swap</i>	19 384	20 564
Juros de operações de <i>caps</i> e <i>floors</i>	2 126	395
Outros custos a pagar:		
Prémios a pagar aos empregados e órgão de gestão	1 618	1 232
Provisão para férias e subsídio de férias	942	777
Outros	2 284	755
Receitas com proveito diferido:		
Operações de compra com acordo de revenda	88	62
Operações de <i>swaps</i> de taxa de juro de negociação	39 770	43 480
Operações de <i>swaps</i> de taxa de juro de cobertura	6 065	6 504
Operações de <i>equity swap</i>	19 507	20 601

	2004	2003
Outras contas de regularização:		
Proveitos e custos em suspenso:		
Reavaliação de <i>forwards</i>	608	1 150
<i>Caps e floors</i>	48 416	50 563
Opções — mercado de balcão	147 952	130 299
Prémios implícitos de opções compradas:		
<i>Equity swaps</i>	52 865	57 509
Outros	14 781	4 538
Operações de Bolsa a regularizar [nota n.º 3.2, alínea e)]	391	1 146
Reavaliação de <i>cross-currency swaps</i>	998	3 086
Reavaliação de <i>swaps</i> de taxa de juro	11 218	16 371
Outros	510	1 038
	699 296	612 470

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de outras contas de regularização — outras do activo inclui um montante de 5842 milhares de euros a receber do Estado por excesso de entrega de retenções na fonte em Julho de 2004.

28 — Imputação a resultados e valor de mercado:

a) Montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a:

	2004	2003
Títulos emitidos por valor inferior ao seu valor de reembolso (obrigações subordinadas)	28	936
Títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso	23	37
Títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso	206	58

b) A diferença entre o valor porque estão contabilizados os títulos de investimento e os que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base em valores de mercado (ou presumível de mercado no caso de títulos não cotados):

	2004	2003
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		
Títulos da dívida pública:		
Custo de aquisição	487	398
Provisões constituídas	—	(1)
Valor de balanço	487	397
Mais-valias potenciais	1	—
Valor de mercado	488	397
De outros emissores nacionais:		
Custo de aquisição	85 306	92 344
Provisões constituídas	(37)	(123)
Valor de balanço	85 270	92 221
Mais-valias potenciais	—	440
Valor de mercado	85 270	92 661
De outros emissores não residentes:		
Custo de aquisição	499	499
Provisões constituídas	—	—
Valor de balanço	499	499
Mais-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	499	499
Títulos subordinados:		
Custo de aquisição	995	993
Provisões constituídas	(26)	(26)
Valor de balanço	969	967
Mais-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	969	967

	2004	2003
Acções e outros títulos de rendimento variável:		
Custo de aquisição	133	3 578
Provisões constituídas	(3)	(2)
Valor de balanço	130	3 576
Mais-valias potenciais	1	239
Valor de mercado	131	3 815

c) Diferença entre o valor porque estão contabilizados os títulos de negociação e os que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no custo de aquisição, bem como os lucros e prejuízos não realizados imputados aos resultados do exercício:

	Títulos da dívida pública nacional	Títulos de outros emissores públicos estrangeiros	Títulos de outros emissores nacionais	Acções e outros títulos de rendim. variável
Exercício de 2004:				
Valor de mercado	841	110 714	46 802	49 451
Mais-valias potenciais	(400)	(5 874)	(813)	(2 739)
Menos-valias potenciais	1 668	3	147	88
Custo de aquisição	2 109	104 843	46 136	46 800
Exercício de 2003:				
Valor de mercado	13 568	226 603	39 152	33 114
Mais-valias potenciais	(2 299)	(4 468)	(1 011)	(3 764)
Menos-valias potenciais	5	—	6	6
Custo de aquisição	11 274	222 135	38 147	29 356

29 — Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o capital social do Banco encontra-se representado por 5 250 000 acções, com o valor nominal de cinco euros cada, integralmente subscrito e realizado. O capital social do Banco é integralmente detido pela Foggia — SGPS, S. A. (uma entidade pertencente ao Grupo Santander).

31 — Outros activos e outros passivos:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2004	2003
Outros activos:		
IRC a recuperar	2 018	988
Devedores diversos:		
Residentes	844	353
Não residentes	28	16
Devedores por operações sobre futuros/opções:		
Contas margem de futuros	6 521	8 199
Outras imobilizações financeiras	8 757	8 170
Outros	20	—
	18 188	18 266
Provisões para outras imobilizações financeiras (nota n.º 24)	(5 687)	(4 774)
	12 501	13 492

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de IRC a recuperar inclui 464 milhares de euros referentes ao saldo da BSN Dealer em 1 de Janeiro de 2004, 988 milhares de euros referentes ao apuramento de IRC de exercícios anteriores e 566 milhares de euros referentes ao apuramento de IRC para o exercício de 2004 (nota n.º 41).

A rubrica de contas margem de futuros, refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais, relativas à actividade de *trading* de futuros.

A rubrica de outras imobilizações financeiras, tem a seguinte composição:

	2004	2003
TREM — Aluguer de Material Circulante, ACE	2 850	2 850
Nortrem — Aluguer de Material Ferroviário, ACE	5 124	5 077
Autoloc — Aluguer de Autocarros, ACE	775	775
Outras	8	8
	<u>8 757</u>	<u>8 710</u>

Outros passivos:

	2004	2003
Retenção de impostos na fonte a entregar ao Estado	428	1 233
IVA a pagar	226	52
Fornecedores	177	161
Contribuições para a segurança social	114	86
IRC a pagar (nota n.º 41)	—	5 390
Outros	169	80
	<u>1 114</u>	<u>7 002</u>

32 — Fundos de gestão:

Os principais dados financeiros relativos aos Fundos geridos pela Santander Gestão de Activos — SGFIM e Santander Pensões podem ser resumidos como segue:

	Unidades de participação		Capital do Fundo	
	2004	2003	2004	2003
Santander Gestão de Activos — SGFIM:				
Fundos mobiliários:				
Euro — Futuro Telecomunicações	1 427 844	1 118 263	10 981	7 981
Euro — Futuro Banca e Seguros	780 956	624 056	16 556	11 851
Multi Curto Prazo	37 370 459	35 003 705	190 823	176 673
Euro — Futuro Cíclico	765 971	625 141	16 032	11 834
Totta Capital Europa	—	520 000	—	26 113
Euro Capital 2004	—	1 500 000	—	75 299
Eurosul	—	2 100 000	—	41 299
Euro — Futuro Acções Defensivas	523 455	384 688	10 420	7 083
Poupança Segura FPR/E	18 958 718	15 239 218	109 526	85 451
Santander — Acções Portugal	3 690 771	3 137 468	77 647	53 926
Santander — PPA	2 018 101	2 337 044	54 808	51 265
Multifundos Protecção	—	985 989	—	5 836
Multifundos Conservador	—	586 188	—	3 644
Santander — Acções Europa	10 145 779	11 519 582	37 698	40 004
Poupança Premium FPR/E	22 084 247	7 543 168	116 633	38 540
Multiinvest	6 824 939	8 069 053	37 507	43 109
Mundinvest	20 000 000	—	100 171	—
Acções Global	3 974 015	2 000 924	17 170	8 383
Santander Acções América	1 185 183	1 792 611	4 551	7 248
Multiglobal	14 333 025	14 363 296	74 049	74 022
MultiEquilibrio Dinâmico	2 580 189	—	12 861	—
MultiProtecção Dinâmico	5 036 452	—	25 237	—
Santander Carteira Alternativa	2 545 050	—	12 870	—
Santander Obrigações Agressivo	—	532 823	—	2 873
MultiTaxa Fixa	335 943	834 899	3 237	7 901
MultiTesouraria	61 323 407	58 162 549	625 583	588 166
MultiObrigações	369 816 960	410 794 964	2 082 330	2 275 419
Multibond Premium	129 814 777	96 992 241	683 851	500 483
Poupança Investimento FPR/E	6 509 590	6 390 095	116 541	110 364
			<u>4 437 082</u>	<u>4 254 767</u>
Fundos imobiliários:				
Imovest	22 040 377	21 341 488	202 634	195 082
NovImovest	36 035 557	20 839 029	211 471	117 825
LusImovest	3 000 000	2 000 000	178 127	113 652
			<u>592 232</u>	<u>426 559</u>

	Unidades de participação		Capital do Fundo	
	2004	2003	2004	2003
Santander Pensões:				
Fundo de Pensões BTA	n. a.	n. a.	336 059	312 706
Fundo de Pensões CPP	n. a.	n. a.	456 211	421 845
Fundo de Pensões BSP	n. a.	n. a.	109 955	92 237
Fundo de Pensões Petrogal	n. a.	n. a.	43 514	42 126
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	n. a.	n. a.	709	725
			<u>946 448</u>	<u>869 639</u>
			5 975 762	5 550 965

34 — Efectivos:

O quadro de pessoal do Banco e associadas, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, pode ser resumido como segue:

	2004	2003
Com funções específicas de enquadramento:		
Administradores	7	6
Direcção	22	16
Chefias	34	28
Técnicos informáticos	2	2
Outros técnicos	22	19
Sem funções específicas de enquadramento:		
Administrativos	23	20
	<u>110</u>	<u>91</u>

35 — Remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos sociais:

Nos exercícios de 2004 e 2003, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao conselho de administração ascenderam a 741 milhares de euros e 886 milhares de euros, respectivamente. Adicionalmente, no exercício de 2004 foram pagos bónus ao conselho de administração pela aplicação de resultados do exercício anterior no montante de 1043 milhares de euros.

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais bem como compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

37 — Montante global dos activos e passivos representados em moeda estrangeira:

O contravalor para euros dos elementos do activo e do passivo representados em moeda estrangeira é como segue:

	2004	2003
Activo:		
Disponibilidades à vista sobre instituições crédito	2 847	3 324
Outros créditos sobre instituições de crédito	201	306
Créditos sobre clientes	209	193
Acções e outros títulos de rendimento variável	2 470	1 061
Outros activos	2 695	1 162
Contas de regularização	4 360	624
Operações cambiais (compras)	<u>324 150</u>	<u>317 600</u>
	<u>336 932</u>	<u>324 270</u>
Passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	34 195	19 121
Débitos para com clientes	4 090	1 497
Contas de regularização	5 204	813
Operações cambiais (vendas)	<u>293 934</u>	<u>302 836</u>
	<u>336 934</u>	<u>324 268</u>
Activo/(passivo) líquido	(2)	2

38 — Distribuição dos proveitos correntes por mercados geográficos:

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a totalidade dos proveitos foi gerada na actividade do território nacional.

39 — Outros proveitos e custos de exploração e ganhos e perdas extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2004	2003
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços diversos	154	137
Outros	5	9
	<u>159</u>	<u>146</u>
Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos	27	22
Outros	7	1
	<u>34</u>	<u>23</u>
Ganhos extraordinários:		
Ganhos relativos a exercícios anteriores — anulação de custos a pagar de 2002	87	606
Outros	1 676	396
	<u>1 764</u>	<u>1 002</u>
Perdas extraordinárias:		
Perdas relativas a exercícios anteriores	298	1 340
Outras perdas em valores imobilizados	379	5
Multas e penalidades legais	10	341
Outros	6	420
	<u>693</u>	<u>2 106</u>

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a rubrica de ganhos extraordinários — outros, inclui 1607 milhares de euros e 380 milhares de euros, respectivamente, relativos a excesso de estimativa para imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas do ano anterior.

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de perdas extraordinárias — outras perdas em valores imobilizados, refere-se, essencialmente, a perdas resultantes de abate de imobilizado (nota n.º 11).

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de perdas relativas a exercícios anteriores, inclui aproximadamente 1110 milhares de euros relativos à liquidação de impostos referentes à liquidação adicional do exercício de 2000 (nota n.º 41).

40 — Encargos imputados e pagos no período relativos a passivos subordinados:

Os montantes dos encargos imputados e pagos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, relativos aos empréstimos obrigacionistas de caixa subordinados, são como segue:

	2004		2003	
	Valores pagos	Valores imputados a custos	Valores pagos	Valores imputados a custos
BSNP — 1.ª série	2 790	37	—	350
BSNP — 2.ª série	1 389	45	—	174
BSNP — 3.ª série	10 053	581	—	1 249
BSNP — 4.ª série	988	63	—	123
BSNP — 5.ª série	1 204	119	—	147
BSNP — Perpétua	1 607	1 939	—	—
	<u>18 031</u>	<u>2 783</u>	<u>—</u>	<u>2 043</u>

Os juros relativos aos empréstimos obrigacionistas de caixa subordinados foram pagos no vencimento destas emissões.

41 — Carga fiscal:

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos relativamente à segurança social), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2003 e 2004.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58.º do Código do IRC, a Direcção-Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, na opinião do conselho de administração do Banco, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente ao período acima referido, seja significativa para as demonstrações financeiras.

Nos exercícios de 1998 a 1999, o Banco foi objecto de liquidações adicionais de imposto tendo pago a totalidade dos montantes reclamados e registado no activo o montante de 1656 milhares de euros.

Em 30 de Dezembro de 2002, o Banco foi notificado do projecto de conclusões da acção de inspecção realizada ao exercício de 2000. O referido projecto de conclusões propõe correcções à matéria colectável de IRC no montante de 1994 milhares de euros (correspondente a 785 milhares de euros de imposto) e imposto em falta, incluindo retenções na fonte, no montante de 1622 milhares de euros.

O Banco aderiu relativamente a esta matéria ao regime de regularização de dívidas (Decreto-Lei n.º 248-A/2002, de 14 de Novembro) efectuando o pagamento total em 2003, tendo registado como perdas extraordinárias o montante de 1110 milhares de euros (nota n.º 39) e utilizado provisões no montante de 499 milhares de euros, tendo registado no activo o remanescente.

O Banco foi notificado, em 16 de Dezembro de 2004, das conclusões da acção de inspecção realizada aos exercícios de 2001 e 2002. As conclusões referidas traduzem-se em correcções à matéria colectável de IRC no montante de 938 milhares de euros e 25 milhares de euros, respectivamente (correspondente a 310 milhares de euros e 8 milhares de euros de imposto), e imposto em falta, incluindo retenções na fonte, no montante de 154 milhares de euros referentes ao exercício de 2002.

O Banco tem registadas provisões na rubrica de provisões para riscos e encargos, para fazer face a estas situações.

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício adicionando aquela dotação foi a seguinte:

	2004	2003	2002
Dot. para impostos sobre lucros	3 500	5 759	550
Lucro antes de impostos	29 627	26 803	24 235
Carga fiscal (percentagem)	11,81	21,49	2,27
Pagamentos por conta	3 550	—	—
Retenções na fonte	516	369	251
Impostos sobre os lucros a (recuperar)/pagar (nota n.º 31)	(566)	5 390	299

A carga fiscal é inferior à taxa nominal essencialmente devido benefícios fiscais decorrentes de dividendos recebidos, ao regime de tributação dos ganhos resultantes da reavaliação de operações de derivados e à imputação de prejuízos gerados por agrupamentos completos de empresas.

43 — Consolidação:

As contas do Banco serão consolidadas a nível das demonstrações financeiras da Santander Totta — SGPS, S. A., com sede em Lisboa.

47 — Resultados com empresas do Grupo:

Os resultados gerados com empresas do Grupo Santander em Portugal foram os seguintes:

	2004	2003
Custos:		
Juros de recursos alheios	—	—
Depósitos a prazo:		
Banco Santander Totta, S. A.	4 357	1 799
Totta Seguros, S. A.	2 939	—
Mercado Monetário Interbancário:		
Banco Santander Totta, S. A.	5	—

	2004	2003
Depósitos à ordem:		
Totta Seguros, S. A.	1 055	—
Santander Gestão de Activos — SGFIM	245	374
Banco Santander Totta, S. A.	72	9
Foggia — SGPS	32	—
BSN Dealer, S. A.	—	82
Responsab. represent. por títulos:		
BSN Dealer, S. A.	—	28
Operações cambiais, taxa de juro e sobre cotações:		
Banco Santander Totta, S. A.	362 218	241 680
Totta Seguros, S. A.	42 093	—
Totta Crédito Especializado IFIC	249	—
BSN Dealer, S. A.	—	1 262
Prejuízos em operações financeiras:		
Banco Santander Totta, S. A.	2 697 368	—
Totta Seguros	53 051	—
Totta Crédito Especializado IFIC	1 337	—
	<u>3 165 021</u>	<u>245 234</u>
Proveitos:		
Juros de aplicações:		
Mercado Monetário Interbancário:		
Banco Santander Totta, S. A.	422	224
BSN Dealer, S. A.	—	30
Depósito a prazo:		
Banco Santander Totta, S. A.	8 936	5 254
Títulos:		
Banco Santander Totta, S. A.	5 512	7 511
Operações cambiais, taxa de juro e sobre cotações:		
Banco Santander Totta, S. A.	336 663	138 924
BSN Dealer, S. A.	—	1 209
Totta Crédito Especializado IFIC	406	—
Totta Seguros, S. A.	46 921	—
Lucros em operações financeiras:		
Banco Santander Totta, S. A.	2 278 401	—
Totta Seguros, S. A.	42 399	—
Totta Crédito Especializado IFIC	1 654	—
	<u>3 171 314</u>	<u>153 152</u>
Comissões:		
Banco Santander Totta, S. A.	1 305	1 789
Santander Gestão de Activos — SGFIM	1 226	1 521
BSN Dealer, S. A.	1 654	—
	<u>2 531</u>	<u>3 385</u>
Os resultados gerados com empresas do Grupo Santander no estrangeiro foram os seguintes:		
	2004	2003

Juros e custos equiparados:

BSCH Madrid	266 505	127 149
Grupo Banesto	1 518	1 727

	2004	2003
BSCH Dublin	650	628
Santander Investment Services	17	14
BSCH Suisse	1	1
BSCH Brasil	—	1
Prejuízos em operações financeiras:		
BSCH Madrid	1 330 462	—
Grupo Banesto	4 032	—
Santander Finan. Products — Dublin	3 851	—
	<u>1 607 036</u>	<u>129 520</u>
Juros e proveitos equiparados:		
BSCH Madrid	256 228	165 959
Grupo Banesto	1 670	1 821
BSCH Dublin	707	75
Lucros em operações financeiras:		
BSCH Madrid	1 332 537	—
Grupo Banesto	4 136	—
Santander Finan. Products — Dublin	1 742	—
	<u>1 597 020</u>	<u>167 855</u>

51 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004	2003
Caixa	6	5
Depós. à ordem no Banco de Portugal	<u>14 192</u>	<u>969</u>
	<u>14 198</u>	<u>974</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal, de carácter obrigatório, visam satisfazer os requisitos legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o aviso n.º 7/94, do Banco de Portugal, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis.

52 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica reflecte depósitos à ordem e tem a seguinte composição:

	2004	2003
Em instituições no País	692	527
Em instituições no estrangeiro	<u>17 196</u>	<u>9 662</u>
	<u>17 888</u>	<u>10 189</u>

53 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004	2003
Obrigações de caixa:		
BSNP/97 — Cupão Zero	799	799
BSNP/01 — Cupão Zero 22004	—	8 483
	<u>799</u>	<u>9 282</u>

As condições dos débitos representados por títulos encontram-se detalhadas no anexo I.

54 — Movimento da situação líquida:

O movimento ocorrido nas rubricas da situação líquida durante os exercícios de 2003 e 2004, foi o seguinte:

	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
			Legais	Outras	Total			
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	26 250	2 357	6 623	41 549	48 172	15 907	23 685	116 371
Aplicação de resultados	—	—	2 368	20 180	22 548	—	(22 548)	—
Distrib. de bónus ao cons. de administração	—	—	—	—	—	—	(1 137)	(1 137)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	21 044	21 044
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	26 250	2 357	8 991	61 729	70 720	15 907	21 044	136 278
Aplicação de resultados	—	—	2 104	17 897	20 001	—	(20 001)	—
Distrib. de bónus ao cons. de administração	—	—	—	—	—	—	(1 043)	(1 043)
Reserva de fusão da BSN Dealer (nota n.º 1)	—	—	—	10 977	10 977	—	—	10 977
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	26 127	26 127
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	26 250	2 357	11 095	90 603	101 698	15 907	26 127	172 339

Prémios de emissão:

Esta rubrica refere-se aos prémios de emissão relativos a aumentos de capital efectuados em exercícios anteriores. Os prémios de emissão só poderão ser utilizados para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva legal:

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, são anualmente transferidos para esta reserva o equivalente a 10% do resultado líquido de cada exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

A reserva de fusão da BSN Dealer foi determinada da seguinte forma:

Valor contabilístico da particip. na BSN Dealer (nota n.º 6) [1]	2 716
Valor dos capitais próprios da BSN Dealer em 1 de Janeiro de 2004 [2]	13 693
Reserva de fusão [2]-[1]	10 977

55 — Juros e proveitos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004	2003
Juros de disponibilidades	346	293
Juros de aplicações:		
Em instit. de crédito no País	10 523	7 276
Em instit. de crédito no estrangeiro	6 919	14 914
Crédito interno	2 189	4 879
Títulos de negociação	16 276	14 108
Títulos de investimento	4 390	4 420
Outros juros e proveitos equiparados:		
De operações cambiais, de taxa de juro e sobre cotações	787 980	745 316
Outros	—	51
	828 623	791 257

56 — Juros e custos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004	2003
Juros de recursos alheios:		
De instit. de crédito no País	4 480	2 080
De instit. de crédito no estrangeiro	420	257
De depósitos	17 289	20 412
De débitos representados por títulos	64	618
De capitais próprios e equiparados	2 783	2 043
Juros de outros recursos	—	375

	2004	2003
Outros juros e custos equiparados:		
De operações cambiais, de taxa de juro e sobre cotações	785 192	746 760
Juros da carteira de vendas a descoberto	13 466	9 051
Outros	9	3
	823 703	781 599

57 — Comissões:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2004	2003
Proveitos:		
Por oper. realiz. por conta de terceiros	4 372	3 377
De oper. cambiais e de futuros sobre cotações	490	262
Por serviços bancários prestados	5 629	5 433
Outras comissões:		
De assessoria	7 194	6 649
De organização	35	62
De comercialização	1 226	1 521
De imobilização	130	—
De subscrição	21	25
Outras	1 360	92
	20 457	17 421
Custos:		
De operações realiz. por terceiros	276	2 526
De operações cambiais	579	478
De serviços bancários	2 150	1 413
Outras comissões	50	—
	3 055	4 417

A rubrica de comissões por operações realizadas por conta de terceiros, refere-se essencialmente a comissões de operações sobre títulos.

58 — Lucros e prejuízos em operações financeiras:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2004	2003
Lucros em operações financeiras:		
Lucros e diferenças de reavaliação da posição cambial	21 222	11 667
Lucros e diferenças de reavaliação em aplicações	36 403	56 819

	2004	2003
Lucros e proveitos de operações extra-patrimoniais:		
<i>Cross currency swap</i>	—	3 235
<i>Swap</i> de taxa de juro	3 675 586	2 010 646
FRAs	56	161
Opções — mercado de balcão	951 248	585 486
Opções — mercado organizado	301	—
Futuros	55 665	67 738
Outros lucros em operações financeiras:		
<i>Equity swaps</i>	1 027	21 222
<i>Caps & floors</i>	406 325	396 751
Outros	7 100	5 495
	<u>5 154 933</u>	<u>3 159 220</u>
Prejuízos em operações financeiras:		
Prejuízos e diferenças de reavaliação da posição cambial	20 031	10 309
Prejuízos e diferenças de reavaliação em aplicações	26 760	41 050
Custos e prejuízos de operações extra-patrimoniais:		
<i>Cross currency swap</i>	—	188
<i>Swap</i> de taxa de juro	3 662 949	2 038 374
FRAs	23	46
Opções — mercado de balcão	955 071	566 819
Opções — mercado organizado	245	—
Futuros	58 491	73 835
Outros prejuízos em oper. financeiras:		
<i>Equity swaps</i>	818	11 347
<i>Caps & floors</i>	402 420	385 225
Outros	5 497	12 713
	<u>5 132 305</u>	<u>3 139 906</u>

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a rubrica de lucros e proveitos de operações extrapatrimoniais, inclui proveitos líquidos relativos à reavaliação de estruturas associadas a emissões dos bancos comerciais do grupo cuja cobertura foi assegurada pelo Banco.

59 — Custos com o pessoal:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004	2003
Vencimentos e salários:		
Órgãos de gestão	692	799
Empregados	5 049	3 879
	<u>5 741</u>	<u>4 678</u>
Encargos sociais	953	723
Outros custos com pessoal	149	562
	<u>1 102</u>	<u>1 285</u>
	<u>6 843</u>	<u>5 963</u>

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório* — *Ana Patrícia Botín* — *Miguel de Campos Pereira de Bragança* — *José Manuel Alves Elias da Costa* — *Nuno Manuel da Silva Amado* — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca* — *Eduardo José Stock da Cunha* — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos* — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère* — *Valentim Xavier Pintado* — *Pedro Gaspar Fialho* — *Adolfo Lagos Espinosa* — *Frederico José Bastos Saragoça* — *Pedro Aires Coruche Castro e Almeida*.

Certificação legal das contas e relatório de auditoria

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. (Banco), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 1 978 911 milhares de euros e capitais próprios de 172 339 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 26 127 milhares de euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes e para os fins indicados no ponto 6 abaixo, a posição financeira individual do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal relativos à preparação de contas individuais de instituições financeiras e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no ponto 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — *Ênfases*. — As demonstrações financeiras anexas, elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação aplicável, referem-se à actividade do Banco a nível individual, sendo os investimentos financeiros em empresas suas subsidiárias registados ao custo de aquisição. O Banco preparou em separado, também para aprovação e publicação nos termos da legislação aplicável, demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004, as quais eviden-

ciam, relativamente àquela data, um total de balanço consolidado de 2 087 486 milhares de euros e capitais próprios consolidados no montante de 242 160 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado para o exercício findo naquela data no montante de 41 652 milhares de euros.

7 — Em Novembro de 2004, foi registada a operação de fusão entre o Banco e a BSN Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. (BSN Dealer), na modalidade de fusão por incorporação mediante a transferência global do património na BSN Dealer (sociedade incorporada) para o Banco (sociedade incorporante), com extinção da primeira. Os efeitos contabilísticos da fusão foram reportados a 1 de Janeiro de 2004, tendo gerado uma reserva de fusão no montante de 10 977 milhares de euros, apurada por diferença entre o valor dos capitais próprios da BSN Dealer e o valor por que esta sociedade incorporada estava registada nas contas do BSNP.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas individuais do exercício de 2004 do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. (Banco), os quais são da responsabilidade do conselho de administração do Banco.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços do Banco todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas individuais do exercício de 2004 do Banco, as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações individuais de resultados e de fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, o correspondente anexo e ainda o relatório de gestão do exercício de 2004 elaborado pelo conselho de administração. Adicionalmente, analisámos a certificação legal das contas e relatório de auditoria, elaborada pelo revisor oficial de contas vogal deste conselho, a qual mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerados os assuntos descritos nos pontos 6 e 7 da certificação legal das contas e relatório de auditoria os documentos de prestação de contas individuais do Banco supra-referidos, bem como a proposta expressa no relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2005. — O Conselho Fiscal: *António Mendo Castel-Branco Borges*, presidente — A. Barreira, F. Vieira, J. Romão & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Fernando Jorge Marques Vieira*, vogal — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*, vogal.

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	Notas	2004			2003
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	51	14 199	—	14 199	989
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	52	41 794	—	41 794	45 508
Outros créditos sobre instituições de crédito	14	847 819	—	—	—
Créditos sobre clientes	14	96 033	(111)	95 922	84 084
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:					
De emissores públicos	10	112 572	—	112 572	241 127
De outros emissores	10	162 155	(168)	161 987	132 839
Acções e outros títulos de rendimento variável	10	56 578	(11)	56 567	73 918
Partes de capital em empresas associadas	6	39 658	—	39 658	—
Partes de capital em empresas filiais excl. da consolidação	6	3 656	—	3 656	2 703
Imobilizações incorpóreas	11	4 011	(2 965)	1046	997
Imobilizações corpóreas	11	10 524	(7 417)	3107	2 649
Outros activos	31	18 772	(5 687)	13 065	14 499
Contas de regularização	27	696 072	—	696 072	598 507
<i>Total do activo</i>		<i>2 103 845</i>	<i>(16 359)</i>	<i>2 087 486</i>	<i>1 739 132</i>

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2004	2003
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista	18	25 906	10 806
A prazo ou com pré-aviso	18	75 322	293 052
Débitos para com clientes:			
Outros débitos:			
À vista	18	251 994	188 754
A prazo	18	628 061	324 691
Débitos representados por títulos	53	799	9 283
Outros passivos	31	2 267	8 998
Contas de regularização	27	704 815	613 148

	Notas	2004	2003
Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	54	482	144
Diferenças de consolidação	54	733	733
para riscos e encargos	24	10640	14 195
Fundo para riscos bancários gerais	24	1664	2 025
Passivos subordinados	22	142 000	74 385
<i>Total do passivo</i>		<u>1 844 885</u>	<u>1 540 216</u>
Interesses minoritários	54	441	299
Capital	29 e 54	26 250	26 250
Prémios de emissão	54	2 357	2 357
Reservas	54	155 993	108 997
Resultados transitados	54	15 908	15 908
Lucro consolidado do exercício	54	41 652	45 105
<i>Total da situação líquida</i>		<u>242 160</u>	<u>198 617</u>
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		<u>2 087 486</u>	<u>1 739 132</u>

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2004	2003
Compromissos	23	11 463 043	313 065

O Conselho de Administração: Eurico da Silva Teixeira de Melo, presidente — António Mota de Sousa Horta Osório — Ana Patrícia Botín — Miguel de Campos Pereira de Bragança — José Manuel Alves Elias da Costa — Nuno Manuel da Silva Amado — Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca — Eduardo José Stock da Cunha — Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos — Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère — Valentim Xavier Pintado — Pedro Gaspar Fialho — Adolfo Lagos Espinosa — Frederico José Bastos Saragoça — Pedro Aires Coruche Castro e Almeida.

Demonstrações dos resultados consolidados por naturezas em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
A) Custos			
Juros e custos equiparados	56	823 334	779 881
Comissões	57	52 498	45 521
Prejuízos em operações financeiras	58	5 132 308	3 122 453
Gastos gerais administrativos:			
Custos com pessoal	59	9 528	9 945
Outros gastos administrativos		5 834	4 881
Amortizações do exercício	11	1 583	1 438
Outros custos de exploração	39	57	44
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	24	10 085	5 965
Provisões para outras imobilizações financeiras	24	913	1 880
Perdas extraordinárias	39	834	2 314
Impostos sobre lucros	41	6 912	9 962
Outros impostos		35	74
Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação		682	—
Interesses minoritários		68	171
Lucro consolidado do exercício	54	41 652	45 105
		<u>6 086 323</u>	<u>4 029 634</u>

CRÉDITO

	Notas	2004	2003
B) Proveitos			
Juros e proveitos equiparados	55	829 679	791 226
Rendimento de títulos		154	379
Comissões	57	84 559	74 142
Lucros em operações financeiras	58	5 155 334	3 141 715
Reposições e anulações de provisões	24	11 467	16 098

	Notas	2004	2003
Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação		3 087	3 748
Outros proveitos de exploração	39	159	90
Ganhos extraordinários	39	1 884	2 2362
		6 086 323	4 029 634

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório* — *Ana Patrícia Botín* — *Miguel de Campos Pereira de Bragança* — *José Manuel Alves Elias da Costa* — *Nuno Manuel da Silva Amado* — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca* — *Eduardo José Stock da Cunha* — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos* — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère* — *Valentim Xavier Pintado* — *Pedro Gaspar Fialho* — *Adolfo Lagos Espinosa* — *Frederico José Bastos Saragoça* — *Pedro Aires Coruche Castro e Almeida*.

Demonstrações dos resultados consolidados por funções em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Margem financeira	6 345	11 345
Reposição/(dotação) de provisões para riscos de crédito, líquido	60	148
Margem de intermediação	6 405	11 493
Comissões líquidas	32 061	28 621
Outros resultados de exploração	102	46
Margem de serviços	32 163	28 667
Rendimento de títulos	154	379
Resultados de empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial	2 405	3 748
Resultados em operações financeiras	22 026	19 262
Reposição/(dotação) de provisões para depreciação de títulos, líquido	(27)	571
Margem da função de investimento	25 558	23 960
Outros custos	(103)	(245)
Resultados antes dos custos de transformação	64 023	63 875
Custos com o pessoal	(9 528)	(9 945)
Outros custos administrativos	(5 834)	(4 881)
Amortizações	(1 583)	(1 438)
Custos de transformação	(16 945)	(16 264)
Resultado operacional	47 078	47 611
Outras provisões	436	7 534
Resultados na alienação de participações financeiras	—	—
Outros resultados extraordinários	1 050	(78)
Resultados antes de impostos	48 564	55 067
Impostos	(6 912)	(9 962)
Resultado líquido	41 652	45 105
Resultado por acção	7,93	8,59
Produto bancário	64 093	63 401

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório* — *Ana Patrícia Botín* — *Miguel de Campos Pereira de Bragança* — *José Manuel Alves Elias da Costa* — *Nuno Manuel da Silva Amado* — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca* — *Eduardo José Stock da Cunha* — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos* — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère* — *Valentim Xavier Pintado* — *Pedro Gaspar Fialho* — *Adolfo Lagos Espinosa* — *Frederico José Bastos Saragoça* — *Pedro Aires Coruche Castro e Almeida*.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	885 303	881 848
Pagamento de juros e comissões	(859 155)	(850 712)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(17 995)	(15 543)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	19 407	6 132
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	27 560	21 725

(Em milhares de euros)

	2004	2003
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de activos e clientes	(353 124)	26 992
Títulos de negociação	129 064	(24 737)
Outros activos e contas de regularização	7 801	31 692
	<u>(216 259)</u>	<u>33 947</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	(202 631)	167 224
Débitos para com clientes	366 609	(192 653)
Débitos representados por títulos	(7 400)	(16 761)
Outros passivos e contas de regularização	(27 868)	(6 093)
	<u>128 710</u>	<u>(48 283)</u>
<i>Caixa líquida das actividades operacionais</i>	<u>(59 989)</u>	<u>7 389</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Compra de títulos de investimento	(113 871)	(382 067)
Valores recebidos pela venda de títulos de investimento	127 856	407 400
Juros recebidos de títulos de investimento	4 490	5 449
Compra de participações	(47)	—
Venda de participações	—	—
Alienação de imobilizações	444	151
Aquisição de imobilizações	(2 501)	(1 669)
Dividendos recebidos	154	379
<i>Caixa líquida das actividades de investimento antes dos impostos sobre o rendimento</i>	<u>16 525</u>	<u>29 643</u>
Impostos sobre lucros recebidos (pagos)	(11 964)	(6 061)
<i>Caixa líquida das actividades de investimento após impostos</i>	<u>4 561</u>	<u>23 582</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Juros pagos de obrigações emitidas	(1 083)	(1 620)
Juros pagos de passivos subordinados	(18 031)	—
Reembolso de passivos subordinados	(15 962)	—
Emissão de passivos subordinados	100 000	—
<i>Caixa líquida das actividades de financiamento</i>	<u>64 924</u>	<u>(1 620)</u>
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	<u>9 496</u>	<u>29 351</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	46 497	17 146
Caixa e seus equivalentes no fim do período	55 993	46 497

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório* — *Ana Patrícia Botin* — *Miguel de Campos Pereira de Bragança* — *José Manuel Alves Elias da Costa* — *Nuno Manuel da Silva Amado* — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca* — *Eduardo José Stock da Cunha* — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos* — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère* — *Valentim Xavier Pintado* — *Pedro Gaspar Fialho* — *Adolfo Lagos Espinosa* — *Frederico José Bastos Saragoça* — *Pedro Aires Coruche Castro e Almeida*.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004

Nota introdutória:

O BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. (BSNP ou Banco), constituiu-se em 1 de Setembro de 1993, por alteração da denominação e actividade da sociedade BCI — Investimentos, SGPS, S. A. Está autorizado pelo Ministério das Finanças a operar de acordo com as directrizes estabelecidas por este Ministério, segundo as normas legais reguladoras da actividade bancária vigentes em Portugal.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos ou em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado, prestando ainda outros serviços bancários, através das seguintes áreas de negócio: tesouraria, custódia, intermediação, *corporate finance* e gestão de activos. Adicionalmente, participa no capital de um conjunto de empresas subsidiárias.

Conforme indicado na nota n.º 29, o Banco é integralmente detido pela Foggia, SGPS, S. A. (Grupo Santander), pelo que as suas transacções são influenciadas pelo Grupo em que se insere.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3 — Bases de apresentação, princípios de consolidação e resumo das principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pelo Banco e suas subsidiárias, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outra legislação complementar para o sector bancário estabelecida pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras do Banco e das empresas subsidiárias, em 31 de Dezembro de 2004, estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o conselho de administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2 — Princípios de consolidação:

A consolidação das empresas subsidiárias foi efectuada pelo método de integração global, excepto conforme referido no parágrafo seguinte. Os saldos significativos (e os correspondentes proveitos e custos) entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Adicionalmente, foram efectuados alguns ajustamentos de consolidação por forma a ajustar os princípios contabilísticos das empresas a consolidar com os do Banco. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica de interesses minoritários.

A consolidação das contas das empresas associadas e das subsidiárias cuja actividade não se enquadra no âmbito do sector financeiro foi efectuada pelo método da equivalência patrimonial. A participação financeira detida no Banco Santander Totta, S. A., apesar de inferior a 20% foi também consolidada pelo método da equivalência patrimonial dado ser uma participação estável do Grupo Santander.

De acordo com este método, o valor das participações é ajustado com base na percentagem da situação líquida correspondente à participação efectiva do Banco nessas empresas.

Excepto conforme indicado nos parágrafos seguintes, os valores decorrentes das diferenças (positivas ou negativas) entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas à data da primeira consolidação (31 de Dezembro de 1993), são apresentadas na rubrica de diferenças de consolidação, do activo ou do passivo, respectivamente. As diferenças positivas, registadas no activo, foram amortizadas num período de cinco anos. Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 encontravam-se totalmente amortizadas. As diferenças negativas encontram-se registadas no passivo, não sendo amortizadas.

No exercício de 2004, o impacto da fusão que deu origem ao Banco Santander Totta, S. A. (nota n.º 6), foi registada por contrapartida de reservas.

No exercício de 2002, a diferença de consolidação positiva apurada na aquisição da participação financeira na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A. (CPP), foi amortizada por contrapartida de reservas.

A diferença de consolidação negativa apurada no segundo semestre de 2000 na aquisição da MC — Gestão de Activos, no montante de 503 milhares de euros, foi registada directamente na rubrica de outras reservas, das demonstrações financeiras consolidadas pelo facto de não serem esperadas perdas futuras nesta participação à data da compra.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das empresas subsidiárias, na proporção da respectiva participação, após os ajustamentos de consolidação.

3.3 — Principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios:

i) Registo de juros — os juros das operações activas e passivas reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos;

ii) Comissões e outros proveitos e custos — o Banco e as suas subsidiárias reconhecem, em geral, estes proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

b) Transacções em moeda estrangeira e produtos derivados. — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em euros ao câmbio de *fixing* da data do balanço, excepto no que diz respeito aos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, que estão convertidos em euros ao câmbio médio do mês, indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, em função do efeito que têm sobre a posição cambial.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. A definição

de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

i) *Posição à vista* — a posição à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido de activos e passivos nessa moeda, das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base no câmbio de *fixing* do dia, sendo as diferenças cambiais apuradas registadas como custos ou proveitos.

ii) *Posição a prazo* — a posição a prazo é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas é registada como custo ou proveito.

Operações de permuta de divisas e taxa de juro (*swaps*):

Contratos *swap* de divisas:

As operações *swap* de divisas não são consideradas na reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado são amortizados durante o período de vida das operações, sendo reconhecido o respectivo proveito ou custo por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente.

Contratos *swap* de taxa de juro, de cobertura:

Os contratos *swap* de taxa de juro, de cobertura, são registados pelo valor teórico da operação em rubricas extrapatrimoniais. Os juros a receber e a pagar são relevados como proveitos ou custos, por contrapartida de contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

Contratos *swap* de taxa de juro, de negociação:

Os contratos *swap* de taxa de juro, de negociação, são registados pelo valor teórico da operação em rubricas extrapatrimoniais. Estes contratos são reavaliados diariamente com base no valor dos fluxos futuros de juros, actualizados a taxas de juro de mercado. As diferenças, positivas ou negativas, decorrentes desta reavaliação são relevadas como proveito ou custo, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente.

Contratos de *equity swap*:

São operações nas quais o Banco paga/recebe a uma contraparte uma determinada remuneração, a qual se encontra associada ao comportamento de uma ou mais variáveis do mercado accionista (índices, cotações ou outras), em troca do recebimento/pagamento de uma taxa de juro normalmente variável, e podendo envolver o recebimento/pagamento de valores antecipados.

O contrato em todas as suas componentes, é reavaliado diariamente, com base nas cotações de mercado e na volatilidade dos subjacentes. Os ganhos e perdas apurados são registados diariamente em resultados por contrapartida de contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente.

Forward rate agreements (FRA):

Os contratos a prazo de taxas de juro (FRAs) são registados em contas extrapatrimoniais de acordo com o montante teórico dos mesmos.

Nos contratos FRAs de cobertura, as importâncias relativas a diferenciais de juros recebidos ou pagos na data de liquidação são inicialmente registadas em contas de regularização, sendo de seguida periodificadas durante o prazo da operação, e imputadas às contas de custos ou proveitos associadas aos elementos do passivo ou activo que foram objecto de cobertura.

Os contratos FRAs de negociação são reavaliados diariamente sendo as diferenças resultantes da reavaliação mensal relevadas na demonstração de resultados.

Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros):

As posições próprias em contratos de futuros são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e pre-

juízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras. Os activos dados em penhor à Euronext — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A., como garantia de cumprimento dos contratos, são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal.

Contratos de opções/warrants:

As opções são registadas em contas extrapatrimoniais na data da sua contratação, pelo valor contratado. Os prémios pagos ou recebidos são registados em contas de regularização, sendo reavaliados diariamente com base na cotação e volatilidade dos activos subjacentes.

O resultado dessa reavaliação é registado numa conta de regularização, por contrapartida de custos ou proveitos.

Derivados implícitos:

O valor notional dos derivativos implícitos nos produtos de dívida emitida e nos *swaps* estruturados, opções, *caps* e *floors*, é registado em rubricas extrapatrimoniais.

O montante dos prémios implícitos teóricos nestas operações é registado em contas de regularização e amortizado durante o período de vida das operações, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

Adicionalmente estes derivativos são reavaliados mensalmente com base na cotação de mercado e volatilidade dos activos subjacentes, sendo os lucros e perdas relevados em resultados do exercício por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente.

c) Aplicações em títulos:

i) Títulos de negociação — são considerados títulos de negociação, aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não poderá exceder os seis meses. Estes títulos encontram-se valorizados da seguinte forma:

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados são valorizados com base na cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. A diferença que resulta entre a aplicação deste critério e o custo de aquisição é registada como custo ou proveito;

As obrigações não cotadas encontram-se valorizadas ao custo ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor;

As acções e outros títulos de rendimento variável são registadas ao custo de aquisição e reavaliados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As mais e menos valias potenciais associadas a acções que integram a composição dos índices PSI 30 e PSI 20 são registadas como proveitos ou custos. As restantes mais valias potenciais em acções são diferidas. As menos-valias potenciais são integralmente provisionadas.

ii) Títulos de investimento — são considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco. Os títulos de investimento encontram-se valorizados da seguinte forma:

Os títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento.

As menos-valias apuradas na valorização destes títulos ao respectivo valor de mercado, ou presumível de mercado quando não cotados, são provisionadas. Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados como proveitos a receber em contas de regularização do activo (nota n.º 27).

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição. As diferenças face ao valor de mercado (ou presumível de mercado no caso de acções não cotadas), se corresponderem a perdas potenciais, são provisionadas.

iii) Partes de capital em empresas associadas e partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação — estas rubricas registam as participações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, correspondendo o seu valor à participação efectiva do Banco no capital próprio dessas sociedades. As participações nas quais os direitos de voto variam entre 20% e 50% são registadas na rubrica de partes de capital em empresas associadas. As participações nas quais

os direitos de voto são superiores a 50% são registadas na rubrica de partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação.

d) Imobilizações corpóreas e incorpóreas:

i) Imobilizações corpóreas — estas imobilizações encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com taxas fiscalmente aceites, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimados:

	Anos
Imóveis	50
Mobiliário e material	8
Material de transporte	4
Equipamento informático	3 e 4
Outras	5 a 10

Para os bens adquiridos em estado de uso, o Banco calcula a sua amortização com base na vida útil remanescente.

ii) Imobilizações incorpóreas — as imobilizações incorpóreas são registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes, num período de três anos.

e) Contas de regularização. — As operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros e para a carteira própria, cuja liquidação financeira ocorre num prazo máximo de três dias úteis, são registadas na rubrica de contas de regularização do activo ou passivo como operações a regularizar (nota n.º 27).

No que se refere a transacções efectuadas no âmbito do mercado contínuo, isto é, relativamente aos valores negociados em âmbito nacional com instituições financeiras filiadas na Central de Valores Mobiliários, que mantêm contas de depósitos à ordem no Banco de Portugal (nomeadamente, bancos e corretores), as respectivas liquidações financeiras são efectuadas através daquela instituição, excepto no que diz respeito às taxas de corretagem, que são cobradas directamente ao cliente com a qual se realizou a transacção.

f) Provisão para férias e subsídio de férias e prémios a pagar ao pessoal. — Considerando que o montante de férias e subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício são um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior, o Banco e as suas subsidiárias relevam contabilisticamente, no final de cada exercício, o valor das férias e subsídio de férias e respectivos encargos sociais pagáveis no ano seguinte.

Os prémios a pagar ao pessoal são registados como custo do exercício a que se referem, embora sejam pagos apenas no exercício seguinte. Os prémios a pagar ao conselho de administração não são registados como custo do exercício, sendo pagos pela distribuição de resultados do exercício.

g) Pensões. — Conforme indicado na nota introdutória, o Banco assumia anteriormente a designação de BCI — Investimentos, SGPS, S. A., a qual se encontrava abrangida pelo regime geral da segurança social. Consequentemente, dado que nem o Banco nem nenhuma das suas participadas subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, continua a ser abrangido pelo Regime Geral da Segurança Social não tendo quaisquer responsabilidades com pensões ou com complementos de reforma para com os seus empregados.

h) Impostos. — Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente e encontram-se sujeitas a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama.

O Banco não regista impostos diferidos activos, nomeadamente os resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

Os impostos diferidos passivos resultantes da diferença temporal entre o reconhecimento de resultados de certas operações para efeitos contabilísticos e fiscais encontram-se provisionados na rubrica de provisões para riscos e encargos.

i) Rubricas extrapatrimoniais. — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia encontram-se registados ao valor nominal.

j) Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa, risco-país e riscos gerais de crédito. — De acordo com a

legislação em vigor, o Banco constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento e do facto de estarem ou não cobertos por garantias. A determinação destas provisões cumpre o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas pelo aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro), emitido pelo Banco de Portugal.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. Nos termos do aviso n.º 8/2003 são considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
Estarem em incumprimento há mais de:

Seis meses, nas operações com prazo inferior e cinco anos;
12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

iii) Provisão para risco-país:

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

Das participações financeiras;

Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;

Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no n.º 1, do artigo 15.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, desde que a garantia abranja o risco de transferência;

Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

Esta provisão é determinada por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, que classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, esta provisão encontra-se classificada nas várias rubricas contabilísticas em que se encontram registados os activos que se enquadram na definição de risco-país.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito:

Encontra-se registada no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos, e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avals prestados, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco e das empresas subsidiárias e associadas. Esta provisão é calculada por aplicação de uma percentagem de 1% a totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avals prestados.

k) Provisão para outros riscos e encargos. — Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica inclui 5500 milhares de euros que se destinam a fazer face aos impostos diferidos passivos resultantes da diferença temporal entre o reconhecimento de resultados de certas operações para efeitos contabilísticos e fiscais e 4750 milhares de euros para fazer face a liquidações adicionais de impostos. Inclui ainda 307 milhares de euros relativos a custos a pagar do exercício de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica inclui 5001 milhares de euros para fazer face aos riscos inerentes à participação na Pararede — SGPS, S. A., 4533 milhares de euros que se destinam a fazer face aos impostos diferidos passivos resultantes da diferença temporal entre o reconhecimento de resultados de certas operações para efeitos contabilísticos e fiscais, 1301 milhares de euros para fazer face a liquidações adicionais de impostos e 2431 milhares de euros para fazer face ao eventual pagamento de incentivos a longo prazo a altos quadros do Grupo. Inclui ainda 894 milhares de euros relativos a custos a pagar do exercício de 2002 (nota n.º 39).

Nos exercícios de 2004 e 2003, as provisões para fazer face à desvalorização de participações financeiras em agrupamentos complementares de empresas encontram-se registadas na rubrica de provisões para outras imobilizações financeiras (notas n.ºs 24 e 31).

Estas provisões não são aceites fiscalmente como custo.

l) Fundo para riscos bancários gerais. — Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica inclui 1828 milhares de euros e 1302 milhares de euros, respectivamente, destinados a fazer face aos riscos de crédito e operacionais na actividade de derivados do Banco. Em 31 de Dezembro de 2003, o remanescente destinava-se a fazer face a riscos genéricos decorrentes da actividade do Banco. As dotações para este Fundo não são fiscalmente aceites como custo.

m) Vendas de títulos a descoberto. — Os títulos vendidos a descoberto são registados na rubrica de débitos para com clientes — outros recursos, do passivo, e reavaliados diariamente com base no respectivo valor de mercado. As diferenças de reavaliação são relevadas em resultados na rubrica de lucros e prejuízos em operações financeiras. Tratando-se de títulos de rendimento fixo, os respectivos juros correntes são registados na rubrica de juros e custos equiparados.

n) Fundo de Garantia de Depósitos. — Em Novembro de 1994 foi criado o mencionado Fundo, cujo objectivo é garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido totalmente amortizada num período de 60 meses iniciado a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo do exercício a que dizem respeito.

Nos exercícios de 2004 e 2003, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de apenas 25% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos. Os 75% remanescentes, no montante de 114 milhares de euros e 64 milhares de euros, respectivamente, nos exercícios de 2004 e 2003, foram reflectidos em rubricas extrapatrimoniais, como um compromisso irrevogável, de desembolso obrigatório em qualquer momento que o Fundo o solicite.

o) Sistema de indemnização aos investidores. — As responsabilidades para com o sistema de indemnização aos investidores não são registadas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte do mesmo (50%) garantido por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, as responsabilidades ascendem a 1768 milhares de euros e 463 milhares de euros, respectivamente.

6 — Empresas subsidiárias e associadas:

O Banco detém um conjunto de participações em empresas subsidiárias e associadas. São consideradas empresas subsidiárias os investimentos de carácter duradouro que correspondam a uma percentagem de participação igual ou superior a 50% e possam ser consideradas, conjuntamente com o Banco, uma unidade de decisão. As empresas associadas são investimentos de carácter duradouro cuja percentagem de participação do Banco se situa em geral entre 20% e 50% do seu capital e em relação às quais não existe uma relação de domínio mas apenas de complementaridade com as actividades do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os principais dados das empresas subsidiárias do Banco, retirados das suas contas individuais, bem como o método de consolidação utilizado, podem ser resumidos como segue:

Nome e actividade	2004					
	Participação (percent.)		Total do activo	Total da sit. líquida	Resultado líquido	Método de consolidação
	Directa	Efectiva				
BSNP	n. a.	n. a.	1 978 911	172 339	26 127	(a)
Santander — Gestão de Activos, SGPS, S. A.	100,00	100,00	25 592	25 427	140	(a)
Taxagest — Soc. Gestora de Participações Sociais, S. A. (Taxagest) — Gestão de participações sociais	99,00	99,00	84 760	84 467	5 457	(a)
Santander Gestão de Activos — SGFIM — Gestão de fundos de investimento mobiliário	—	100,00	31 064	23 673	8 384	(a)
Santander-Pensões — Soc. Gest. de Fundos de Pensões, S. A. (Santander Pensões) — Gestão de fundos de pensões ...	—	100,00	3 893	3 658	955	(b)
Totta-Crédito Especializado — Instituição Financ. de Crédito, S. A. (Totta IFIC) — Crédito especializado	—	0,69	1 545 199	98 860	14 101	(b)
Banco Santander Totta, S. A. — Actividade bancária	—	2,47	33 161 372	1 559 475	54 671	(b)

Nome e actividade	2003					
	Participação (percent.)		Total do activo	Total da sit. líquida	Resultado líquido	Método de consolidação
	Directa	Efectiva				
BSNP	n. a.	n. a.	1 638 312	136 278	21 044	(a)
BSN Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. (BSN Dealer) — Corretagem	100,00	100,00	22 672	13 693	754	(a)
Santander — Gestão de Activos, SGPS, S. A. — Gestão de participações sociais	99,23	100,00	30 091	18 151	5 304	(a)
Taxagest — Soc. Gestora de Participações Sociais, S. A. (Taxagest) — Gestão de participações sociais	99,00	99,00	84 325	79 010	13 634	(a)
Santander — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobil., S. A. (Santander-SGFIM) — Gestão de fundos de investimento mobiliário	—	100,00	17 936	10 992	3 783	(a)
Santander Imovest — Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A. (Santander Imovest) — Gestão de fundos de investimento imobiliário	—	100,00	4 538	3 636	2 094	(a)
Santander-Gest — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A. (Santander Gest) — Gestão de patrimónios	—	100,00	1 391	896	151	(a)
Santander-Pensões — Soc. Gest. de Fundos de Pensões, S. A. (Santander Pensões) — Gestão de fundos de pensões	—	100,00	3 011	2 703	808	(b)
Totta-Crédito Especializado — Instituição Financ. de Crédito, S. A. (Totta IFIC) — Crédito especializado	—	0,69	1 395 956	84 758	13 722	(b)
Comp. Geral de Crédito Predial Português, S. A. (CPP) — Actividade bancária	—	5,16	14 490 021	655 541	54 590	(b)

(a) Integral.

(b) Equivalência patrimonial.

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de partes de capital em empresas associadas, inclui 38 976 milhares de euros relativos à participação financeira no Banco Santander Totta, S. A. e 682 milhares de euros referentes à participação na Totta IFIC.

Nesta data, a rubrica de partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação no montante de 3658 milhares de euros referentes à participação na Santander Pensões.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de partes de capital em empresas associadas, inclui 34 102 milhares de euros relativos à participação financeira no CPP e 586 milhares de euros referentes à participação na Totta IFIC.

Nesta data, a rubrica de partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação, no montante de 2703 milhares de euros referentes à participação na Santander Pensões.

No exercício de 2004, as principais alterações ao nível das participações detidas pelo Banco foram as seguintes:

Em 12 de Novembro de 2004, ocorreu a fusão por incorporação da BSN Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., no Banco, mediante a transferência global do património da Dealer (incorporada) e respectiva extinção;

O Banco Santander Totta, S. A., resulta da fusão ocorrida em 16 de Dezembro de 2004 do Banco Totta & Açores, S. A. e do Banco Santander Portugal, S. A., na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A., com a alteração da designação deste último para Banco Santander Totta, S. A.;

A Santander Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., resulta da fusão ocorrida em 21 de Dezembro de 2004 da Santander Imovest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, S. A. e da Santander Gest — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., na Santander — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., com a alteração da designação deste último para Santander Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

No exercício de 2003, a principal alteração ao nível das participações detidas pelo Banco foi a fusão da SCH Rent na Totta-Crédito Especializado — Instituição Financeira de Crédito, S. A., passando o Banco a deter 0,69% nesta última, por troca das acções entregues da SCH Rent.

7 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os montantes das obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano que se segue à data de encerramento do balanço são os seguintes:

	2004	2003
Títulos de dívida pública	707	359
Obrigações de outros emissores nacionais	29 099	26 404
	29 806	26 763

8 — Créditos sobre empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os principais créditos que foram mantidos com empresas do Grupo Santander, eram os seguintes:

	2004	2003
Disponib. à vista sobre instit. de crédito:		
Depósitos à ordem:		
Banco Santander Totta, S. A.	19 348	452
Outros créditos sobre instituições de crédito e sociedades financeiras:		
Depósitos a prazo:		
Banco Santander Totta, S. A.	710 201	251 261
Banco Santander Central Hispano	8 832	9 736
Operações de compra com acordo de re-venda:		
Banco Santander Totta, S. A.	17 768	—
Créditos sobre clientes:		
Descobertos em depósitos à ordem:		
Totta Seguros, S. A.	2 669	—

Contas de regularização:

Proveitos a receber:

Banco Santander Central Hispano	131 192	2 592
Banco Santander Totta, S. A.	107 822	3 512
Totta Seguros, S. A.	51 853	—
Banesto Madrid	2 007	—
Santander Financial Products — Dublin	481	—

Despesas com custo diferido:

Banco Santander Central Hispano	21 554	—
Banco Santander Totta, S. A.	20 862	—
Totta Seguros, S. A.	2 112	—
Banesto Madrid	1 598	—
Totta Crédito Especializado IFIC	4	—

Contas de regularização:

Outras contas de regularização:

Banco Santander Totta, S. A.	168 912	—
Banco Santander Central Hispano	22 280	—
Totta Seguros, S. A.	16 152	—
Santander Financial Products — Dublin	437	—
Totta Crédito Especializado IFIC	360	—

10 — Carteira de títulos:

A carteira de títulos tem a seguinte composição:

	2004			2003		
	Negociação	Investimento	Total	Negociação	Investimento	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:						
De emissores públicos:						
Títulos de dívida pública	841	1 017	1 858	13 568	957	14 525
De outros emissores públicos:						
Estrangeiros	110 714	—	110 714	226 603	—	226 603
Provisões acumuladas	—	—	—	—	(1)	(1)
	111 555	1 017	112 572	240 171	956	241 127
De outros emissores:						
Obrigações e outros títulos:						
Emitidos por residentes	46 802	85 934	132 736	39 152	92 344	131 496
Emitidos por não residentes	—	499	499	—	499	499
Títulos subordinados	—	28 920	28 920	—	993	993
Provisões acumuladas	—	(168)	(168)	—	(149)	(149)
	46 802	115 185	161 987	39 152	93 687	132 839
Ações e outros títulos de rendimento variável:						
Ações	47 826	128	47 954	33 192	21 865	55 057
Títulos de participação	—	6 994	6 994	—	—	55 057
Unidades de participação	1 625	5	1 630	—	18 863	18 863
Provisões acumuladas	—	(11)	(11)	—	(2)	(2)
	49 451	7 116	56 567	33 192	40 726	73 918

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de ações, da carteira de investimento incluía 20 860 milhares de euros relativos a 20 000 000 de ações da Pararede — SGPS, S. A., resultantes do acordo de venda da Eurociber — Tecnologias de Informação, S. A., o que corresponde a uma percentagem de participação de 9,1%. No exercício de 2004 estas ações foram vendidas ao valor contabilístico, tendo sido repostas provisões no montante de 5001 milhares de euros [nota n.º 3, alínea k)].

O movimento de provisões para títulos encontra-se detalhado na nota n.º 24. O inventário da carteira de títulos encontra-se no anexo II.

11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 os movimentos no imobilizado e amortizações acumuladas foram os seguintes:

	Saldo em 2003		Aqui- sições	Transfe- rências	Amortiz. do exerc.	Abates (líquido)	Valor líq. em 31 de Dezembro de 2004
	Valor bruto	Amortiz. acumul.					
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de estabelecimento	465	(453)	—	(12)	—	—	—
Custos plurianuais	454	(454)	—	12	(6)	—	6
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 515	(726)	146	(492)	(206)	—	237
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	876	(680)	554	492	(493)	—	803
	<u>3 310</u>	<u>(2 313)</u>	<u>700</u>	<u>—</u>	<u>(651)</u>	<u>—</u>	<u>1 046</u>
Imobilizações corpóreas:							
Obras em edifícios arrendados	2 774	(1 771)	1 269	18	(222)	(376)	1 692
Mobiliário e material	1 177	(1 070)	20	(3)	(41)	—	83
Máquinas e ferramentas	881	(713)	4	20	(58)	—	134
Instalações interiores	423	(305)	11	(29)	(25)	—	75
Material de transporte	1 533	(902)	274	—	(299)	(35)	571
Equipamento de segurança	85	(45)	31	—	(18)	—	53
Património artístico	4	—	—	—	—	—	4
Outro equipamento	—	—	—	1	—	—	1
	<u>9 984</u>	<u>(7 335)</u>	<u>1 801</u>	<u>—</u>	<u>(932)</u>	<u>(411)</u>	<u>(3 107)</u>
	<u>13 294</u>	<u>(9 648)</u>	<u>2 501</u>	<u>—</u>	<u>(1 583)</u>	<u>(411)</u>	<u>4 153</u>

	Saldo em 2002		Aqui- sições	Transfe- rências	Amortiz. do exerc.	Abates (líquido)	Valor liq. em 31 de Dezembro de 2003
	Valor bruto	Amortiz. acumul.					
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de estabelecimento	465	(445)	—	—	(8)	—	12
Custos plurianuais	344	(344)	—	—	—	—	—
Despesas de investigação e desenvolvimento	970	(299)	545	—	(427)	—	789
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	666	(627)	192	18	(53)	—	196
Outras	110	(110)	—	—	—	—	—
Imobilizado em curso	18	—	—	(18)	—	—	—
	<u>2 573</u>	<u>(1 825)</u>	<u>737</u>	<u>—</u>	<u>(488)</u>	<u>—</u>	<u>997</u>
Imobilizações corpóreas:							
Imóveis em serviço próprio	28	(8)	—	(20)	—	—	—
Obras em edifícios arrendados	2 646	(1 551)	100	20	(213)	—	1 002
Mobiliário e material	1 177	(1 021)	—	—	(49)	—	107
Máquinas e ferramentas	797	(669)	101	(4)	(57)	(8)	160
Instalações interiores	398	(278)	32	—	(26)	(8)	118
Material de transporte	1 431	(770)	325	—	(325)	(30)	631
Equipamento informático	2 819	(2 258)	370	4	(266)	(82)	587
Equipamento de segurança	85	(45)	31	—	(18)	—	53
Património artístico	4	—	—	—	—	—	4
	<u>9 381</u>	<u>(6 586)</u>	<u>932</u>	<u>—</u>	<u>(950)</u>	<u>(128)</u>	<u>2 649</u>
	11 954	(8 411)	1 669	—	(1 438)	(128)	3 646

14 — Outros créditos sobre instit. de crédito e créditos sobre clientes:

Outros créditos sobre instituições de crédito:

	2004	2003
No País:		
Tit. de depós. emit. pelo Banco de Portugal	—	16 293
Depósitos a prazo	716 130	251 261
Aplicações a muito curto prazo	71	—
Oper. de compra com acordo de revenda	17 768	—
No estrangeiro:		
Empréstimos	715	8 454
Oper. de compra com acordo de revenda	104 303	220 880
Depósitos a prazo	3 412	3 412
Outras aplicações:		
Intercâmbio de fluxos de negócio	5 420	6 324
	<u>847 819</u>	<u>506 624</u>

A rubrica de empréstimos regista os saldos devedores das contas mantidas por diversas instituições financeiras internacionais junto do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a rubrica de intercâmbio de fluxos de negócio, refere-se a uma aplicação efectuada junto do Banco Santander Central Hispano — Madrid, com vencimento em 20 de Março de 2020 e um plano de desmobilização previamente acordado.

Esta rubrica apresenta a seguinte estrutura em termos dos prazos residuais de vencimento:

	2004	2003
Até três meses	512 941	461 200
De três meses a um ano	326 046	35 688
De um ano a cinco anos	160	—
Mais de cinco anos	8 672	9 736
	<u>847 819</u>	<u>506 624</u>

As taxas de juro médias em vigor em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, distribuem-se da seguinte forma (em percentagem):

	2004	2003
Operações de compra com acordo de revenda (no País)	2,14	—
Operações de compra com acordo de revenda (no estrangeiro)	1,97	2,03
Títulos de depós. do Banco de Portugal	—	2,05
Depósitos a prazo	2,27	2,15
Intercâmbio de fluxos de negócio	10,00	10,00

Créditos sobre clientes:

	2004	2003
Crédito interno:		
Descobertos em depósitos à ordem	5 303	1 671
Empréstimos	87 896	82 293
	93 199	83 964
Crédito externo	2 723	—
	95 922	83 964
Crédito e juros vencidos	111	368
	96 033	84 332
Provisão para crédito de cobrança duvidosa (nota n.º 24)	(56)	(248)
Provisão para crédito e juros vencidos (nota n.º 24)	(55)	—
	95 922	84 084

Os prazos residuais dos créditos sobre clientes, excluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2004	2003
Até três meses	8 026	1 671
Mais de cinco anos	87 896	82 293
	95 922	83 964

O Banco e as suas subsidiárias dispõem de provisões genéricas para riscos gerais de crédito que, em 31 de Dezembro de 2004, ascendiam a 83 milhares de euros (nota n.º 24).

18 — Débitos para com instituições de crédito e para com clientes:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Débitos para com instituições de crédito:

	2004	2003
À vista:		
Depósitos à ordem:		
Em instituições no País	1 316	1 810
Em instituições no estrangeiro	24 592	8 998
	25 908	10 808
A prazo ou com pré-aviso:		
Depósitos a prazo:		
De instituições no País	66 954	255 499
De instituições no estrangeiro	1 072	1 544
Recursos a muito curto prazo	7 026	16 809
Outros recursos	270	19 200
	75 322	293 052
	101 230	303 860

A rubrica de débitos para com instituições de crédito a prazo ou com pré-aviso, apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	2004	2003
Até três meses (inclui pré-aviso)	68 608	286 001
De três meses a um ano	3 051	1 889
De um ano a cinco anos	3 618	5 162
Mais de cinco anos	45	—
	75 322	293 052

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, as taxas de juro médias em vigor, distribuem-se da seguinte forma:

(Em percentagem)

	2004	2003
Depósitos a prazo	2,21	2,72
Recursos a muito curto prazo	2,27	2,60

Os débitos para com as entidades do Grupo Santander em Portugal encontram-se identificados na nota n.º 20.

Débitos para com clientes:

	2004	2003
Outros débitos:		
À vista	251 994	188 754
A prazo:		
Depósitos a prazo	508 444	88 564
Margem garantia — futuros	—	9 201
Outros:		
Intercâmbio de fluxos de negócio	6 186	7 090
Outros recursos:		
Vendas de títulos a descoberto	103 103	219 836
Margem garantia — futuros	10 328	—
	628 061	324 691
	880 055	513 445

A rubrica de margem garantia — futuros, refere-se às contas correntes mantidas por clientes junto do Banco, relativas à actividade de *trading* de futuros.

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de depósitos a prazo, inclui 130 815 milhares de euros, referentes a depósitos de longo prazo da Totta Seguros remunerados a taxa fixa.

O Banco efectuou a cobertura destas operações através da contratação de *swaps* de taxa de juro com o Banco Santander Central Hispano, nos quais paga taxa de juro variável e recebe taxa de juro fixa.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a rubrica de vendas de títulos a descoberto, refere-se a obrigações emitidas por emissores públicos estrangeiros.

Os outros débitos para com clientes — a prazo, apresentam a seguinte estrutura, de acordo com o prazo residual das respectivas operações:

	2004	2003
Até três meses (inclui pré-aviso)	153 511	268 036
De três meses a um ano	333 300	53 285
De um ano a cinco anos	674	—
Mais de cinco anos	140 575	3 370
	628 061	324 691

20 — Débitos sobre empresas do grupo:

Os principais débitos mantidos com empresas do Grupo Santander eram os seguintes:

	2004	2003
Recursos de instituições de crédito:		
Recursos muito curto prazo:		
Banco Santander Totta, S. A.	7 026	16 809
Depósitos a prazo:		
Totta Seguros, S. A.	134 389	
Banco Santander Totta, S. A.	66 888	252 930
Banco Santander Central Hispano	45	517
Depósitos com pré-aviso:		
Totta Seguros, S. A.	160	—
Outros recursos:		
Banco Santander Totta, S. A.	—	19 200
Depósitos à ordem:		
Totta Seguros, S. A.	63 747	—
Banco Santander Totta, S. A.	973	1 538
Banco Santander Central Hispano	176	71
SIS — Clearance Account, NY	106	—
Santander Investment Services	42	108
BSCH Suisse	12	16
BSCH Brasil	4	4
Banco Santander Miami	1	1
Totta Crédito Especializado IFIC	1	—
Contas de regularização:		
Proveitos a receber:		
Banco Santander Totta, S. A.	163 944	610
Banco Santander Central Hispano	102 620	42
Totta Seguros, S. A.	38 564	—
Santander Financial Products — Dublin	429	—
Banesto Madrid	72	—
Totta Crédito Especializado IFIC	35	—
Receitas com proveito diferido:		
Totta Seguros, S. A.	16 388	—
Banco Santander Central Hispano	8 093	—
Banco Santander Totta, S. A.	4 399	—
Banesto Madrid	2 938	—
Outras contas de regularização:		
Banco Santander Central Hispano	50 082	—
Banesto Madrid	85	—
22 — Passivos subordinados:		
O saldo desta rubrica refere-se às seguintes emissões de obrigações de caixa subordinadas por parte do BSNP:		
	2004	2003
Passivos subordinados:		
BSNP/96 — 1.ª série	—	5 284
BSNP/96 — 2.ª série	—	2 636
BSNP/96 — 3.ª série	—	20 029
BSNP/96 — 4.ª série	—	1 985
BSNP/96 — 5.ª série	—	2 451
BSNP/04 — Perpétua	100 000	—
	100 000	32 385

Prestações suplementares:

	2004	2003
Taxagest	42 000	42 000
	142 000	74 385

As prestações suplementares da Taxagest foram efectuadas a título voluntário pela Foggia — SGPS, S. A., não vencem juros nem têm prazo de reembolso pré-definido.

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no anexo I.

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Os compromissos do Banco correspondem essencialmente às garantias prestadas em operações de papel comercial e a facilidades de descobertos bancários, com a seguinte composição:

	2004	2003
Compromissos:		
Facilidades de descoberto em conta	11 288 986	223 464
Outros	174 057	89 601
	11 463 043	313 065

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de facilidades de descoberto em conta, inclui 11 077 250 milhares de euros, relativo a operações com instituições financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de outros, incluía 75 000 milhares de euros referentes ao compromisso de garantia de capital, assumido pelo Banco relativamente ao fundo de capital garantido Euro Capital 2004, gerido pela Santander — SGFIM.

Para além dos compromissos, existiam em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 os seguintes saldos relativos a outras rubricas extrapatrimoniais:

	2004	2003
Operações cambiais a prazo:		
Compras	632 908	635 984
Vendas	633 597	637 158
Operações de <i>swap</i> de moeda	341 351	301 029
Operações de <i>swap</i> de taxa de juro	31 877 619	18 699 242
Operações de <i>swap</i> de moeda e taxa de juro	321 578	—
Oper. a prazo de taxa de juro (FRAs)	—	12 773
Futuros:		
Sobre taxas de juro	164 052	19 557
Sobre cotações	182 958	114 564

Opções:

	2004	2003
Compras	131 205	59 398
Vendas	249 723	68 655
Forwards sobre cotações	1 355	—
Operações de <i>equity swap</i>	2 813 126	2 812 756
Oper. de garantia de taxa de juro:		
<i>Caps e floors</i>	6 571 540	8 923 541

Depósito e guarda de valores:

	2004	2003
Títulos desmaterializados	45 345 389	32 304 722
Títulos com represent. física	25 124	43 849

A responsabilidade do Banco a pela gestão de fundos de investimento mobiliário e de pensões está indicada na nota n.º 32.

Em 31 de Dezembro de 2004, a actividade desenvolvida pelo Banco em operações de derivados traduz-se nos seguintes valores:

	2004					
	Valor nominal dos contratos			Justo valor (a)		
	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>)	—	1 266 505	1 266 505	—	(607)	(607)
Swaps cambiais (FX swaps)	—	341 351	341 351	—	36	36
Opções compradas	—	64 760	64 760	—	10 374	10 374
Opções vendidas	—	65 719	65 719	—	(10 485)	(10 485)
	—	1 738 335	1 738 335	—	(682)	(682)
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Swaps (<i>interest rate swaps</i>)	254 299	31 623 320	31 877 619	6 861	(1 419)	5 442
Opções compradas	—	39 250	39 250	—	490	490
Opções vendidas	—	157 900	157 900	—	(728)	(728)
Caps e floors	—	6 571 540	6 571 540	—	1 446	1 446
	254 299	38 392 010	38 646 309	6 861	(211)	6 650
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
Cross currency swaps	—	321 578	321 578	—	741	741
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC):						
Swaps sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	—	2 813 126	2 813 126	—	(17 700)	(17 700)
Forwards sobre cotações (<i>equity forwards</i>) ...	—	1 355	1 355	—	496	496
Opções compradas	—	27 195	27 195	24 302	24 302	
Opções vendidas	—	26 104	26 104	—	(21 848)	(21 848)
	—	2 867 780	2 867 780	—	(14 750)	(14 750)
	254 299	43 319 703	43 574 002	6 861	(14 902)	(8 041)

(a) Soma algébrica do justo valor das operações na data de referência.

Os produtos derivados classificados como de negociação encontram-se registados pelo justo valor. Os ganhos nos *swaps* de taxa de juro de cobertura encontram-se compensados com perdas em outras operações de balanço. Adicionalmente, para a determinação dos resultados nas operações de derivados dever-se-á ter em consideração os respectivos prémios recebidos e margens iniciais constituídas.

Em 31 de Dezembro de 2004, as maturidades residuais das operações classificadas como de cobertura são as seguintes:

	2004					
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em merc. de balcão (OTC):						
Swaps (<i>interest rate swaps</i>)	—	—	—	50	254 249	254 299

Em 31 de Dezembro de 2004, as maturidades residuais das operações classificadas como de negociação são as seguintes:

	2004					
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccionados em merc. de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>)	33 723	32 903	—	—	1 199 879	1 266 505
Swaps cambiais (FX swaps)	15 743	—	84 036	241 572	—	341 351
Opções compradas	22 000	7 612	26 847	8 301	—	64 760
Opções vendidas	22 000	7 612	27 806	8 301	—	65 719
	93 466	48 127	138 689	258 174	1 199 879	1 738 335

	2004					
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccionados em merc. de balcão (OTC):						
Swaps (interest rate swaps)	1 119 493	4 092 713	3 347 748	15 801 098	7 262 268	31 623 320
Opções compradas	—	24 000	—	15 250	—	39 250
Opções vendidas	—	102 000	—	55 900	—	157 900
Caps e floors	—	7 700	93 000	3 963 672	2 507 168	6 571 540
	<u>1 119 493</u>	<u>4 226 413</u>	<u>3 440 748</u>	<u>19 835 920</u>	<u>9 769 436</u>	<u>38 392 010</u>
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
Cross currency swaps	—	—	—	321 578	—	321 578
Contratos sobre cotações:						
Transaccionados em merc. de balcão (OTC):						
Swaps sobre cotações (equity swaps)	237 201	86 072	234 075	2 113 836	141 942	2 813 126
Forwards sobre cot., (equity forwards)	1 355	—	—	—	—	1 355
Opções compradas	—	14 445	—	12 750	—	27 195
Opções vendidas	—	14 445	—	11 659	—	26 104
	<u>238 556</u>	<u>114 962</u>	<u>234 075</u>	<u>2 138 245</u>	<u>141 942</u>	<u>2 867 780</u>
	<u>1 451 515</u>	<u>4 389 502</u>	<u>3 813 512</u>	<u>22 553 917</u>	<u>11 111 257</u>	<u>43 319 703</u>

24 — Movimentos nas provisões:

Durante os exercícios de 2004 e 2003 o movimento ocorrido nas provisões foi o seguinte:

	Saldos em 31 de Dezembro de 2003	Resultados		Transfe-rências	Utilizações e outros	Saldos em 31 de Dezembro de 2004
		Aumentos	Reposições			
Provisões classificadas no passivo:						
Para riscos e encargos:						
Para riscos gerais de crédito [notas n.ºs 14 e 3.3, alínea j)]	35	86	(38)	—	—	83
Para outros riscos e encargos [nota n.º 3.3, alínea k)]	14 160	4 624	(7 599)	1 587	(2 215)	10 557
	14 195	4 710	(7 637)	1 587	(2 215)	10 640
Fundo para riscos bancários gerais [nota n.º 3.3, alínea l)]	2 025	4 969	(3 343)	(1 587)	(200)	1 864
Provisões classificadas como redução do activo:						
Para depreciação de títulos de investimento:						
De rendimento fixo [notas n.ºs 10 e 3.3, alínea c)]	150	124	(106)	—	—	168
De rendimento variável [notas n.ºs 10 e 3.3, alínea c)]	2	180	(171)	—	—	11
	152	304	(277)	—	—	179
Para crédito e juros vencidos (nota n.º 14)	—	46	(210)	248	(29)	55
Para crédito de cobrança duvidosa (nota n.º 14)	248	56	—	(248)	—	56
	248	102	(210)	—	(29)	111
Para devedores e outras aplicações (nota n.º 31)	—	—	—	—	—	—
Para outras imobilizações financeiras (nota n.º 31)	4 774	913	—	—	—	5 687
	4 774	913	—	—	—	5 687
	21 394	10 998	(11 467)	—	(2 444)	18 481

	Saldos em 31 de Dezembro de 2002	Resultados		Transfe-rências	Utilizações e outros	Saldos em 31 de Dezembro de 2003
		Aumentos	Reposições			

Provisões classificadas no passivo:

Para riscos e encargos:

Para riscos gerais de crédito [notas n.ºs 14 e 3.3, alínea j)]	183	70	(218)	—	—	35
Para outros riscos e encargos [nota n.º 3.3, alínea k)]	26 185	3 972	(13 786)	(1 905)	(306)	14 160
	<u>26 368</u>	<u>4 042</u>	<u>(14 004)</u>	<u>(1 905)</u>	<u>(306)</u>	<u>14 195</u>
Fundo para riscos bancários gerais [nota n.º 3.3, alínea l)]	2 631	1 504	(1 121)	(989)	—	2 025

	Saldos em 31 de Dezembro de 2002	Resultados		Transfe- rências	Utilizações e outros	Saldos em 31 de Dezembro de 2003
		Aumentos	Reposições			
Provisões classificadas como redução do activo:						
Para depreciação de títulos de investimento:						
De rendimento fixo [notas n.ºs 10 e 3.3, alínea c)]	268	53	(171)	—	—	150
De rendimento variável [notas n.ºs 10 e 3.3, alínea c)]	455	96	(549)	—	—	2
	723	149	(720)	—	—	152
Para crédito de cobrança duvidosa (nota n.º 14)	—	—	—	248	—	248
Para devedores e outras aplicações (nota n.º 31)	231	270	(253)	(248)	—	—
Para outras imobilizações financeiras (nota n.º 31)	—	1 880	—	2 894	—	4 774
	231	2 150	(253)	2 646	—	4 774
	29 953	7 845	(16 098)	—	(306)	21 394

Em 31 de Dezembro de 2003, para fazer face aos riscos inerentes à participação detida na Pararede — SGPS, S. A. o Banco dispunha de uma provisão no montante de 5001 milhares de euros registada na rubrica de provisão para outros riscos e encargos. Em resultado da venda das acções esta provisão foi anulada.

27 — Contas de regularização:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Activo:

	2004	2003
Proveitos a receber:		
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro de negociação	321 431	235 484
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro de cobertura	420	22 722
Juros de operações de <i>equity swap</i>	13 811	13 592
Comissões a receber	7 182	5 886
Juros de aplicações em instituições de crédito	5 302	4 884
Juros de títulos de investimento	2 995	2 846
Juros de operações de <i>caps e floors</i>	2 454	789
Juros de crédito interno	410	251
Juros de títulos de depósito	—	54
Despesas com custo diferido:		
Operações de <i>swaps</i> de taxa de juro de negociação	45 527	50 673
Operações de <i>swaps</i> de taxa de juro de cobertura	6 065	6 537
Operações de <i>equity swap</i>	1 733	1 934
Operações de <i>swap</i> de moeda	41	—
Outras responsabilidades representadas por títulos	28	936
Outras	505	488
Outras contas de regularização:		
Proveitos e custos em suspenso:		
Opções — mercado de balcão	150 057	137 032
Prémios implícitos de opções vendidas:		
<i>Equity swaps</i>	60 116	54 296
Outros	16 539	5 883
<i>Caps e floors</i>	49 533	49 149
Operações de Bolsa a regularizar (nota n.º 3.3, alínea e)]	1 306	697
Liquidações adicionais de imposto pago e reclamado (nota n.º 41)	2 454	2 454
Outras	8 163	1 920
	696 072	598 507

Passivo:

	2004	2003
Custos a pagar:		
Juros de recursos em instituições de crédito	329	2 172
Juros de depósitos	10 156	2 668
Juros de obrigações subordinadas	332	—
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro de negociação	317 948	235 322

	2004	2003
Juros de operações de <i>swap</i> de taxa de juro de cobertura	1 008	11 857
Juros de operações de <i>equity swap</i>	19 384	20 564
Juros de operações de <i>caps</i> e <i>floors</i>	2 126	395
Outros custos a pagar:		
Prémios a pagar aos empregados e órgão de gestão	1 618	1 232
Provisão para férias e subsídio de férias	1 778	777
Outros	6 546	5 992
Receitas com proveito diferido:		
Operações de compra com acordo de revenda	88	62
Operações de <i>swap</i> de taxa de juro de negociação	39 770	43 480
Operações de <i>swap</i> de taxa de juro de cobertura	6 065	6 504
Operações de <i>equity swap</i>	19 507	20 601
Outras contas de regularização:		
Reavaliação da posição cambial a prazo	608	1 150
Proveitos e custos em suspenso:		
<i>Caps</i> e <i>floors</i>	48 416	50 563
Opções — mercado de balcão	147 952	130 299
Prémios implícitos de opções compradas:		
<i>Equity swaps</i>	52 865	57 509
Outros	14 781	4 538
Provisão para impostos sobre lucros (nota n.º 41)	421	—
Operações de Bolsa a regularizar [nota n.º 3.3, alínea e)]	391	—
Reavaliação de <i>cross currency swaps</i>	998	—
Reavaliação de <i>swaps</i> de taxa de juro	11 218	16 371
Outros	510	1 092
	704 815	613 148

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de outras contas de regularização — outras, do activo inclui um montante de 5842 milhares de euros a receber do Estado por excesso de entrega de retenções na fonte em Julho de 2004.

28 — Imputação a resultados e valor de mercado:

a) Montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a:

	2004	2003
Títulos emitidos por valor inferior ao seu valor de reembolso	28	936
Títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso	23	37
Títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso	206	58

b) A diferença entre o valor pelo qual estão contabilizados os títulos de investimento e os que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base em valores de mercado (ou presumível de mercado no caso de títulos não cotados):

	2004	2003
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		
Títulos de dívida pública:		
Custo de aquisição	1 017	957
Provisões constituídas	—	(1)
Valor de balanço	1 017	956
Mais-valias potenciais	1	—
Valor de mercado	1 018	956
De outros emissores nacionais:		
Custo de aquisição	85 934	92 344
Provisões constituídas	(122)	(123)
Valor de balanço	85 912	92 221
Mais-valias potenciais	1	440
Valor de mercado	85 913	92 661

	2004	2003
De outros emissores não residentes:		
Custo de aquisição	499	499
Provisões constituídas	—	—
Valor de balanço	499	499
Mais-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	499	499
Títulos subordinados:		
Custo de aquisição	28 920	993
Provisões constituídas	(46)	(26)
Valor de balanço	28 874	967
Mais-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	28 874	967
Acções e outros títulos de rendimento variável:		
Custo de aquisição	7 127	40 728
Provisões constituídas	(11)	(2)
Valor de balanço	7 116	40 726
Mais-valias potenciais	1	879
Menos-valias potenciais	—	(15 660)
Valor de mercado	7 117	25 945

Em 31 de Dezembro de 2003, as menos-valias em acções e outros títulos de rendimento variável referem-se a acções da Pararede — SGPS, S. A., que se encontram parcialmente provisionadas. No entanto, o Banco dispunha de mecanismos que lhe garantiram a realização do montante investido acrescido de juros a taxas de mercado (nota n.º 10).

c) Diferença entre o valor porque estão contabilizados os títulos de negociação e os que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no custo de aquisição, bem como os lucros e prejuízos não realizados imputados aos resultados do exercício:

	Títulos da dívida pública nacional	Títulos de outros emissores públicos estrangeiros	Títulos de outros emissores nacionais	Acções e outros títulos de rendim. variável
Exercício de 2004:				
Valor de mercado	841	110 714	46 802	49 451
Mais-valias potenciais	(400)	(5 874)	(813)	(2 739)
Menos-valias potenciais	1 668	3	147	88
Custo de aquisição	2 109	104 843	46 136	46 800
Exercício de 2003:				
Valor de mercado	13 568	226 603	39 152	33 114
Mais-valias potenciais	(2 299)	(4 468)	(1 011)	(3 764)
Menos-valias potenciais	5	—	6	6
Custo de aquisição	11 274	222 135	38 147	29 356

29 — Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o capital social do Banco encontra-se representado por 5 250 000 acções, com o valor nominal de cinco euros cada, integralmente subscrito e realizado. O capital social do Banco é integralmente detido pela Foggia — SGPS, S. A.

31 — Outros activos e outros passivos:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2004	2003
Outros activos:		
Outras imobilizações financeiras	8 757	8 710
IRC a recuperar	2 565	1 827
IVA a recuperar	2	37
Devedores diversos:		
Residentes	875	482
Não residentes	28	18

	2004	2003
Devedores por operações sobre futuros e opções:		
Contas margem de futuros	6 521	8 199
Outros	24	—
	18 772	19 273
Provisões para outras imobilizações financeiras (nota n.º 24)	(5 687)	(4 774)
	13 085	14 499

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de IRC a recuperar, inclui 464 milhares de euros referentes ao saldo da BSN Dealer em 1 de Janeiro de 2004, 1820 milhares de euros referentes ao apuramento de IRC de exercícios anteriores e 281 milhares de euros referentes ao apuramento de IRC para o exercício de 2004 (nota n.º 41).

A rubrica de outras imobilizações financeiras tem a seguinte composição:

	2004	2003
TREM — Aluguer de Material Circulante, ACE	2 850	2 850
Nortrem — Aluguer de Material Ferroviário, ACE	5 124	5 077
Autoloc — Aluguer de Autocarros, ACE	775	775
Outras	8	8
	8 757	8 710

O movimento ocorrido nas provisões para outros activos durante os exercícios de 2004 e 2003 é apresentado na nota n.º 24.

Outros passivos:

	2004	2003
IRC a pagar (nota n.º 41)	281	6 612
Retenção de impostos na fonte	801	1 334
Fornecedores	624	784
Contribuições para a segurança social	168	140
IVA a pagar	227	128
Outros	166	—
	2 267	8 998

32 — Fundos sob gestão:

Os principais dados financeiros relativos aos Fundos geridos pela Santander Gestão de Activos — SGFIM e Santander Pensões podem ser resumidos como segue:

	Unidades de participação		Capital do Fundo	
	2004	2003	2004	2003
Santander Gestão de Activos — SGFIM:				
Fundos Mobiliários:				
Euro — Futuro Telecomunicações	1 427 844	1 118 263	10 981	7 981
Euro — Futuro Banca e Seguros	780 956	624 056	16 556	11 851
Multi Curto Prazo	37 370 459	35 003 705	190 823	176 673
Euro — Futuro Cíclico	765 971	625 141	16 032	11 834
Totta Capital Europa	—	520 000	—	26 113
Euro Capital 2004	—	1 500 000	—	75 299
Eurosul	—	2 100 000	—	41 299
Euro — Futuro Acções Defensivas	523 455	384 688	10 420	7 083
Poupança Segura FPR/E	18 958 718	15 239 218	109 526	85 451
Santander — Acções Portugal	3 690 771	3 137 468	77 647	53 926
Santander — PPA	2 018 101	2 337 044	54 808	51 265
Multifundos Protecção	—	985 989	—	5 836
Multifundos Conservador	—	586 188	—	3 644
Santander — Acções Europa	10 145 779	11 519 582	37 698	40 004
Poupança Premium FPR/E	22 084 247	7 543 168	116 633	38 540
Multiinvest	6 824 939	8 069 053	37 507	43 109
Mundinvest	20 000 000	—	100 171	—
Acções Global	3 974 015	2 000 924	17 170	8 383
Santander Acções América	1 185 183	1 792 611	4 551	7 248
MultiGlobal	14 333 025	14 363 296	74 049	74 022
MultiEquilíbrio Dinâmico	2 580 189	—	12 861	—
MultiProtecção Dinâmico	5 036 452	—	25 237	—
Santander Carteira Alternativa	2 545 050	—	12 870	—

	Unidades de participação		Capital do Fundo	
	2004	2003	2004	2003
Santander Obrigações Agressivo	—	532 823	—	2 873
MultiTaxa Fixa	335 943	834 899	3 237	7 901
MultiTesouraria	61 323 407	58 162 549	625 583	588 166
MultiObrigações	369 816 960	410 794 964	2 082 330	2 275 419
Multibond Premium	129 814 777	96 992 241	683 851	500 483
Poupança Investimento FPR/E	6 509 590	6 390 095	116 541	110 364
			<u>4 437 082</u>	<u>4 254 767</u>
Fundos Imobiliários:				
Imovest	22 040 377	21 341 488	202 634	195 082
NovImovest	36 035 557	20 839 029	211 471	117 825
LusImovest	3 000 000	2 000 000	178 127	113 652
			<u>592 232</u>	<u>426 559</u>
Santander Pensões:				
Fundo de Pensões BTA	n. a.	n. a.	336 059	312 706
Fundo de Pensões CPP	n. a.	n. a.	456 211	421 845
Fundo de Pensões BSP	n. a.	n. a.	109 955	92 237
Fundo de Pensões Petrogal	n. a.	n. a.	43 514	42 126
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	n. a.	n. a.	709	725
			<u>946 448</u>	<u>869 639</u>
			<u>5 975 762</u>	<u>5 550 965</u>

34 — Efectivos:

O quadro de pessoal do Banco e das suas subsidiárias, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, pode ser resumido como segue:

	2004	2003
Com funções específicas de enquadramento:		
Administradores	10	10
Direcção	62	69
Técnicos informáticos	3	3
Outros técnicos	32	34
Sem funções específicas de enquadramento:		
Administrativos	<u>53</u>	<u>45</u>
	<u>160</u>	<u>161</u>

35 — Remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos sociais:

Nos exercícios de 2004 e 2003, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao conselho de administração ascenderam a 1191 milhares de euros e 1315 milhares de euros, respectivamente (nota n.º 59). Adicionalmente, no exercício de 2004 foram pagos bónus ao conselho de administração pela aplicação de resultados do exercício anterior no montante de 1230 milhares de euros (nota n.º 54).

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais bem como compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

37 — Montante global dos activos e passivos representados em moeda estrangeira:

O contravalor para euros dos elementos do activo e do passivo representados em moeda estrangeira é como segue:

	2004	2003
Activo:		
Disponibilidades à vista sobre instituições crédito	2 847	3 324
Outros créditos sobre instituições de crédito	201	306
Créditos sobre clientes	209	193
Acções e outros títulos de rendimento variável	2 470	1 061
Outros activos	2 695	1 162
Contas de regularização	4 360	624
Operações cambiais (compras)	<u>324 150</u>	<u>317 600</u>
	<u>336 932</u>	<u>324 270</u>

	2004	2003
Passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	34 195	19 121
Débitos para com clientes	4 090	1 497
Contas de regularização	5 204	813
Operações cambiais (vendas)	293 934	302 836
	<u>336 934</u>	<u>324 268</u>
Activo/(passivo) líquido	(2)	2

38 — Distribuição dos proveitos correntes por mercados geográficos:

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a totalidade dos proveitos foi gerada na actividade do território nacional.

39 — Outros proveitos e custos de exploração e ganhos e perdas extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2004	2003
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços diversos	60	15
Outros	99	75
	<u>159</u>	<u>90</u>
Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos	49	42
Outros	8	2
	<u>57</u>	<u>44</u>
Ganhos extraordinários:		
Mais-valias na realização de valores imobilizados	37	24
Ganhos relativos a exercícios anteriores	1 815	1 476
Outros	32	736
	<u>1 884</u>	<u>2 236</u>
Perdas extraordinárias:		
Menos-valias na realização de valores imobilizados	5	—
Outras perdas em valores imobilizados	35	5
Multas e penalidades legais	11	374
Perdas relativas a exercícios anteriores	403	1 514
Outros	380	421
	<u>834</u>	<u>2 314</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de perdas relativas a exercícios anteriores, inclui aproximadamente 1110 milhares de euros, relativos à liquidação de impostos referentes à liquidação adicional do exercício de 2000 (nota n.º 41).

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de ganhos extraordinários — ganhos relativos a exercícios anteriores, inclui 1607 milhares de euros, relativos a excesso de estimativa para imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas do ano anterior.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de ganhos extraordinários — outros, inclui 334 milhares de euros, relativos a excesso de estimativa para imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas do ano anterior.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de ganhos relativos a exercícios anteriores, inclui 98 milhares de euros relativo a excesso de estimativa de bónus a pagar aos colaboradores e 894 milhares de euros corresponde a saldos que se encontravam registados como custos a pagar em 2002, tendo os mesmos sido anulados em 2003 e constituída uma provisão para outros riscos e encargos no mesmo montante [nota n.º 3.3, alínea k)].

40 — Encargos imputados e pagos no período relativos a passivos subordinados:

Os montantes dos encargos imputados e pagos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, relativos aos empréstimos obrigacionistas de caixa subordinados, são como segue:

	2004		2003	
	Valores pagos	Valores imputados a custos	Valores pagos	Valores imputados a custos
BSNP — 1.ª série	2 790	37	—	350
BSNP — 2.ª série	1 389	45	—	174
BSNP — 3.ª série	10 053	581	—	1 249
BSNP — 4.ª série	988	63	—	123
BSNP — 5.ª série	1 204	119	—	147
BSNP — Perpétua	1 607	1 939	—	—
	<u>18 031</u>	<u>2 783</u>	<u>—</u>	<u>2 043</u>

Os juros relativos aos empréstimos obrigacionistas de caixa subordinados foram pagos no vencimento destas emissões.

41 — Carga fiscal:

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos relativamente à segurança social), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2003 e 2004.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58º do Código do IRC, a Direcção-Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, na opinião do conselho de administração do Banco, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente ao período acima referido, seja significativa para as demonstrações financeiras.

Nos exercícios de 1996 a 1999, o Banco foi objecto de liquidações adicionais de imposto tendo pago a totalidade dos montantes reclamados e registado no activo o montante de 1656 milhares de euros.

Em 30 de Dezembro de 2002, o Banco foi notificado do projecto de conclusões da acção de inspecção realizada ao exercício de 2000. O referido projecto de conclusões propõe correcções à matéria colectável de IRC no montante de 1994 milhares de euros (correspondente a 785 milhares de euros de imposto) e imposto em falta, incluindo retenções na fonte, no montante de 1622 milhares de euros.

O Banco aderiu relativamente a esta matéria ao regime de regularização de dívidas (Decreto-Lei n.º 248-A/2002, de 14 de Novembro) efectuando o pagamento total em 2003, tendo registado como perdas extraordinárias o montante de 1110 milhares de euros (nota n.º 39) e utilizado provisões no montante de 499 milhares de euros, tendo registado no activo o remanescente.

O Banco foi notificado, em 16 de Dezembro de 2004, das conclusões da acção de inspecção realizada aos exercícios de 2001 e 2002. As conclusões referidas traduzem-se em correcções à matéria colectável de IRC no montante de 938 milhares de euros e 25 milhares de euros, respectivamente (correspondente a 310 milhares de euros e 8 milhares de euros de imposto), e imposto em falta, incluindo retenções na fonte, no montante de 154 milhares de euros, referentes ao exercício de 2002.

O Banco tem registadas provisões na rubrica de provisões para riscos e encargos, para fazer face a estas situações [nota n.º 3.3, alínea k)].

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício adicionando aquela dotação foi a seguinte:

	2004	2003	2002
Dot. para impostos sobre lucros	6 912	9 962	6 402
Lucro antes de impostos	48 564	55 067	44 999
Carga fiscal (percentagem)	14,23	18,09	14,23
Pagamentos por conta e retenções na fonte	6 631	3 350	3 857
Impostos sobre os lucros a (recuperar)/pagar (nota n.º 31)	281	6 612	2 545

A carga fiscal é inferior à taxa normal essencialmente devido ao regime de tributação dos ganhos resultantes da reavaliação de operações de derivados e à imputação de prejuízos gerados por agrupamentos complementares de empresas.

43 — Consolidação:

As contas do Banco serão consolidadas a nível das demonstrações financeiras do Banco Santander Totta, S. A., com sede na Rua Áurea, 88, Lisboa, local onde poderão ser obtidas.

47 — Resultados com empresas do Grupo:

Os resultados gerados com empresas do Grupo Santander em Portugal foram os seguintes:

	2004	2003
Custos:		
Juros de recursos alheios	—	—
Depósitos a prazo:		
Banco Santander Totta, S. A.	4 357	1 799
Totta Seguros, S. A.	2 939	—
Mercado Monetário Interbancário:		
Banco Santander Totta, S. A.	5	—
Depósitos à ordem:		
Totta Seguros, S. A.	1 055	—
Banco Santander Totta, S. A.	72	9
Foggia — SGPS	32	—
BSN Dealer, S. A.	—	82
Operações cambiais, taxa de juro e sobre cotações:		
Banco Santander Totta, S. A.	362 218	241 680
Totta Seguros, S. A.	42 093	—
Totta Crédito Especializado IFIC	249	—
Comissões:		
Banco Santander Totta, S. A.	4 524	—
Prejuízos em operações financeiras:		
Banco Santander Totta, S. A.	2 697 368	—
Totta Seguros	53 051	—
Totta Crédito Especializado IFIC	1 337	—
	<u>3 169 300</u>	<u>243 488</u>
Proveitos:		
Juros de aplicações	—	—
Mercado Monetário Interbancário:		
Banco Santander Totta, S. A.	694	224

	2004	2003
Depósito a prazo:		
Banco Santander Totta, S. A.	8 936	5 254
Títulos:		
Banco Santander Totta, S. A.	5 512	7 511
Operações cambiais, taxa de juro e sobre cotações:		
Banco Santander Totta, S. A.	336 663	138 924
Comissões:		
Banco Santander Totta, S. A.	3 096	1 789
Lucros em operações financeiras:		
Banco Santander Totta, S. A.	2 278 401	—
Totta Seguros, S. A.	42 399	—
Totta Crédito Especializado IFIC	1 654	—
	<u>3 127 355</u>	<u>153 152</u>

Os resultados gerados com empresas do Grupo Santander no estrangeiro foram os seguintes:

	2004	2003
Juros e custos equiparados:		
BSCH Madrid	266 505	127 149
Grupo Banesto	1 518	1 727
BSCH Dublin	650	628
Santander Investment Services	17	14
BSCH Suisse	1	1
BSCH Brasil	—	1
Prejuízos em operações financeiras:		
BSCH Madrid	1 330 462	—
Grupo Banesto	4 032	—
Santander Finan. Products — Dublin	3 851	—
	<u>1 607 036</u>	<u>129 520</u>
Juros e proveitos equiparados:		
BSCH Madrid	256 228	165 959
Grupo Banesto	1 670	1 821
BSCH Dublin	707	75
Lucros em operações financeiras:		
BSCH Madrid	1 332 537	—
Grupo Banesto	4 136	—
Santander Finan. Products — Dublin	1 742	—
	<u>1 597 020</u>	<u>167 855</u>

51 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004	2003
Caixa	7	6
Depós. à ordem no Banco de Portugal	14 192	983
	<u>14 199</u>	<u>989</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal, de carácter obrigatório, visam satisfazer os requisitos legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o aviso n.º 7/94, do Banco de Portugal, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis.

52 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica reflecte por depósitos à ordem e tem a seguinte composição:

	2004	2003
Em instituições no País	24 597	35 846
Em instituições no estrangeiro	17 197	9 662
	41 794	45 508

53 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004	2003
Obrigações de caixa:		
BSNP/97 — Cupão Zero	799	799
BSNP/01 — Cupão Zero 2004	—	8 484
	799	9 283

As condições dos débitos representados por títulos encontram-se detalhadas no anexo 1.

54 — Movimento da situação líquida:

O movimento ocorrido nas rubricas da situação líquida durante os exercícios de 2004 e 2003, foi o seguinte:

	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas			Resultados transitados	Resultado consolidado do exercício	Total
			Legais	Outras	Total			
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	26 250	2 357	6 548	65 940	72 488	15 908	38 597	155 600
Aplicação de resultados	—	—	2 368	34 809	37 177	—	(37 177)	—
Distribuição de bónus ao conselho de administração (nota n.º 35)	—	—	—	—	—	—	(1 420)	(1 420)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	45 105	45 105
Outros	—	—	—	(668)	(668)	—	—	(668)
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	26 250	2 357	8 916	100 081	108 997	15 908	45 105	198 617
Aplicação de resultados	—	—	2 104	41 771	43 875	—	(43 875)	—
Distribuição de bónus ao conselho de administração (nota n.º 35)	—	—	—	—	—	—	(1 230)	(1 230)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	41 652	41 652
Aumento da sit. líquida do CPP por incorporação do BTA e BSP (nota n.º 6)	—	—	—	3 119	3 119	—	—	3 119
Outros	—	—	—	—	2	—	—	2
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	26 250	2 357	11 020	144 971	155 993	15 908	41 652	242 160

A rubrica de prémios de emissão, refere-se aos prémios de emissão relativos a aumentos de capital efectuados em exercícios anteriores. Os prémios de emissão só poderão ser utilizados para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, o Banco e as empresas financeiras do Grupo deverão constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, são anualmente transferidos para a reserva legal o equivalente a 10% do resultado líquido de cada exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, as reservas legais das empresas integradas no processo de consolidação e indisponíveis de acordo com a legislação em vigor ascendem a 5209 milhares de euros e 4158 milhares de euros, respectivamente e encontram-se classificadas na rubrica de outras reservas.

A determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	2004	2003
Lucro líquido individual do BSNP	26 127	21 044
Lucro líquido das empresas associadas e coligadas:		
BSN — Dealer	—	754
CPP	—	2 817
Santander — SGFIM	—	3 783
Santander Pensões	955	808
Taxagest	5 402	13 498

	2004	2003
Santander — Gestão de Activos	140	5 304
Totta IFIC (SCH Rent)	97	95
Santander Imovest	—	2 094
Santander Gest	—	151
Banco Santander Totta	1 339	—
Santander Gestão de Activos — SGFIM	8 384	—
Anulação de dividendos recebidos de:		
Santander — SGFIM	—	(3 418)
Santander Imovest	—	(1 817)
Anul. de mais-valias, provisões e outros	(792)	(8)
Lucro líquido consolidado	41 652	45 105

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a rubrica de interesses minoritários refere-se à Taxagest.

Na aquisição da Santander Pensões foi apurada uma diferença de reavaliação de 130 milhares de euros, como segue:

Custo de aquisição	1 031
Cap. próprios à data de aquisição (31 de Maio de 2001)	1 161
Diferença de reavaliação — equiv. patrimonial	130

As diferenças de consolidação foram apuradas nas aquisições das seguintes participadas:

Santander Gestão de Activos	511
Santander Imovest	222
	<u>723</u>

55 — Juros e proveitos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004	2003
Juros de disponibilidades	585	482
Juros de aplicações:		
Em instit. de crédito no País	11 093	7 310
Em instit. de crédito no estrangeiro	6 919	14 914
Crédito interno	2 189	4 879
Títulos de negociação	16 276	14 108
Títulos de investimento	4 638	5 376
Outros juros e proveitos equiparados:		
De operações cambiais, de taxa de juro e sobre cotações	782 315	742 571
Outros	<u>5 664</u>	<u>1 586</u>
	<u>829 679</u>	<u>791 226</u>

56 — Juros e custos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004	2003
Juros de recursos alheios:		
De instit. de crédito no País	4 480	2 756
De instit. de crédito no estrangeiro	420	257
De depósitos	16 919	19 308
De débitos representados por títulos	64	591
De capitais próprios e equiparados	2 783	2 043
Outros juros e custos equiparados:		
De operações cambiais, de taxa de juro e sobre cotações	781 268	744 875
Juros da carteira de vendas a descoberto	13 466	9 673
Outros	<u>3 934</u>	<u>378</u>
	<u>823 334</u>	<u>779 881</u>

57 — Comissões:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2004	2003
Proveitos:		
Por oper. realiz. por conta de terceiros	4 400	1 084
De operações cambiais	490	288
Por serviços bancários prestados	5 629	6 181
Outras comissões:		
De gestão e comercialização de fundos de investimento	65 300	59 758
De assessoria	<u>8 740</u>	<u>6 831</u>
	<u>84 559</u>	<u>74 142</u>
Custos:		
De depósito	44 755	37 632
De operações realizadas por terceiros	4 951	5 896
De operações cambiais	579	486
De serviços bancários	2 161	1 499
Outras comissões	<u>52</u>	<u>8</u>
	<u>52 498</u>	<u>45 521</u>

58 — Lucros e prejuízos em operações financeiras:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2004	2003
Lucros em operações financeiras:		
Lucros e diferenças de reavaliação da posição cambial	21 222	11 672
Lucros e diferenças de reavaliação em aplicações	36 803	57 191
Lucros e proveitos de operações extra-patrimoniais	4 682 857	2 649 383
Outros lucros em operações financeiras:		
Equity swaps	—	—
Reavaliação de opções	<u>414 452</u>	<u>423 469</u>
	<u>5 155 334</u>	<u>3 141 715</u>
Prejuízos em operações financeiras:		
Prejuízos e diferenças de reavaliação da posição cambial	20 031	10 310
Prejuízos e diferenças de reavaliação em aplicações	26 764	41 494
Custos e prejuízos de operações extra-patrimoniais	4 675 541	2 661 359
Outros prejuízos em oper. financeiras:		
Equity swaps	—	—
Reavaliação de opções	<u>409 972</u>	<u>409 290</u>
	<u>5 132 308</u>	<u>3 122 453</u>

59 — Custos com o pessoal:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2004	2003
Vencimentos e salários:		
Órgãos de gestão (nota n.º 35)	1 191	1 315
Empregados	<u>6 568</u>	<u>6 723</u>
	<u>7 759</u>	<u>8 038</u>
Encargos sociais	1 304	1 265
Outros custos com pessoal	<u>465</u>	<u>642</u>
	<u>1 769</u>	<u>1 907</u>
	<u>9 528</u>	<u>9 945</u>

O Conselho de Administração: *Eurico da Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório* — *Ana Patrícia Botín* — *Miguel de Campos Pereira de Bragança* — *José Manuel Alves Elias da Costa* — *Nuno Manuel da Silva Amado* — *Ignacio Benjumea Cabeza de Vaca* — *Eduardo José Stock da Cunha* — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos* — *Sofia Luísa Correia Henriques C. Menezes Frère* — *Valentim Xavier Pintado* — *Pedro Gaspar Fialho* — *Adolfo Lagos Espinosa* — *Frederico José Bastos Saragoça* — *Pedro Aires Coruche Castro e Almeida*.

Certificação legal das contas consolidadas e relatório de auditoria

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A. (Banco), e subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 2 087 486 milhares de euros e capitais próprios de 242 160 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 41 652 milhares de euros, as demonstrações dos resultados consolidados por naturezas e por

funções, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira, consolidada do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., e suas subsidiárias, em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no ponto 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2004 do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., os quais são da responsabilidade do conselho de administração do Banco.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco e das suas empresas participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo rece-

bido do conselho de administração e dos diversos serviços do Banco e empresas participadas todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas consolidadas do exercício de 2004 do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações dos resultados consolidados e dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nesta data, o correspondente anexo e ainda o relatório de gestão do exercício de 2004 elaborado pelo conselho de administração. Adicionalmente, analisámos a certificação legal das contas e relatório de auditoria, elaborada pelo revisor oficial de contas vogal deste conselho, a qual mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que, os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco supra referidos, bem como a proposta expressa no relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2005. — O Conselho Fiscal: *António Mendo Castel-Branco Borges*, presidente — A. Barreira, F. Vieira, J. Romão & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Fernando Jorge Marques Vieira*, vogal — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*, vogal.

Acta n.º 3 da assembleia geral

Aos 23 do mês de Maio de 2005, pelas 10 horas e 30 minutos, na sede social sita na Av. Eng. Duarte Pacheco, Amoreiras, torre 1, 6.º, em Lisboa, reuniram os accionistas do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., pessoa colectiva n.º 502519215, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 2011, com o capital social de 26 250 000 euros. Encontrando-se presentes ou devidamente representados a totalidade dos accionistas em representação da totalidade do capital do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., conforme lista de presenças devidamente assinada que fica anexa à presente acta, foi manifestada a vontade e unanimemente deliberado constituírem-se em assembleia geral, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

Assumiu a presidência da mesa o presidente eleito, Dr. Jorge Maria Bleck, secretariado pela Dr.ª Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes, secretária da mesma mesa e da sociedade.

O presidente da mesa verificou estar a assembleia legalmente constituída e em condições de deliberar pelo que declarou aberta a sessão, propondo, o que foi aprovado por unanimidade, que a assembleia deliberasse sobre os seguintes pontos:

- 1) Deliberar sobre o relatório de gestão do conselho de administração e o balanço e contas, relativos ao exercício de 2004, bem como o relatório consolidado de gestão do conselho de administração e o balanço e contas consolidadas, relativos ao exercício de 2004;
- 2) Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2004 bem como, verificadas que sejam as condições legais, sobre uma distribuição de reservas aos accionistas;
- 3) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 4) Apreciar e deliberar sobre uma proposta de aquisição e alienação de obrigações próprias, fixando os termos da aquisição e alienação e ou delegando poderes para o efeito no conselho de administração do Banco;
- 5) Deliberar sobre a ratificação da cooptação de um administrador.

Entrando-se no ponto 1 da ordem de trabalhos, tomou a palavra o presidente do conselho de administração, Eng. Eurico da Silva Teixeira de Melo, que descreveu a conjuntura macroeconómica e explicou os pontos fundamentais da actividade do Banco e das acções do conselho de administração durante o exercício de 2004.

Foi, seguidamente, concedida a palavra ao Dr. Miguel Bragança que desenvolveu e explicou todos os aspectos que, no exercício em apreço, foram mais relevantes para o Banco que apresentou um resultado individual líquido de impostos de 26 127 077,45 euros e um resultado consolidado líquido de impostos de 41 652 377 euros.

Após a discussão, passou-se à votação tendo sido aprovado, por unanimidade, o relatório apresentado pelo conselho de administração, relativo às contas individuais e consolidadas, do exercício de 2004.

Passando-se à apreciação do ponto 2 da ordem de trabalhos e considerando que o resultado líquido de impostos do Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., foi de 26 127 077,45 euros, foi deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, e tendo em atenção o disposto no artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, a seguinte aplicação de resultados do exercício:

- a) 2 612 707,75 euros para reserva legal;
- b) 1 208 245 euros para distribuição aos administradores, a título de participação nos resultados, segundo a imputação individual que for deliberada pela comissão de vencimentos;
- c) O remanescente do lucro do exercício de 22 306 124,70 euros para distribuição de dividendos aos accionistas.

Tendo em conta o montante contabilizado na conta de reservas livres, bem como o facto de, segundo o conselho de administração, estarem reunidas as condições legais que possibilitam a distribuição de bens aos accionistas, foi, ainda, deliberado por unanimidade efectuar a distribuição de 77 693 875,30 euros de reservas livres de dividendos aos accionistas.

Seguidamente, e entrando no ponto 3 da ordem de trabalhos, foi aprovado também por unanimidade, um voto de louvor e confiança na administração e na fiscalização do Banco pela actividade desenvolvida, bem como em cada um dos membros daqueles órgãos.

Na apreciação da matéria do ponto 4 da ordem de trabalhos, foi apreciada e discutida a proposta do conselho de administração de aquisição e alienação de obrigações próprias, fixando os termos da aquisição e alienação e ou delegando poderes para o efeito no conselho de administração do Banco e que se transcreve na íntegra:

Aquisição e alienação de obrigações próprias:

Em obediência ao estabelecido nos artigos 350.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, a comissão executiva propôs ao conselho de administração que apresentasse uma proposta à assembleia geral para que lhe seja concedida autorização, com a possibilidade de delegar na comissão executiva criada ao abrigo do artigo 13.º dos Estatutos, para:

1 — Adquirir, por compra ou troca, obrigações emitidas pelo Banco, até ao montante máximo de 10% de cada uma das emissões.

Se as obrigações se encontrarem admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, o preço das compras ou o respectivo equivalente nas trocas, fica sujeito ao seguinte critério:

- i) Contrapartida mínima: 15% abaixo da cotação média ponderada das obrigações nas 20 sessões de bolsa anteriores à data de aquisição;
- ii) Contrapartida máxima: 15% acima da cotação média ponderada das obrigações nas 20 sessões de bolsa anteriores à data de aquisição.

Se as obrigações não estiverem, ou deixarem de estar admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, o preço das compras ou o respectivo equivalente nas trocas fica sujeito ao seguinte critério:

- i) Contrapartida mínima: 25% abaixo do menor dos seguintes valores: valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso;
- ii) contrapartida máxima: 30% acima do maior dos seguintes valores: valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso.

2 — Alienar, por venda ou troca, obrigações próprias que detenha.

Se as obrigações se encontrarem admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, o preço das vendas ou o respectivo equivalente nas trocas, fica sujeito ao seguinte critério:

- i) Contrapartida mínima: 15% abaixo da cotação média ponderada das obrigações nas 20 sessões de bolsa anteriores à data da alienação;
- ii) Contrapartida máxima: 15% acima da cotação média ponderada das obrigações nas 20 sessões de bolsa anteriores à data da alienação.

Se as obrigações não estiverem, ou deixarem de estar admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, o preço das vendas ou o respectivo equivalente nas trocas fica sujeito ao seguinte critério:

- i) Contrapartida mínima: 30% abaixo do menor dos seguintes valores: valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso;
- ii) Contrapartida máxima: 25% acima do maior dos seguintes valores: valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso.

3 — As operações a que se referem as alíneas anteriores poderão ser efectuadas a todo o tempo até à primeira reunião do conselho de administração após a assembleia geral de aprovação de contas do exercício social do ano 2005.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

De seguida, o presidente da mesa da assembleia geral passou ao ponto 5 da ordem de trabalhos: deliberar sobre a ratificação da cooperação de um administrador, tendo passado a ler a seguinte proposta:

O conselho de administração, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe à assembleia geral a ratificação da designação por cooptação, para o triénio, de 2003-2005, do vogal do conselho de administração:

Dr. Francisco Martin Lopez-Quesada — cooptado em reunião do conselho de administração de 21 de Fevereiro de 2005.

Posta à votação, esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Foi, ainda, deliberado que o membro do conselho de administração ora eleito fique dispensado de prestação de caução.

Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada esta sessão pelas 11 horas e dela lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo presidente e secretário da mesa e secretário da sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral: *Jorge Maria Bleck*, presidente — *Maria Tereza de Almada de Sá de Menezes*, secretária da mesa e da sociedade. 2009438892

BANCO SANTANDER PORTUGAL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 7536; identificação de pessoa colectiva n.º 501592245; data da inscrição: 1 de Julho de 2004.

Custódia Maria Rodrigues A. T. Oliveira, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifica que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas individuais e consolidadas, do ano de 2003.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), 14 de Abril de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Custódia Maria Rodrigues A. T. Oliveira*.

Relatório e contas de 2003

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Eurico Silva Teixeira de Melo.
Vice-presidente: Jorge Maria Bleck.
Secretário: Francisco Assis Magalhães.

Conselho de administração:

Presidente: António Mota de Sousa Horta Osório, em representação do Banco Santander Central Hispano.
Vogais:

Nuno Manuel da Silva Amado.
Eduardo José Stock da Cunha.
José Benigno Perez Rico.
Miguel de Campos Pereira de Bragança.
José Manuel Alves Elias da Costa.
Francisco Alexandre Simeão Loureiro Lufinha.
Luís Alberto Ponciano Alexandre.
José Carlos Brito Sítima.

Comissão executiva:

Presidente: António Mota de Sousa Horta Osório.